

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 068/2025
Data: 30/05/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SAN JOSE E VALE DO SILÍCIO: CORAÇÃO DA INOVAÇÃO GLOBAL NA CALIFÓRNIA.....	4
EM FOCO, O MOTOR LOGÍSTICO DA BAÍA DE SÃO FRANCISCO	5
ENTIDADE COBRA LEILÃO ABERTO PARA MEGATERMINAL EM SANTOS; INVESTIMENTO PASSA DE R\$ 6 BILHÕES	6
MISSÃO PORTO & MAR EXPLORA TECNOLOGIAS DA MICROSOFT E INSPIRA INOVAÇÕES PARA O PORTO DE SANTOS.....	8
CIDADE DOURADA: TERRA DAS COLINAS, DA INOVAÇÃO E DO PORTO QUE FAZ HISTÓRIA	10
CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE CONVIVEM EM EVERETT	11
MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE SUSPENSÃO DE LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS; ENTENDA OS MOTIVOS	13
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	15
AEROPORTO COSTA DOS CORAIS (AL) ATRAI INTERESSE DE INVESTIDORES ÁRABES.....	15
PUXADO PELA AGROPECUÁRIA, PIB CRESCE 1,4% NOS PRIMEIROS TRÊS MESES DO ANO	16
TCU APURA CORTES DE GERAÇÃO QUE ATINGIRAM USINAS DO NORDESTE	17
PERNAMBUCO TRAVADO: A URGÊNCIA DE UM PACTO PELA RETOMADA DO PROTAGONISMO.....	18
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	20
COMUNICADO ANTAQ: PAINÉIS DA AGÊNCIA FARÃO PARADA PROGRAMADA PARA MODERNIZAÇÃO.....	20
DIRETORA FLÁVIA TAKAFASHI PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE RETOMADA DAS OPERAÇÕES DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)	21
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	21
AEROPORTOS FORTALECERAM CORRENTE DE SOLIDARIEDADE DE APOIO ÀS VÍTIMAS NO RIO GRANDE DO SUL	21
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE AMERICANA (SP)...	23
REMOÇÃO DO PEDRAL DO LOURENÇO VAI AMPLIAR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE ...	24
GOVERNO FEDERAL ABRE CONSULTA PÚBLICA DO PROGRAMA INVESTE+AEROPORTOS.....	25
GOVERNO ANUNCIA CRIAÇÃO DE DOCAS PARA O PORTO DE ITAJAÍ (SC).....	26
MAIS DE 9,9 MILHÕES DE PASSAGEIROS PASSARAM PELOS AEROPORTOS DO SUDESTE EM ABRIL	27
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	29
MINAS GERAIS: RENAN FILHO FAZ BALANÇO DAS OBRAS NA BR-381 E ANUNCIA DUPLICAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO DOCE	29
GOVERNO FEDERAL INVESTE NA REVITALIZAÇÃO DA BR-364, EM CAMPO NOVO DO PARECIS	30
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PROJETA R\$ 120 BILHÕES EM CONCESSÕES RODOVIÁRIAS ATÉ 2026	30
BE NEWS – BRASIL EXPORT	31
EDITORIAL – UM NOVO MODELO PARA OS AEROPORTOS E A ÁREA AEROPORTUÁRIA	31
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	32
Ingrato	32
Metralhadora.....	32
Retomada de poder 1	32
Retomada de poder 2	32
Retomada de poder 3	33
NACIONAL - MINISTRO CONFIRMA QUE GOVERNO VAI ENVIAR MP PARA CRIAÇÃO DA DOCAS DE ITAJAÍ	33
REGIÃO NORTE - OBRAS NO PEDRAL DO LOURENÇO SERÃO RETOMADAS NO SEGUNDO SEMESTRE, ANUNCIA MINISTRO.....	34
BRASIL EXPORT - CONSELHO FEMININO DO BRASIL EXPORT GANHA NOVAS INTEGRANTES	36
NACIONAL - GOVERNO QUER AMPLIAR INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS E LANÇA CONSULTA PÚBLICA	36
NACIONAL - AEROPORTOS DO SUDESTE REGISTRAM QUASE 10 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM ABRIL	37
PORTOS - ABTP: OLIVA É REELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO	38
REGIÃO SUDESTE - SETOR PORTUÁRIO CRITICA PROJETO PARQUE DO PORTO NO RIO DE JANEIRO	39
REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO TERÁ 27 NOVAS PASSARELAS EM RODOVIAS CONCEDIDAS.....	41
NACIONAL – OPINIÃO – ARTIGOS – GESTÃO - ROTAS BIOCEÂNICAS: CHANCAY, A BOLA DA VEZ! SERÁ??.....	41
BE NEWS – BRASIL EXPORT – 29/05/2025	43
EDITORIAL – O TCU E O SANTOS TECON 10	43
NACIONAL - HUB – CURTAS - PROCESSO DE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10 TERÁ MÉRITO CONCORRENCIAL JULGADO PELO TCU, DIZ MPOR	44
Detalhes	44
Cuidado	45
Ainda no jogo.....	45
Primeiros membros.....	45
NACIONAL - MINISTÉRIO PROJETA MAIS DE R\$ 120 BI EM CONCESSÕES RODOVIÁRIAS ATÉ 2026.....	45



NACIONAL - AZUL ENTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS EUA COM PLANO DE US\$ 1,6 BI.....	46
NACIONAL - GOVERNO VAI LANÇAR EDITAL PARA LEILÃO DE 19 AEROPORTOS REGIONAIS EM JUNHO	47
NACIONAL - INDÚSTRIA DO NORDESTE TERÁ ACESSO A R\$ 10 BILHÕES EM CRÉDITO PÚBLICO	48
PORTO DE SANTOS - SECRETARIA DE PORTOS ENVIA PROCESSO DE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10 AO TCU	49
REGIÃO SUDESTE - POLO INDUSTRIAL DE CUBATÃO EM DEBATE: INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS PARA O FUTURO	50
REGIÃO NORTE - ITAIPU INVESTE EM TERMINAL DE OUTEIRO PARA AMPLIAR HOSPEDAGEM NA COP30	51
REGIÃO NORDESTE - PREVISTA PARA AGOSTO, DRAGAGEM PROMETE ABRIR NOVA FASE PARA O PORTO DE NATAL	52
REGIÃO SUL - SC INAUGURA NOVO DATA CENTER DO PORTO DE IMBITUBA E ANUNCIA INVESTIMENTOS.....	53
REGIÃO SUL - PORTO DE ITAJAÍ RECEBE OPERAÇÃO DE MAIS DE 7 MIL VEÍCULOS ELÉTRICOS DA BYD	54
JORNAL O GLOBO – RJ.....	55
MOODY'S REDUZ PERSPECTIVA DA NOTA DO BRASIL POR AGRAVAMENTO FISCAL	55
TARIFAS MAIS CARAS: ANEEL ANUNCIA BANDEIRA VERMELHA NAS CONTAS DE LUZ EM JUNHO.....	58
TRUMP ANUNCIA QUE VAI DOBRAR TARIFA SOBRE A IMPORTAÇÃO DE AÇO NOS EUA DE 25% PARA 50%.....	59
PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO RIO CRESCE ACIMA DA MÉDIA NACIONAL PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 4º TRI DE 2023.....	61
LULA DEVE RECLAMAR DE LEI ANTIDISMATAMENTO EUROPEIA EM ENCONTRO COM PRESIDENTE DA FRANÇA.....	62
BRASIL FICA EM QUINTO LUGAR NO RANKING DAS ECONOMIAS QUE MAIS CRESCERAM	62
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	63
O QUE FALTA PARA CONSOLIDAR O CRESCIMENTO PUXADO PELO AGRO E TURBINADO PELO CONSUMO.....	63
GOVERNO SE ANTECIPA COM PLANO SAFRA PARA DIMINUIR CUSTOS E AMPLIAR FONTES DE RECURSOS.....	65
A ESTRATÉGIA DO PORTO DE ITAPOÁ, DE SANTA CATARINA, PARA CRESCER NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES	67
QUEDA DE PREÇOS PELA PETROBRAS NÃO CHEGA AO CONSUMIDOR, E GOVERNO VÊ INDÍCIOS DE FRAUDES	70
VALOR ECONÔMICO (SP).....	71
ANAC DESCUMPRE PRAZO DE AUDITORIA DE VIRACOPOS E GOVERNO FICA SEM SABER FUTURO DE CONCESSÃO.....	71
AUMENTO DAS IMPORTAÇÕES AMPLIA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO, DIZ IBGE.....	73
PRIMEIROS PASSOS DO HIDROGÊNIO VERDE ENCONTRAM OBSTÁCULOS	74
OPERADORA AMPLIA RECEITA COM FOCO EM B2B E DIVERSIFICAÇÃO.....	75
MINISTRO ANUNCIA MP PARA PASSAR PORTO DE ITAJAÍ (SC) PARA CONTROLE FEDERAL E ATACA GOVERNADOR	77
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	77
FRENTE PARLAMENTAR PEDE AUDIÊNCIA PARA DISCUTIR RESTRIÇÕES DO EDITAL DO TECON SANTOS 10.....	77
ROBERTO OLIVA E CONSELHOS DA ABTP.....	79
JBS TERMINAIS AMPLIA OPERAÇÕES E PREVÊ NOVOS APORTES EM ITAJAÍ.....	79
TRANSPETRO ANUNCIA LICITAÇÃO PARA ENTRADA NO SETOR DE BARCAÇAS NO BRASIL	80
ANP AMPLIA TRANSPARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DE DADOS DE INCIDENTES EM E&P	81
MARINHA APREENDE CARGA IRREGULAR DE MINÉRIO NO RIO AMAZONAS.....	81
TIL ESPERA QUE TCU REVEJA REGRAS DE PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO DO NOVO TECON DE SANTOS.....	82
ATP CRITICA RESTRIÇÃO E DEFENDE LIVRE CONCORRÊNCIA NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10	83
NOVA LEI DO MAR PODE TRANSFORMAR BRASIL EM POTÊNCIA EXPORTADORA SUSTENTÁVEL, DIZ ESPECIALISTA	84
TCP CONCLUIU INVESTIMENTO DE R\$ 1,5 MILHÃO EM OBRAS NO PRÉ-GATE.....	85
SAAM TOWAGE AGUARDA CHEGADA DE REBOCADOR ELÉTRICO AO CHILE.....	85
CORREDOR NORTE DA VLI MOVIMENTA 14,5 BILHÕES DE TKU EM 12 MESES	86
PORTO ITAPOÁ MOVIMENTOU 10 MILHÕES DE TEUS DESDE 2011.....	86
MPTCU PEDE SUSPENSÃO DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 PARA APURAÇÃO DE RESTRIÇÃO A OPERADORES.....	87
INVESTIDORES DO ORIENTE MÉDIO DEMONSTRAM INTERESSE EM PROJETOS DE PE	88
ARTIGO - TECON SANTOS 10: MAIS UM CAPÍTULO	89
ANTAQ NEGOU RECURSO PARA REABERTURA DA AUDIÊNCIA DO TECON SANTOS 10	90
PORTOS DO PARANÁ EMITE ALERTA PARA TEMPORAIS E VENTOS FORTES ATÉ QUINTA-FEIRA (29)	92
SCHOTTEL FORNECERÁ PROPULSÃO PARA NAVIO DE TRANSPORTE DE FOGUETES ESPACIAIS	92
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	93
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	93

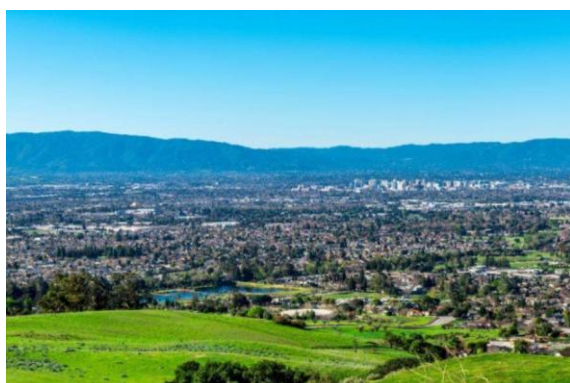


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SAN JOSE E VALE DO SILÍCIO: CORAÇÃO DA INOVAÇÃO GLOBAL NA CALIFÓRNIA

San Jose atrai olhares de todo o planeta por ser sede das mais importantes big techs no Vale do Silício e também abrigar universidades que são referência

Por Alexandre Lopes 30 de maio de 2025



VALE DO SILÍCIO CONTA COM BIG TECHS QUE FAZEM PARTE DE NOSSAS VIDAS, COMO META, GOOGLE, APPLE E INTEL (AdobeStock)

Se o mundo da tecnologia tem um epicentro, ele certamente está no Vale do Silício e uma de suas capitais não oficiais é San Jose. Com uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, a cidade é a terceira mais populosa da Califórnia e a maior do norte do estado, superando até mesmo São Francisco em números absolutos. Mas o que realmente a diferencia é sua vocação para a inovação: nela estão

algumas das empresas mais influentes do planeta, como Apple, Google, Meta, Intel e Tesla.

Este é o roteiro de hoje da Missão Internacional Porto & Mar 2025, liderada pelo Grupo Tribuna e que chega ao quarto e último dia de agenda técnica nos Estados Unidos com a promessa de uma imersão no que há de mais avançado em tecnologia.



SEDE CORPORATIVA DA APPLE SE TORNOU REFERÊNCIA EM TODO O MUNDO (AdobeStock)

Localizada a cerca de 80 km ao sul de São Francisco, San Jose é o coração do Vale do Silício, uma das regiões mais ricas e inovadoras do mundo. Para se ter uma ideia, algumas estimativas apontam que o PIB do Vale do Silício ultrapassa os US\$ 500 bilhões, o que o colocaria entre os 25 maiores países do planeta, se fosse uma nação independente. E não é só isso: a região concentra algumas das melhores universidades do mundo, como Stanford e Berkeley, que impulsionam

o ecossistema de startups e tecnologia.

Mas nem só de bits e bytes vive San Jose. Fundada em 1777, a cidade é uma das mais antigas da Califórnia e possui uma rica herança hispânica, com um centro histórico repleto de construções que remetem ao período colonial espanhol. O Museu de História de San Jose, no Parque Kelley, é uma boa pedida para quem quer entender melhor a evolução da cidade antes da era digital. Outro ponto importante é Japantown, com forte presença de descendentes de asiáticos.

Para os turistas, San Jose oferece atrações que vão além dos escritórios das gigantes da tecnologia. O Tech Interactive, um museu interativo voltado para ciência e inovação, é uma ótima opção a todas as idades. Já a Winchester Mystery House, uma mansão vitoriana cheia de passagens secretas e escadas que levam a lugar nenhum, é um dos pontos turísticos mais curiosos da região.

Outro destaque é a arena SAP Center, casa do time de hóquei San Jose Sharks e palco de grandes shows internacionais. Para quem busca uma experiência gastronômica, a cidade tem uma forte

influência asiática e mexicana, com restaurantes renomados servindo desde ramen autêntico até tacos artesanais.



WINCHESTER MYSTERY HOUSE: TURISMO TAMBÉM DEMONSTRA FORÇA (AdobeStock)

O custo de vida, porém, é um dos pontos negativos. San Jose e o Vale do Silício estão entre as áreas mais caras dos Estados Unidos, com aluguéis que ultrapassam os US\$ 3 mil por mês para um apartamento de um quarto. De toda forma, para aqueles que sonham em lançar a próxima grande revolução tecnológica, o Vale do Silício continua sendo o lugar onde as ideias mais ousadas podem virar

realidade. Afinal, foi ali que nasceram invenções como o microchip, a internet comercial e os smartphones modernos.

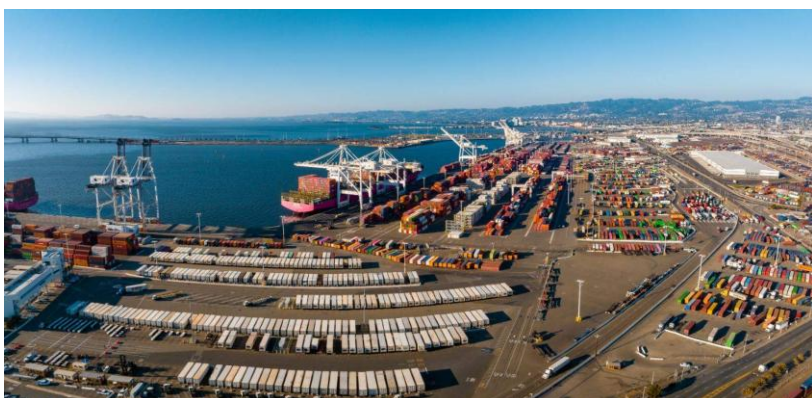
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/05/2025

EM FOCO, O MOTOR LOGÍSTICO DA BAÍA DE SÃO FRANCISCO

Conhecida por ser uma cidade vibrante, com rica história e papel comercial importante na Califórnia, Oakland recebeu comitiva brasileira e mostrou seus recentes avanços

Por Alexandre Lopes 30 de maio de 2025



VISTA AÉREA DO PORTO DE OAKLAND, QUE CRESCER E SE TORNOU REFERÊNCIA EM MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NA COSTA OESTE DOS ESTADOS UNIDOS (AdobeStock)

Enquanto São Francisco brilha sob os holofotes do turismo e o Vale do Silício comanda a inovação tecnológica global, Oakland assume

um papel essencial nos bastidores: é o motor logístico da Baía de São Francisco e um dos principais centros de transporte e comércio da costa oeste dos Estados Unidos. Com uma população de aproximadamente 430 mil habitantes, Oakland é a terceira maior cidade da região norte da Califórnia e desempenha papel vital na economia local. Ontem, ela foi visitada pela Missão Internacional Porto & Mar 2025, do Grupo Tribuna.



O Porto de Oakland, um dos mais movimentados dos Estados Unidos, é peça-chave para o comércio internacional, especialmente com a Ásia, como a comitiva brasileira pôde atestar ontem, na visita realizada no período da manhã. Além disso, sua infraestrutura vem sendo modernizada para atender às demandas do comércio eletrônico e da crescente automação portuária.

LAKE MERRITT PERMITE CONTEMPLAR A CIDADE E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA (AdobeStock)

Apesar de sua forte identidade industrial e portuária, Oakland não vive à sombra de suas vizinhas. A cidade tem uma personalidade vibrante, marcada por uma cena cultural

efervescente, bairros históricos e um custo de vida que, embora ainda alto, é mais acessível do que em São Francisco e na região central do Vale do Silício. Também abriga empresas de tecnologia que optaram por fugir dos preços exorbitantes do outro lado da baía.

Historicamente, Oakland foi um dos berços do movimento pelos direitos civis e da luta por justiça social nos Estados Unidos. Nos anos 1960, sediou o Partido dos Panteras Negras, um dos mais importantes grupos de resistência à desigualdade racial. Esse espírito de ativismo permanece vivo e reflete-se na diversidade cultural e no engajamento social de seus moradores.

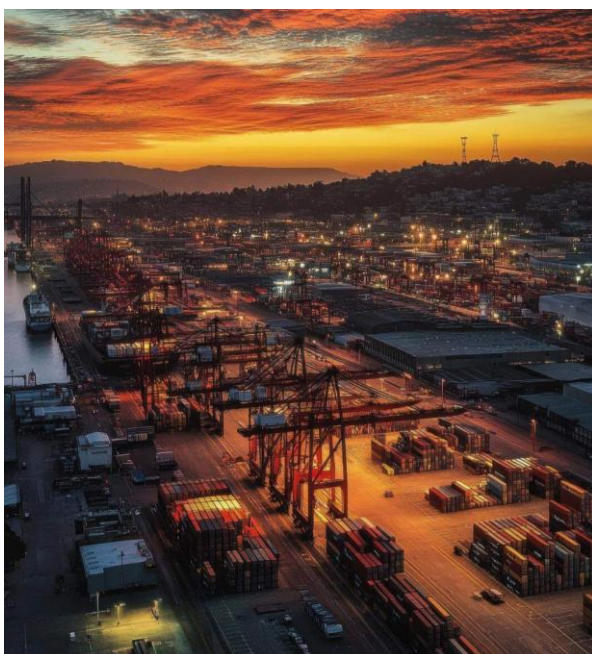
Para quem visita a cidade, há atrações que vão muito além do porto. O Lake Merritt, um lago urbano cercado por trilhas e áreas verdes, é um dos pontos mais agradáveis para passeios ao ar livre. Já a Jack London Square, região à beira-mar repleta de restaurantes, cafés e lojas, homenageia o escritor Jack London, que cresceu na cidade e se tornou um dos mais influentes autores americanos.



MUSEU DOS PANTERAS NEGRAS, LOCALIZADO NO CENTRO DE OAKLAND: PARTE DA HISTÓRICA LUTA AMERICANA CONTRA O RACISMO (AdobeStock)

Outro destaque é o Oakland Museum of California, que mistura arte, história e ciência para contar a trajetória do estado de maneira dinâmica e interativa. Para os amantes de esportes, Oakland tem tradição no beisebol e no basquete, embora tenha perdido recentemente a sede do time Golden State Warriors, que se mudou para São Francisco. Na gastronomia, a cidade é um paraíso multicultural. A presença de comunidades latina, asiática e

africana resulta em uma oferta variada de sabores.



OAKLAND UNE EFICIÊNCIA LOGÍSTICA E BELEZA NATURAL ENCANTADORA (AdobeStock)

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 30/05/2025

ENTIDADE COBRA LEILÃO ABERTO PARA MEGATERMINAL EM SANTOS; INVESTIMENTO PASSA DE R\$ 6 BILHÕES

Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) quer regras claras para a licitação e alerta que restrições podem prejudicar a concorrência

Por ATribuna.com.br 30 de maio de 2025

O investimento atualizado previsto pela Antaq no terminal passou de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 6,45 bilhões (Alexsander Ferraz/AT)



A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) divulgou nota nesta quinta (29) pedindo “concorrência aberta e de regras claras” no processo licitatório do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10 no cais do Saboó, em Santos. “A realização de leilões abertos, em que há ampla possibilidade de participação por parte de operadores qualificados, deve ser, não apenas regra, mas diretriz de política pública”, disse a ATP.

A manifestação foi em resposta ao modelo, em duas etapas, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sob o argumento de se evitar risco de concentração de mercado.

A primeira fase proíbe a participação no leilão de operadores de contêineres do Porto de Santos. Apenas se não houver interessados, se fará uma segunda etapa, aberta a qualquer empresa. Ainda assim, caso o vencedor já tenha ativo semelhante no cais santista, precisará vender para assinar o contrato do Tecon Santos 10.

O edital também vedará a transferência do Tecon Santos 10 a empresas com participação societária em contratos de movimentação de contêineres em Santos, Guarujá e Cubatão.

A ATP, que representa 70 terminais privados no País, afirma que está amparada pela Constituição Federal, que assegura igualdade de condições para licitantes. “Sob essa ótica, qualquer tentativa de limitar a participação de agentes econômicos desde as fases iniciais do certame — antes mesmo da etapa de julgamento — pode ser vista como um retrocesso institucional”.

A associação expressou ainda que “restringir previamente o universo de interessados, mesmo com a justificativa de evitar concentração de mercado, significa, na prática, reduzir as possibilidades de competição sem que haja uma análise clara de seus impactos concretos. Além de comprometer o princípio da isonomia, tal medida gera efeitos nocivos à atratividade dos ativos públicos”.

A ATP citou que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é o “foro apropriado” para “analisar indícios de risco de concentração excessiva de mercado”.

A proposta da Antaq passou pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e agora está sob avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). Na quarta-feira, o Ministério Público junto à Corte de Contas pediu a suspensão do processo por conta da restrição. Ainda não há decisão.

Megaterminal

O Tecon Santos 10 ocupará 621,9 mil metros quadrados no Porto de Santos. O investimento atualizado previsto pela Antaq passou de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 6,45 bilhões, a ser aplicado ao longo de 25 anos de contrato.

A movimentação máxima prevista passou de 3,5 milhões para 3,25 milhões de TEU (medida de um contêiner padrão de 20 pés), além da inclusão de capacidade para transportar 91 mil toneladas por ano de carga geral.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 30/05/2025

MISSÃO PORTO & MAR EXPLORA TECNOLOGIAS DA MICROSOFT E INSPIRA INOVAÇÕES PARA O PORTO DE SANTOS

Comitiva brasileira visita sede da Microsoft e Porto de Everett durante missão nos EUA e debate aplicações de inteligência artificial e sustentabilidade na logística portuária

Por Alexandre Lopes 29 de maio de 2025



SEDE DA MICROSOFT: BIG TECH TEM COMO META A EMISSÃO ZERO DE CARBONO ATÉ O ANO DE 2050 (Alexandre Lopes)

No segundo dia da Missão Internacional Porto & Mar 2025, organizada pelo Grupo Tribuna nos Estados Unidos, a comitiva brasileira formada por cerca de 40 empresários, autoridades e especialistas no setor portuário mergulhou em experiências que evidenciam a união entre tecnologia de ponta, logística portuária e

inovação industrial. As visitas de ontem à sede da Microsoft e ao Porto de Everett proporcionaram insights valiosos sobre práticas que podem inspirar o desenvolvimento do setor portuário brasileiro em meio a um mundo em transformação cada vez mais veloz.

A jornada da quarta-feira começou na sede da Microsoft, localizada em Redmond, na região metropolitana de Seattle. O campus, que conta com mais de 90 prédios, 50 mil funcionários e área de 8 milhões de metros quadrados, é um exemplo de integração entre inovação tecnológica e sustentabilidade.

Durante a visita, os participantes exploraram o Microsoft Visitor Center, onde puderam conhecer a história da empresa, suas inovações em inteligência artificial e iniciativas voltadas para a sustentabilidade. Assim como o Porto de Seattle, conforme A Tribuna destacou na edição de ontem, a Microsoft também trabalha para zerar a emissão de carbono até 2050.

Isso passa, entre outros pontos, por uma virada de chave na locomoção dos trabalhadores até os escritórios. Um dos prédios da Microsoft em Redmond, por exemplo, é exclusivo para os colaboradores estacionarem suas bicicletas. A empresa conta até mesmo com uma equipe que faz a manutenção das bikes a seus empregados.



ÁREA DA MICROSOFT EM REDMOND POSSUI 8 MILHÕES DE METROS QUADRADOS (Rodrigo nardelli/TV Tribuna)

Velocidade

Kirk Arthur, líder mundial de soluções governamentais da Microsoft, recebeu a comitiva ontem e reforçou aos brasileiros que as indústrias estão se transformando muito rápido e os players evoluem de forma veloz. Segundo ele, “o mundo

está mudando e nunca esteve tão conectado na história”.

“Estamos começando a quarta Revolução Industrial. E pode ser o ponto tecnológico mais significativo da história das nossas vidas. Não vai definir apenas a indústria de tecnologia e sim como o mundo vai funcionar daqui em diante”.

Kirk também deu ênfase à questão da inteligência artificial (IA) generativa, destacando que ela chega ao nosso dia a dia — o que inclui o setor comercial — para flexibilizar e facilitar uma ampla variedade de tarefas. À comitiva, o recado foi claro: a jornada de IA está apenas no começo. Em seguida, ele fez demonstrações de utilização de novas IAs, que podem analisar vídeos e identificar anomalias para que autoridades sejam acionadas, por exemplo.

Na apresentação de ontem, a Microsoft destacou o amplo trabalho que desenvolve para o setor naval, como sistemas operacionais embarcados em navios de guerra e submarinos, pesquisas e análise de dados de transportes em tempo real.

Setor portuário

Em seguida, o diretor de Tecnologia da Santos Brasil, Ricardo Fernandes de Miranda, fez uma apresentação à comitiva sobre a história do desenvolvimento da informática e as transformações provocadas pela internet, cuja conectividade “nos mudou de patamar”, pelo mobile, que “transformou as nossas vidas”, e pelo armazenamento de dados em nuvens.

“Com a IA, trabalharemos em um esquema de hiperprodutividade. Estamos migrando para os agentes de IA, com a máquina tendo capacidade de tomar decisão. Hoje, ainda estamos em uma questão binária. Você terá que confiar na máquina para tomar decisão complexa, mas nem sempre ela estará certa”, pontuou Ricardo.

O diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Tetsu Koike, apresentou o sistema portuário brasileiro aos americanos, com destaque ao Porto de Santos, o maior do Hemisfério Sul.

Entre os que acompanharam a apresentação de Tetsu, estava Doug Priest, chefe de transporte público e infraestrutura urbana da Microsoft. Ele falou à comitiva sobre os desafios e as necessidades do setor portuário. Entre os principais pontos, os mais destacados são: conectividade, padronização de dados e processos, resiliência operacional, integração de sistemas, sustentabilidade nas operações, automação e plataformas integradas de serviços.

Doug também abordou o uso da IA na rotina logística e premissas que, segundo ele, devem ser seguidas por quem pretende otimizar resultados com essa ferramenta. “É preciso identificar os resultados a serem alcançados com a IA, adotar a tecnologia, trabalhar com métricas para aferir o sucesso e treinar a força de trabalho para gerar resultados positivos, com dados organizados e estruturados”.

Depoimentos



Kirk Arthur, líder mundial de soluções governamentais da Microsoft: *“O uso da inteligência artificial vai permitir que os funcionários sejam mais eficientes e ofereçam melhores serviços às pessoas que precisam dos serviços governamentais. Um desafio que temos é fazer com que os governos pelo mundo entendam o quão segura é a tecnologia, a importância de trabalhar com parceiros tecnológicos. É um momento especial, tempos empolgantes.”* (Divulgação)

Tetsu Koike, diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos: *“Vimos uma quebra de paradigma. A Microsoft possui soluções fantásticas e a expectativa é levar isso para o Brasil, buscar com os demais entes de governo e o setor privado uma forma de desenvolver essa mentalidade, que não muda porque se comprou uma tecnologia, e sim porque sua cultura está mudando e você quer melhorar.”*



Ricardo Fernandes de Miranda, diretor de Tecnologia da Santos Brasil: *“Certamente, a inteligência artificial vai mudar ainda mais nosso cotidiano e nossa atividade profissional. Vimos que a Microsoft está embarcando inteligência artificial em seus produtos tradicionais, como o Word, por exemplo. Isso vai trazer um nível de produtividade dentro do ambiente profissional muito diferente do que temos hoje.”*

Angelino Caputo, presidente-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra): *“Por enquanto, a maioria das pessoas utiliza a inteligência artificial para diversão, mas é no mundo profissional que veremos transformações das mais impressionantes. Ela mudará a forma das empresas ganharem dinheiro, do governo prestar melhores serviços. Vimos também como é grandioso o trabalho da Microsoft. São 50 mil pessoas, só aqui, trabalhando em tecnologias.”*



Eduardo Bittencourt, presidente do Parque Tecnológico de Santos: *“A IA é uma tendência mundial, não tem como ficar fora disso. Não se trata de algo para o futuro, é do presente. E quando a gente vê os ganhos que a inteligência artificial proporciona, tantos casos reais apresentados, a gente entende que consegue levar isso ao Porto de Santos. Na visita, pudemos entender como eles aplicam tecnologia nos portos.”*

Rogério Ramalhoso, diretor de Tecnologia do Grupo Cesari: *“Chamou atenção tudo o que vimos quanto à IA generativa. A Microsoft investiu bilhões em inteligência artificial e tem soluções prontas para a área portuária, coligada com startups. Nosso desafio, agora, é desenvolver nossos agentes. Sem dúvida, vamos voltar com a mente aberta para atuarmos na inclusão da IA em nossas operações. Temos que dar esse passo.”*



Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 29/05/2025

CIDADE DOURADA: TERRA DAS COLINAS, DA INOVAÇÃO E DO PORTO QUE FAZ HISTÓRIA

Missão promovida pelo Grupo Tribuna inicia ampla agenda em São Francisco, que é centro financeiro, tecnológico e cultural do norte da Califórnia

Por Alexandre Lopes 29 de maio de 2025



INAUGURADA EM 1937, A GOLDEN GATE CONTA COM 2,7 QUILOMETROS DE EXTENSÃO E 227 METROS DE ALTURA, SE TORNANDO O SÍMBOLO MAIS CONHECIDO DE SÃO FRANCISCO (AdobeStock)

Poucas cidades no mundo conseguem reunir tantas facetas como São Francisco. Ícone da Califórnia e um dos destinos mais fascinantes dos Estados Unidos, ela é um mosaico de inovação tecnológica, riqueza cultural, história portuária e uma paisagem urbana única, marcada por suas mais de 50 colinas e pela icônica ponte Golden Gate. Na noite desta

quarta (28), a Missão Internacional Porto & Mar 2025, promovida pelo Grupo Tribuna, desembarcou na Cidade Dourada e inicia nesta quinta-feira (29) mais uma etapa da agenda técnica em solo americano.

Com uma população estimada em 850 mil habitantes, São Francisco é o centro financeiro, tecnológico e cultural do norte da Califórnia. Apesar do tamanho modesto em território, trata-se de uma gigante em termos econômicos, graças à tecnologia, ao turismo e ao Porto de São Francisco, que tem papel fundamental na conexão comercial da costa oeste com a Ásia e outras partes do mundo.

Porto

O Porto de São Francisco tem um histórico que remonta ao século 19, quando a região se tornou um dos principais pontos da corrida do ouro. Hoje, sua função é diferente da de megacomplexos industriais como os portos de Los Angeles e Long Beach, mas segue movimentado com o transporte de passageiros, cruzeiros e operações de carga especializadas.

Além disso, a região portuária foi revitalizada e transformada em ponto turístico, especialmente na área do Fisherman's Wharf, onde é possível saborear frutos do mar frescos e observar os famosos leões-marinhos do Píer 39.



CABLE CAR, OS TRADICIONAIS BONDES QUE PERCORREM AS RUAS ÍNGREMES DA CIDADE (AdobeStock)

Turismo

Turisticamente, São Francisco entrega uma experiência completa. Além da Golden Gate, que pode ser percorrida a pé ou de bicicleta, outro ponto imperdível é a Ilha de Alcatraz, antiga prisão de segurança máxima que abrigou criminosos lendários como Al Capone.

O passeio inclui um trajeto de barco pela Baía de São Francisco, que oferece vistas espetaculares da cidade.

Outro grande atrativo é o Cable Car, o famoso bondinho que percorre as ruas íngremes da cidade e é o único sistema de bondes operado manualmente no mundo. Para quem busca experiências culturais, o San Francisco Museum of Modern Art e o Palace of Fine Arts são visitas obrigatórias, assim como o Mission District, bairro que respira arte urbana e cultura latina.



PÍER 39 E SEUS TRADICIONAIS LEÕES MARINHOS ATRAEM TURISTAS DOS EUA E DO EXTERIOR (AdobeStock)

Gastronomia

A gastronomia local também merece destaque. São Francisco é reconhecida pela diversidade de influências culinárias, com forte presença de restaurantes asiáticos, italianos e mexicanos.

O clam chowder servido no pão sourdough é um clássico da cidade, assim como os restaurantes de Chinatown, que abriga a maior comunidade chinesa fora da Ásia.

Desafios

Por outro lado, o custo de vida em São Francisco está entre os mais altos dos Estados Unidos, impulsionado pelo boom tecnológico do Vale do Silício, que atraiu grandes fortunas, mas também intensificou problemas sociais. (Missão Internacional Porto & Mar 2025)

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/05/2025

CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE CONVIVEM EM EVERETT

Terceiro maior porto em movimentação de contêineres no estado de Washington, complexo local concilia atividades de cargas e preservação do meio ambiente

Por Alexandre Lopes 29 de maio de 2025



MARINA PÚBLICA NO PORTO DE EVERETT CONTA COM 2,3 MIL VAGAS PERMANENTES E ESPAÇO PARA BARCOS DE VISITANTES (Rodrigo Nardelli/TV Tribuna)

O Porto de Everett, nos Estados Unidos, prova todos os dias que é possível aliar as operações em seu cais com a evolução tecnológica, mas sem descuidar da sustentabilidade. A comitiva brasileira liderada pelo Grupo Tribuna conheceu o complexo logístico na tarde desta quarta-

feira (28), trocou experiências com seus gestores e entendeu como o trabalho é desenvolvido.

Na cidade, que conta com cerca de 110 mil habitantes, a atenção está voltada aos setores aeroespacial, da construção civil e de manufatura. A presença da Boeing no município (leia mais na página 8) se tornou determinante, como explicou a diretora-executiva do Porto de Everett, Lisa Lefebber.

“Uma das nossas maiores áreas de foco neste momento é garantir apoio à indústria aeroespacial. Somos a sede da empresa Boeing. Transportamos todos os jatos de fuselagem larga deles e eles estão se preparando para aumentar o volume de produção. Por isso, queremos garantir que nossas instalações estejam prontas para eles”.

Quanto à presença da tecnologia, Lisa deu uma dimensão do quanto ela permeia as ações no porto local. “Sim, usamos tecnologia o tempo todo. Uma das nossas maiores áreas de foco é a tecnologia verde e como podemos tornar nossas operações mais limpas, para que nossa cadeia de suprimentos seja mais limpa, mais ecológica e mais eficiente”.

Terceiro maior movimentador de contêineres no estado de Washington, o Porto de Everett também é reconhecido por suas práticas sustentáveis, sendo certificado pelo programa Green Marine e implementando uma estratégia para lidar com as mudanças climáticas com o objetivo de garantir a preservação da orla marítima diante dos efeitos físicos e econômicos associados a este fenômeno. “Muita da nossa tecnologia é voltada para atividades sustentáveis”, complementou Lisa.



CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO DO PORTO CHAMOU ATENÇÃO DE BRASILEIROS (Rodrigo Nardelli/TV Tribuna)

O chefe de planejamento e desenvolvimento do Porto de Everett, Erik Gerking, também conversou com a comitiva e revelou que a gestão local e parceiros investiram cerca de US\$ 240 milhões desde 2007 para tratar os efeitos da contaminação histórica em áreas ribeirinhas de propriedade do porto. “A cada

US\$ 1 gasto na limpeza ambiental, temos a geração de US\$ 7 em produção econômica”.

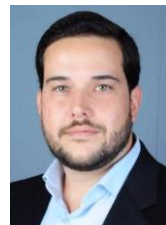
Erik citou o programa de eletrificação implantado em Everett, com o objetivo de reduzir a emissão de carbono na movimentação de cargas.

Marina

Além da movimentação de cargas, o Porto de Everett conta com a maior marina pública da costa oeste dos Estados Unidos, com 2,3 mil vagas permanentes para barcos e mais de 1.500 metros para atracação.



“A gente percebeu uma atenção muito grande com o meio ambiente. Mesmo sendo um porto menor em comparação com o de Santos, notamos que há uma preocupação constante em buscar novos negócios para gerar empregos, inclusive com operações de celulose. Vimos que Everett foi afetado pelas tarifas implantadas pelos Estados Unidos, mas a gestão já pensa em abrir novas portas”, Flávio da Rocha Costa, diretor de Logística do Terminal EBLog da Eldorado Brasil Celulose ()



“Foi um dia de muito conhecimento. Na Microsoft, vimos que eles têm uma série de produtos para o governo. Já em Everett, chamou atenção o destaque dado à relação Porto-Cidade, o que eles fazem para incentivar a comunidade local a ter apreço pelo porto, com um museu para as crianças, por exemplo, além de criar uma identidade e fomentar a mão de obra local”, Erick Aeck, diretor da Van Oord



“Chamou atenção a capacidade de adaptação de Everett às mudanças. Eles prepararam toda uma estrutura nova para um terminal de contêineres, mas o negócio evaporou de uma hora para outra e eles vêm se reinventando para utilizar berços e estruturas com outro tipo de carga. Ao conversamos, ouvimos que o principal trabalho deles é gerar empregos e isso merece ser destacado”, Washington Flores Júnior, presidente da Bandeirantes Deicmar



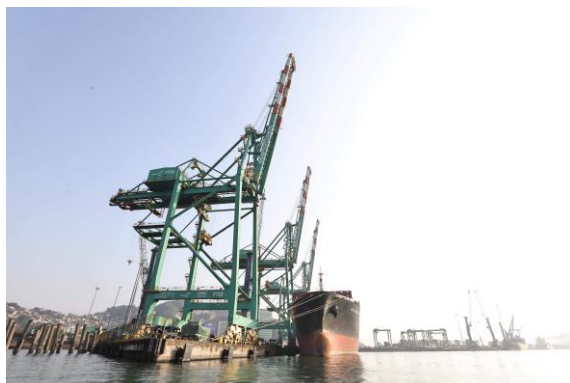
“Foi muito interessante visitar o Porto de Everett, embora ele tenha um perfil de carga diferente em relação ao Porto de Santos. A relação deles com a sociedade é mais próxima, com uma marina bem ativa e um ambiente de eventos. Destaco também o papel das mulheres que temos visto aqui nos EUA. Em Everett, temos uma liderança feminina. Podemos levar isso como aprendizado”, Giovanni Carboni Borlenghi, diretor de Negócios do Grupo Cesari

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 29/05/2025

MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE SUSPENSÃO DE LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS; ENTENDA OS MOTIVOS

Pedido feito ao Tribunal de Contas da União (TCU) aponta possíveis irregularidades na restrição a empresas com terminais no Porto de Santos

Por Bárbara Farias 29 de maio de 2025



Cais do Saboó, em Santos, área conhecida como STS10 e que tem uma parte ainda ocupada pelo Ecoporto, se transformará no megaterminal (Vanessa Rodrigues/AT)

O impedimento de empresas que têm participação em terminais de contêineres no Porto de Santos de disputarem o leilão do Tecon Santos 10, no cais do Saboó, pode levar à suspensão do andamento da licitação. Alegando “possíveis irregularidades”, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pediu nesta quarta (28) à Corte de Contas

que paralise a tramitação do processo.

O subprocurador-geral do MPTCU, Lucas Furtado, entrou com o pedido de medida cautelar junto ao TCU um dia após a divulgação de que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) optou por um modelo de licitação em duas fases, vedando a participação de operadores com

arrendamentos de terminais de contêineres em Santos na primeira. A segunda etapa só ocorreria caso a primeira fosse deserta (sem participantes).

O modelo foi determinado por despacho do diretor-geral substituto da Antaq, Caio Farias, com a concordância dos demais diretores, assinado no último dia 22, sob o argumento de evitar concentração de mercado no complexo portuário santista.

Porém, o subprocurador-geral do MPTCU diverge. Furtado argumentou, em sua representação, que há “uma limitação relevante na quantidade de empresas que poderão participar do certame” e que vedar a participação de companhias “consolidadas e com expertise na operação de cargas containerizadas já poderia caracterizar ofensa direta aos princípios constitucionais que regem as licitações públicas, como os da isonomia, da livre concorrência e da ampla competitividade”. LEIA

TAMBÉM

- Terminal de R\$ 5,6 bilhões em Santos tem regras de leilão definidas pela Antaq; veja quais são
- Megaterminal em Santos deve gerar mais de 3 mil empregos; projeto é discutido em Brasília

Ele argumentou ainda que a “restrição prévia e completamente genérica, em meu entendimento, apenas restringe de forma significativa a gama de interessados que viriam a contribuir com a competição e com a valorização do ativo na licitação”.

Por fim, Furtado solicitou, em caráter cautelar, à Antaq e ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que é o poder concedente, que pare qualquer trâmite licitatório para arrendamento do Tecon Santos 10 até que o TCU se manifeste sobre o pedido.

Procurada, a Corte de Contas informou apenas que “é preciso aguardar a abertura do processo e a análise do assunto pelo Tribunal”.

E a Antaq?

Questionada sobre o pedido do MP, a Antaq nada respondeu. Comunicou somente que, após a aprovação da análise das contribuições recebidas em audiência pública, “o processo licitatório foi encaminhado ao MPor” e que este, por sua vez, remeteu ontem a documentação ao TCU.

O local

O megaterminal Tecon Santos 10 ocupará uma área de 621,9 mil metros quadrados (m²) na Margem Direita do Porto de Santos, com investimento previsto de R\$ 5,6 bilhões a ser aplicado ao longo de 25 anos de contrato. O aporte será injetado na construção de um cais linear de 1,5 quilômetro, com quatro berços.

Em sua capacidade máxima, movimentará 3,5 milhões de TEU (medida de um contêiner padrão de 20 pés), ampliando em 50% a capacidade operacional de contêineres no Porto santista.

O projeto

A proposta para o Tecon Santos 10, que ficará ao lado do Parque Valongo, prevê que a empresa vencedora construa no local a infraestrutura necessária para receber os maiores navios do mundo.

No Tecon Santos 10, haverá exigência de extensão de cais suficiente para atracação simultânea de quatro navios. A profundidade da dragagem precisará ser de 17 metros.

Ainda conforme os documentos, o cais do local deverá ter dois berços de 823 metros até o quarto ano de contrato, um terceiro berço de 1,2 km até o sexto ano e o quarto berço, de 1,5 km, até o oitavo ano de arrendamento.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 29/05/2025

ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

AEROPORTO COSTA DOS CORAIS (AL) ATRAI INTERESSE DE INVESTIDORES ÁRABES

Com previsão para ser inaugurado em 2026, aeroporto Costa dos Corais gera expectativa sobre retorno financeiro e turístico para Alagoas

De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Secretário Júlio César (ao centro) liderou comitiva alagoana em missão oficial no Oriente Médio. Foto: Assessoria

A comitiva alagoana, que participou da missão oficial do Consórcio Nordeste pelo Oriente Médio, apresentou alguns projetos visando atrair investidores árabes para o estado. O aeroporto Costa dos Corais, que está sendo construído em Maragogi, foi a principal obra apresentada e entrou na rota de possíveis investidores internacionais.

A missão oficial foi encerrada nesta quinta-feira (29) e segundo o secretário de Relações Federativas e Internacionais de Alagoas, Júlio César, o projeto do aeroporto de Maragogi atraiu interesse de investidores do Oriente Médio. O objetivo da participação alagoana nos eventos era apresentar dados sobre a economia e projetos importantes para o desenvolvimento do estado, visando principalmente grandes grupos de investidores da região.

O Oriente Médio sedia, por exemplo, o Abu Dhabi Investment Authority (ADIA), a Saudi Arabian Monetary Agency (SAMA Foreign Holdings), o Qatar Investment Authority e o Fundo Mubadala dos Emirados Árabes Unidos.

“O aeroporto da Costa dos Corais foi um dos destaques apresentados nesta missão. Além do turismo, temos um potencial logístico nele, por sua localização privilegiada. Estabelecemos conexões importantes nessa missão e já nos solicitaram mais detalhes do projeto. O importante foi dar esse primeiro passo para mostrar nossos potenciais de investimentos a um mercado que busca investir”, comentou.

Júlio César também esteve reunido com o embaixador do Brasil nos Emirados Árabes, Sidney Leon Romeiro, em Abu Dhabi, para fortalecer as relações institucionais entre Alagoas e os Emirados Árabes, com vistas à atração de investimentos e à construção de parcerias sustentáveis.

“Eu disse ao embaixador Sidney Romeiro que Alagoas tem grande potencial e busca novos parceiros no campo internacional”, destacou o secretário.

A missão foi organizada pelo Consórcio Nordeste, com apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e terminou com boas perspectivas de ampliação da parceria entre os estados nordestinos e países do Oriente Médio.



Aeroporto Costa dos Corais, em Maragogi, deve ter obras concluídas no primeiro semestre de 2026. Foto: Governo de Alagoas

AL faz processo para conceder gestão do aeroporto Costa dos Corais

A busca por investidores para o segundo aeroporto do estado é uma das ações que o Governo de Alagoas vem realizando para promover um desenvolvimento estratégico para o Litoral Norte alagoano.

No último dia 16 de maio o governo publicou o edital do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nº 01/2025, com o objetivo de viabilizar a futura concessão do Aeroporto Costa dos Corais.

A iniciativa autoriza empresas ou consórcios do setor privado a elaborarem estudos técnicos que subsidiarão a modelagem da concessão do terminal aeroportuário. O Estado também nomeou uma comissão especial para acompanhar o processo de concessão.

Previsto para ser entregue no primeiro semestre de 2026, o Aeroporto Costa dos Corais iniciou a construção do terminal de passageiros., que terá 1.000 m² de área total e dois gates para embarque e desembarque.

A parte interna tem previsão de quatro balcões para realização de check-in e um aparelho de raio-X para verificação de bagagens. Na parte administrativa, será erguido um edifício, com área de apoio ao pátio e um estacionamento com capacidade para 35 carros de passeio e 10 ônibus e vans.

O aeroporto Costa dos Corais tem R\$ 371 milhões de recursos obtidos a partir de operação de crédito junto ao Banco do Brasil.

Além da grande expectativa em torno do retorno turístico e econômico, o aeroporto Costa dos Corais também terá uma das maiores pistas entre os aeroportos de cidades do interior do Nordeste.

O projeto prevê uma pista de 2.200 metros de extensão, com 45 metros de largura, que poderá atender aeronaves do tipo A320 ou B 737-800, que são usadas em voos de longa duração.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 30/05/2025

PUXADO PELA AGROPECUÁRIA, PIB CRESCE 1,4% NOS PRIMEIROS TRÊS MESES DO ANO

Com expectativa de safra recorde de soja, agropecuária registrou crescimento de 12,2% em relação ao último trimestre de 2024. PIB totalizou R\$ 3 trilhões. Em 12 meses, economia do Brasil acumula crescimento de 3,5%

Par Agência Brasil



É esperada uma safra recorde de soja, o produto agrícola mais importante do Brasil, com impacto direto no PIB. Foto: Jaelson Lucas/AEN-PR

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, apresentou crescimento de 1,4% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao quarto trimestre do ano passado. Segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em valores correntes, o PIB somou R\$ 3 trilhões no trimestre.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2024, o PIB teve alta de 2,9%. Já no acumulado de 12 meses, a economia brasileira cresceu 3,5%.

O crescimento do quarto trimestre de 2024 para o primeiro trimestre deste ano foi puxado pela agropecuária, com alta de 12,2%. Os serviços cresceram 0,3%. A indústria teve variação negativa (-0,1%).

“A agropecuária está sendo favorecida pelas condições climáticas favoráveis e conta com uma baixa base de comparação do ano passado. É esperada uma safra recorde de soja, nosso produto agrícola mais importante”, explica a pesquisadora do IBGE Rebeca Palis. O setor tem peso de aproximadamente 6,5% na economia.

Setor de serviços corresponde a 70% do PIB

Dentro do setor de serviços, que responde por 70% da economia brasileira, os destaques ficaram com as atividades de informação e comunicação (3,0%), outras atividades de serviços (0,8%) e atividades imobiliárias (0,8%). Também cresceram administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,6%), comércio (0,3%) e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,1%). Apenas o segmento de transportes, armazenagem e correio teve queda, de 0,6%.

Em relação às atividades industriais, cresceram os segmentos de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,5%) e indústrias extrativas (2,1%). Por outro lado, houve queda nas indústrias de transformação (-1%) e na construção (-0,8%).

Sob a ótica da demanda, houve crescimentos de 3,1% na formação bruta de capital fixo (investimentos), de 2,9% na exportação de bens e serviços e de 1% na despesa de consumo das famílias. Por outro lado, a importação de bens e serviços, que conta negativamente para a conta do PIB, cresceu 5,9%.

Na comparação com o trimestre anterior, essa é a 15ª alta consecutiva do PIB brasileiro, ou seja, desde o terceiro trimestre de 2021. Já na comparação com o mesmo período do ano anterior, essa é a 17ª alta consecutiva, ou seja, desde o primeiro trimestre de 2021.

No acumulado de 12 meses, a taxa de 3,5% é a maior desde o segundo trimestre de 2023 (3,8%) e a 16ª alta consecutiva, ou seja, desde o segundo trimestre de 2021.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 30/05/2025

TCU APURA CORTES DE GERAÇÃO QUE ATINGIRAM USINAS DO NORDESTE

Os técnicos do TCU vão apurar se os cortes de geração obedeceram a regulação existente e se estavam dentro das melhores práticas do setor

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A geração de energia eólica e solar têm tido prejuízos com os cortes de geração feitos pelo ONS. Foto: Reprodução/Agência Gov

O impasse sobre os cortes de geração que atingiram, principalmente, as geradoras de energia renovável do Nordeste chegou ao Tribunal de Contas da União (TCU), que começou uma auditoria operacional para avaliar a regulação e a gestão destes cortes, conhecidos como curtailment no setor elétrico. A



estimativa é de que esses cortes tenham trazido uma queda de receita de R\$ 1,8 bilhão as geradoras eólicas instaladas em sete Estados do Nordeste no período de 15 de agosto de 2023 a 26 de maio de 2025.

O montante foi valorado pelo preço da energia no mercado de curto prazo, também chamado de PLD, num levantamento da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (Abeeólica). Cerca de 75% das empresas atingidas pelos cortes de geração estão no Nordeste, segundo um levantamento feito pela consultoria Volt Robotics que informou também que os cortes afetaram 1.445 usinas.

A auditoria dos técnicos do TCU vai apurar se os cortes ocorreram dentro da legislação vigente e se enquadraram dentro das melhores práticas regulatórias. A auditoria está iniciando e envolve vários players do setor elétrico como o Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o ONS.

O problema vem ocorrendo desde 2023, aumentou em 2024 e até agora o MME, a Aneel e o ONS não chegaram a uma solução definitiva para resolver a questão. Os cortes podem inviabilizar a geração de energia renovável no Nordeste, segundo consultores do setor elétrico.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) criou um Grupo de Trabalho, em março último, para tentar apontar ações que mitiguem os cortes de geração de energia renovável. Em paralelo, as empresas que foram atingidas estão se articulando para obter o ressarcimento da receita que perderam, inclusive judicialmente.

Entenda mais sobre os cortes de geração

Os cortes de geração são determinados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e passaram a ser mais constantes depois do apagão de agosto de 2023, quando o ONS começou a administrar o Sistema Interligado Nacional (SIN) de uma forma mais conservadora. Alguns técnicos do setor e até executivos, que representam setores de energia renovável, argumentam que há capacidade de transportar mais energia nas linhas de transmissão existentes, o que contribuiria para diminuir os cortes de geração.

Os cortes de geração ocorrem, quando o ONS considera, entre outros fatores, que há mais energia sendo produzida do que a que pode ser escoada nas linhas de transmissão do sistema elétrico, o Sistema Interligado Nacional (SIN). Por isso, ele determina que algumas empresas produzam menos naquele determinado momento.

Com isso, as empresas geradoras tem que produzir menos energia do que o previsto. E é por isso que as geradoras estão pedindo o ressarcimento das perdas de receitas.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 29/05/2025

PERNAMBUCO TRAVADO: A URGÊNCIA DE UM PACTO PELA RETOMADA DO PROTAGONISMO

Empresários dizem que obras fundamentais para o desenvolvimento de Pernambuco seguem atoladas em um pântano de interesses eleitorais

Por Patricia Raposo - De Recife patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br

Em meio a uma crescente tensão entre os poderes públicos de Pernambuco, a sociedade civil organizada começa a erguer a voz em nome do bom senso e da retomada do desenvolvimento. Em entrevista exclusiva ao Movimento Econômico, o empresário Halim Nagem, presidente do movimento Atitude Pernambuco, compartilhou um retrato da frustração que permeia o setor produtivo diante do que entende ser um Estado paralisado por disputas políticas.



Debates estratégicos esvaziados em Pernambuco/Imagem criada por IA/ME

“A gente trabalha pelo Estado enquanto Estado”, enfatiza Halim, ao explicar que o Atitude PE nasceu para ser uma ponte entre a sociedade civil economicamente ativa e os gestores públicos, independentemente de quem esteja no poder. Mas há um embate institucional que escalou perigosamente entre a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, e que começa a contaminar a ambiência de negócios e travar projetos estratégicos para Pernambuco —

um embate que envolve partidos e candidatos ao pleito de 2026. “Estamos num ambiente eleitoral antecipado, envolvendo as diversas esferas de poder, e isso é muito ruim”, disse.

Segundo Halim Nagem, o ambiente que antes era marcado por disputas entre empresários — o famoso “puxar a perna do outro” — hoje foi superado dentro da iniciativa privada. “Quem trabalha, cresce”, diz, indicando que a mentalidade empresarial amadureceu. Ele observa que a política local parece não ter acompanhado essa evolução. O que se vê, segundo Halim, é uma politização tóxica em torno de temas estruturantes que deveriam estar acima de qualquer ideologia.

Projetos como a Transnordestina, a duplicação da BR-232, o Arco Metropolitano e a implantação da Escola de Sargentos são fundamentais para o desenvolvimento de Pernambuco e, no entanto, seguem atolados em um pântano de interesses eleitorais. “Essas obras vão atravessar governos. Elas não são de direita, esquerda ou centro. São de Pernambuco”, alerta Halim.

Ele lembra que o ex-deputado Danilo Cabral, durante o lançamento do Fórum Permanente de Infraestrutura, promovido pela FIEPE em março, foi um dos primeiros a dizer publicamente que era hora de “deixar a política da porta para fora”. “O recado foi dado, mas ainda encontra resistência. A disputa, que deveria ser por eficiência e resultados, virou uma antecipação de eleições que não começaram oficialmente, mas que já contaminam o debate público”, sustenta o empresário.

Para o presidente do Atitude PE, é preciso que todos os atores — governo estadual, prefeituras, Assembleia, partidos e até órgãos federais e o Judiciário — se sentem à mesa com um propósito comum: destravar Pernambuco. “Não existe social sem econômico. Não existe social sem educação”, resume. A ambiência que se quer criar para atrair investimento e turismo exige infraestrutura, segurança e planejamento — e isso só será possível com cooperação institucional.

Halim ressalta que chegou a hora de Pernambuco entender que o futuro não pode mais ser adiado em nome de uma eleição antecipada. O custo da inércia será pago em atraso econômico, desemprego e perda de oportunidades. “Precisamos de uma bandeira branca em Pernambuco. E isso é urgente”, disse.

Empresários de Pernambuco se manifestam

Paulo Perez, Grupo BCI

“Estamos cansados dessa falta de senso de pressa. O tempo passa e não há avanço”, reclama Paulo Perez, diretor do Grupo BCI, que também decidiu se manifestar publicamente.

Manoel Ferreira, Agemar

“Quando o mar briga com as pedras, quem sofre é o marisco — e, nesse caso, o marisco somos nós”, disse Manoel Ferreira, presidente da Agemar. Usando a metáfora, ele manifesta sua insatisfação e reclama, por exemplo, da demora em se resolver os engarrafamentos na BR-101 — um transtorno diário para quem precisa se deslocar entre Recife e Suape. Problema que poderia ser mitigado com obras há muito aguardadas, como o Arco Metropolitano e a intervenção no km 84 da

BR-101, próximo à fábrica da Vitarella. Obra que, inclusive, teve seus projetos básico e executivo financiados pelo Atitude Pernambuco e ainda não saiu do papel.

Ricardo Heráclito, CIEPE

O presidente da CIEPE, o ex-deputado federal e empresário Ricardo Heráclito, também atribui o atraso nas obras em Pernambuco à desarticulação política. Ele aponta fuga de investimentos para outros estados, “onde empresários encontram ambiente mais ágil e eficiente”. Para ele, o Brasil vive uma crise generalizada de poderes, e Pernambuco “entrou na mesma ciranda”. Heráclito defende “mais união, escuta técnica e menos vaidade política”.

Danilo Cabral

“Com sete ministros no governo federal, além de uma bancada federal numerosa, Pernambuco precisa transformar seu potencial político em alavanca para destravar obras, captar recursos e integrar suas demandas ao planejamento nacional — e isso requer ação articulada”, diz o superintendente da Sudene, Danilo Cabral, que foi um dos primeiros a falar em “integração” para defesa dos interesses do Estado. Disse isso em evento na FIEPE, e suas palavras chamaram a atenção do empresariado. Ele defende que a FIEPE seja protagonista na articulação pró-Pernambuco.

Bruno Veloso – FIEPE

Apontada pelos empresários como a entidade ideal para conduzir uma mobilização em torno dos projetos prioritários de Pernambuco, a FIEPE já se posiciona como tal. “Estamos tão atentos a esse cenário desfavorável que criamos, em março passado, o Fórum Permanente de Infraestrutura”, disse Bruno Veloso. Esse fórum tem o objetivo de monitorar as obras e projetos, cujo mapeamento — que está sendo feito pela Deloitte — será lançado numa plataforma aberta, para consulta pública. Veloso garante que a Federação das Indústrias não ficará só no discurso: “Iremos agir para mobilizar os atores envolvidos no que estiver travando qualquer avanço”.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 29/05/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

COMUNICADO ANTAQ: PAINÉIS DA AGÊNCIA FARÃO PARADA PROGRAMADA PARA MODERNIZAÇÃO

Essa é a segunda etapa das atualizações, que vão garantir melhoramentos para a ANTAQ

Brasília, 30/05/2025 - Os painéis BI da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) farão parada programada para modernização do ambiente Qlik Sense. As atualizações começam às 18h desta sexta-feira (30) e serão finalizadas às 6h do dia 2 de junho.

Essa é a segunda etapa da modernização, a primeira aconteceu no último dia 20 de maio. Com as mudanças, essas ferramentas serão atualizadas para a versão mais moderna do Qlik Sense, que terá mais poder de processamento e memória, permitindo consultas mais rápidas nos painéis existentes, além de possibilitar a inserção de novos projetos de BI no futuro.

No total, 44 ferramentas ficarão indisponíveis para consulta nesse período. Entre os painéis estão: o Estatístico Aquaviário, o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), os Resultados da Pesquisa Equidade de Gênero, a Análise do Impacto Regulatório, a Agenda Regulatória, entre outros.

Além disso, será finalizada a instalação de dois programas que facilitarão a consulta por parte do usuário. Um desses dispositivos é o Qlik Alerting, que permite criar alertas personalizados e inteligentes para monitorar dados de negócios, e o segundo é o Qlik GeoAnalytics, que cria visualizações geográficas avançadas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 30/05/2025

DIRETORA FLÁVIA TAKAFASHI PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE RETOMADA DAS OPERAÇÕES DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)

Na ocasião, foram anunciados investimentos para modernização e ampliação do porto



Foto: Jonilton Lima/Mpor

Brasília, 29/05/2025 - A diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) Flávia Takafashi participou da cerimônia de retomada das operações do Porto de Itajaí (SC), na tarde desta quinta-feira (29), ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante o evento, também foram anunciados investimentos da Petrobras para o porto e recursos para modernização e para infraestrutura, como dragagem, a readequação do molhe, a compra de um novo scanner, a instalação do sistema VTMS, entre outros.

Esses aportes devem garantir mais segurança, eficiência logística e a ampliação da capacidade da instalação portuária. Além disso, os investimentos devem impulsionar a movimentação de cargas, gerar empregos e fortalecer a economia local.

Nesse sentido, a diretora Flávia destacou que “a retomada das operações do porto, após um período de paralisação, vai aumentar a movimentação e a capacidade de contêineres no país, em um momento em que esse tipo de carga alcança seguidos recordes. Tendo em vista esse cenário de crescimento, o Porto de Itajaí se torna estratégico para o estado de Santa Catarina e para o Brasil”.

Durante o evento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, anunciou que Itajaí se tornará uma companhia docas e contará com um plano de investimentos no valor de R\$ 844 milhões. Uma parte desse valor será destinado para o aprofundamento do canal de acesso de 13,5 metros para 16 metros.

Também participaram do evento o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; o ministro da Educação, Camilo Santana; o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila; o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos; a presidente da Petrobras, Magda Chambriard; entre outras autoridades.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 29/05/2025

Governo criou uma malha aérea emergencial com 175 voos semanais em aeródromos das cidades vizinhas, que também foram importantes para o fornecimento de ajuda e doações pelo estado



Aeroportos se tornam eixos vitais de solidariedade e reconstrução no Rio Grande do Sul - Foto: Divulgação Azul

Maio de 2024 ficará para sempre na memória da população do Rio Grande do Sul (RS). “A primeira imagem que me vem em mente quando penso na enchente é das montanhas ‘chorando’”, lembra Ana Paula Benini, moradora de Caxias do Sul, uma das primeiras cidades atingidas. As montanhas às quais ela se refere ficam em Bento Gonçalves, sua cidade natal e onde mora parte de

sua família.

Foram nos terminais aéreos que 3,7 mil toneladas de doações de água potável, alimentos, itens de higiene, de segurança, roupas e outros tantos chegaram aos atingidos pela catástrofe. Uma demonstração de solidariedade de toda a população brasileira e de boa parte do mundo.

“Caxias do Sul foi base de recebimento de doações para todo o estado. Minha família e eu prestamos auxílio voluntário na Cruz Vermelha da cidade, que era o ponto de distribuição dos donativos que chegavam”, conta Ana Paula.

Os aeroportos de outros estados também se organizaram como ponto de recebimento de doações, assim como companhias aéreas se disponibilizaram a levar os itens a quem mais precisava.

Salgado Filho

Um ano depois, com o esforço conjunto dos governos Federal, Estadual e Municipais, o Rio Grande do Sul se recupera. O Aeroporto Salgado Filho, localizado em Porto Alegre e o principal de toda a Região Sul, foi completamente revitalizado e está em pleno funcionamento. Foram investidos, no trabalho de recuperação, R\$ 426 milhões, aprovados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

“Foram madrugadas adentro para buscar uma solução para o Aeroporto Salgado Filho. Com muito trabalho, muita unidade e muita construção conjunta a reforma foi entregue em tempo recorde, o que foi fundamental para a economia e a retomada do turismo no estado”, declarou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ao lembrar das ações emergenciais implementadas no Rio Grande do Sul.

O aeródromo ficou 30 dias embaixo d’água. “Estive no aeroporto no dia em que iniciou todo o processo da enchente. Participei das equipes que ficaram de forma voluntária no Salgado Filho para cuidar das nossas instalações e uma das minhas atribuições era cuidar das refeições de todos os colaboradores que ficaram”, contou o fiscal de pátio da Fraport, concessionária responsável pelo aeródromo, Claudio Henrique Ricardo.

“Com rapidez e coordenação, construímos uma malha aérea operando inicialmente 116 voos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E em parceria com a ANAC e o Comando da Aeronáutica, permitimos uma operação inédita de aeronaves civis na base aérea de Canoas. Para essas operações, até um shopping da cidade foi adaptado como um terminal de passageiros”, lembrou a diretora de Fomento e Planejamento da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Júlia Lopes.

Além do recurso para a reconstrução do Salgado Filho, o governo criou uma malha aérea emergencial com 175 voos semanais em aeródromos das cidades de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. Com o passar do tempo, as operações foram ampliadas para atender quem precisa chegar ou sair do estado.



A Base Aérea de Canoas passou a ser utilizada para voos comerciais. Um investimento de R\$ 6 milhões que ajudou a salvar vidas. Além disso, os aeroportos de Florianópolis, Jaguaruna e Chapecó, em Santa Catarina, contribuíram para suprir a falta que o Salgado Filho fez para atender às demandas da população gaúcha.

Reconstrução

As obras do Aeroporto Internacional de Porto Alegre foram iniciadas em junho, assim que o volume de água permitiu a realização dos trabalhos. As atividades começaram com a avaliação dos danos à pista de pousos e decolagens, que incluíram a simulação do peso e impacto de aeronaves e levantamento detalhado dos danos à estrutura causados pela enchente.

Ao todo, foram quase cinco meses de trabalho árduo para que o aeroporto voltasse a operar parcialmente, em outubro de 2024, com voos domésticos. Mais de 1,2 mil trabalhadores dedicaram-se, ao longo desse tempo, para recuperar a pista de pousos e decolagens, taxiways e pátio de aeronaves. A concessionária também renovou nove pontes de embarque.

A abertura completa ocorreu em dezembro, com a retomada de voos internacionais. O movimento crescente, com 2 milhões de passageiros entre janeiro e abril de 2025, tanto de embarques domésticos como internacionais, aponta para a recuperação econômica e do turismo no estado.

A concessionária tem anunciado novas rotas, inclusive para fora do país. São novos caminhos para um povo que aposta na esperança para recomeçar. “A tristeza é um registro impossível de esquecer; mas é o amor, a doação, o auxílio de toda parte do mundo, o resgate do melhor do ser humano o lugar para o qual escolho olhar”, define Ana Paula.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/05/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE AMERICANA (SP)

Nesta segunda (2), serão anunciados investimentos para ampliação da capacidade e melhorias na infraestrutura do aeroporto

O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, assina, nesta segunda-feira (2), a ordem de serviço para início das obras de modernização do Aeroporto Municipal de Americana (SP). O investimento total no empreendimento será de R\$16,3 milhões, destinados à ampliação da capacidade e à qualificação da infraestrutura do terminal.

As obras têm como foco o alargamento e reforço da pista, implantação de áreas de segurança, modernização do sistema de balizamento e sinalização, além de melhorias na drenagem e regularização das áreas operacionais. Com essas intervenções, o governo pretende impulsionar o transporte aéreo regional, atrair novos investimentos, gerar empregos e fortalecer a economia local.

Entre os principais projetos e ações, destacam-se:

- Alargamento da pista de pouso e decolagem de 18 para 23 metros;
- reforço na capacidade do pavimento;
- implantação de áreas de segurança (RESAs) nas cabeceiras;
- restauração das pistas de taxiamento e implantação de acostamentos;
- instalação de novo balizamento luminoso e sinalização horizontal e vertical; e
- implantação de sistema visual indicador de rampa de aproximação (PAPI) em ambas as cabeceiras.

Credenciamento

Ao final da cerimônia, o ministro Silvio Costa Filho atenderá os profissionais da imprensa presentes. Não será necessário o credenciamento prévio.

Serviço

O quê: Assinatura da ordem de serviço para modernização do Aeroporto Municipal de Americana

Data: Segunda-feira, 2 de junho

Horário: 10h

Local: Aeroporto Municipal de Americana – Rodovia Luiz de Queiroz, s/n, Americana/SP

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/05/2025

REMOÇÃO DO PEDRAL DO LOURENÇO VAI AMPLIAR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE

Com o derrocamento do pedral, hidrovía do Rio Tocantins deve movimentar até 20 milhões de toneladas por ano e impulsionar o desenvolvimento regional



Pedral do Lourenço (PA) - Foto: Antônio Cavalcante

O Governo Federal deu um grande passo para o setor hidroviário com a licença ambiental concedida pelo Ibama para o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins. A autorização para a remoção da formação rochosa no fundo do rio, que restringe a passagem segura de embarcações de carga, foi concedida na última segunda-feira (26) para dar início às obras que vão viabilizar a navegabilidade na hidrovía do Tocantins, uma das principais vias de transporte sustentável entre as regiões Centro-Oeste e Norte do

Brasil.

A hidrovía do rio Tocantins se estende por mais de 1.700 quilômetros, entre as cidades de Peixe (TO) e Belém (PA), mas tem sua capacidade reduzida neste trecho rochoso de aproximadamente 40 quilômetros.

Com a previsão de conclusão da dragagem e derrocamento do Pedral do Lourenço, o Tocantins terá potencial de movimentação de mais de 20 milhões de toneladas/ano, o equivalente a cerca de 500 mil caminhões. Com isso, será uma alternativa eficiente ao transporte rodoviário, permitindo a redução de até 30% nos custos logísticos e ampliando a competitividade da produção nacional.

A expectativa é que os maiores beneficiados sejam os estados do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), uma das regiões agrícolas que mais crescem no país e que ainda dependem fortemente de rodovias para transportar sua produção.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, destaca que é uma alternativa sustentável para o escoamento da produção local. “O derrocamento do Pedral viabiliza uma alternativa logística mais sustentável para o escoamento da produção do MATOPIBA, ainda muito dependente das rodovias. A operação contínua da hidrovía representa eficiência e um avanço para uma matriz de transporte mais limpa e essencial para o cumprimento das metas de descarbonização do Brasil”, afirma o secretário.

Além dos ganhos logísticos, a obra deve impulsionar o desenvolvimento regional por meio da geração de empregos diretos e indiretos, atração de investimentos privados, fortalecimento da indústria naval e dinamização de áreas com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). O derrocamento do Pedral é visto como um motor de progresso social para a região Norte, contribuindo para a inclusão produtiva e para a redução de desigualdades históricas.

A execução da obra seguirá uma agenda socioambiental, construída no processo de licenciamento. Ao todo, 26 programas ambientais foram aprovados, incluindo:

- * Monitoramento da fauna aquática e terrestre;
- * instalação de uma Base de Atendimento Veterinário;
- * ações de educação ambiental e controle de resíduos; e
- * projeto-piloto de derrocamento subaquático, com avaliação de impactos ambientais.

Parcerias e planejamento integrado

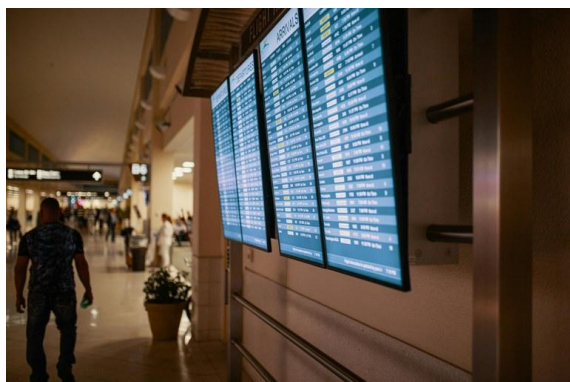
O projeto será conduzido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A obra integra o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e está alinhada ao planejamento do governo federal para a futura concessão da Hidrovia do Tapajós, fortalecendo a expansão da malha fluvial na Amazônia Legal.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/05/2025

GOVERNO FEDERAL ABRE CONSULTA PÚBLICA DO PROGRAMA INVESTE+AEROPORTOS

Programa vai possibilitar a aprovação de projetos de investimentos em terminais aeroportuários, diversificando os serviços prestados à população



Programa vai ampliar investimentos nos aeroportos, transformando-os em polos dinamizadores do desenvolvimento econômico - Foto: Divulgação

O Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, abriu nesta quinta-feira (29) a consulta pública do programa Investe+Aeroportos para coletar da sociedade, operadores aeroportuários, empreendedores, associações e entidades ligadas à aviação civil contribuições para o aprimoramento da iniciativa. Os interessados devem acessar a plataforma

Participa Mais Brasil (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial>), entrar com a conta Gov.BR e deixar a sugestão.

Na prática, o programa flexibiliza a portaria 93/2020 do Ministério da Infraestrutura que disciplina contratos de exploração comercial em espaços dos sítios aeroportuários. O objetivo do Investe+Aeroportos é fomentar mais investimentos nestes ambientes, transformando os aeroportos em polos dinamizadores do desenvolvimento econômico.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o programa vai fomentar a parte logística dos terminais aeroportuários. "Este ano, por exemplo, nós esperamos mais de 5 milhões de brasileiros ingressando na aviação do país. Isso é fundamental, porque isso fortalece o turismo e a economia dos estados. Nós temos hoje grandes hubs logísticos do país, e é por isso que a gente está revisando a Portaria 93 para dar mais segurança e previsibilidade para quem quer prover investimentos. O Investe+Aeroportos dialoga com a agenda econômica e de desenvolvimento do Brasil", ressaltou.

O programa flexibiliza as regras existentes para aprovação de projetos de investimentos, facilitando o aporte de recursos nos terminais aéreos para que outros serviços sejam oferecidos à população além dos tradicionais serviços de embarque e desembarque de passageiros.

"Será possível ter nos nossos aeroportos empreendimentos como shoppings, centros de convenções, hotéis, terminais logísticos, complexos hospitalares, entre outras iniciativas que vão

trazer mais desenvolvimento, empregos e oportunidades”, explica o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca. A consulta pública fica disponível até 13 de julho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/05/2025

GOVERNO ANUNCIA CRIAÇÃO DE DOCAS PARA O PORTO DE ITAJAÍ (SC)

Companhia será criada por Medida provisória; complexo portuário também contará com plano de investimentos de R\$ 844 milhões



Ministro anunciou investimentos e criação de Companhia Docas para gerir o porto - Foto: Jonilton/MPor

O Porto de Itajaí será administrado por uma Companhia Docas própria, a ser criada via Medida Provisória. Foi o que anunciou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, nesta quinta-feira (29), em cerimônia de retomada das operações na sede do complexo portuário, em Santa Catarina, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O porto também contará com plano de investimentos no valor de R\$ 844

milhões para modernização, melhorias na segurança, eficiência logística e ampliação da capacidade portuária.

“Esse é um dos momentos mais importantes para o setor portuário brasileiro. A reabertura do Porto de Itajaí é uma das nossas principais pautas. Vamos encaminhar uma Medida Provisória para transformar o porto em uma doca independente e em um porto federal”, detalhou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou, em sua fala, a importância dos investimentos do Governo Federal em infraestrutura portuária para o desenvolvimento da economia e qualidade de vida da população. “O que nós queremos para o Brasil é elevar o patamar, elevar o padrão de vida do povo brasileiro”.

Os investimentos pretendem devolver ao porto a posição de maior expositor de grãos do Brasil e um dos líderes em movimentação de contêineres, fortalecendo a economia local através da geração de receitas e de empregos.

A gestão do complexo foi retomada pelo Governo Federal em janeiro deste ano e está sob a responsabilidade da Autoridade Portuária de Santos (APS). O porto teve suas atividades paralisadas em 2022. O governo da época tinha a intenção de privatizar a unidade. Em dezembro de 2023, já no atual governo, o porto teve o contrato provisório para a retomada de serviços assinado, o que possibilitou a regularização do complexo e o retorno do interesse econômico. Nesse período, parte dos trabalhadores retornaram aos postos de trabalho.

Desde a retomada, o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), atua para fortalecer a competitividade logística, facilitar a otimização de rotas e operações e melhorar a eficiência no atendimento ao mercado internacional, impulsionando o desenvolvimento econômico do país.

Na última quarta-feira (28), o maior navio de transporte automotivo do mundo desembarcou no Porto de Itajaí com 7,2 mil carros elétricos a bordo. Essa é a primeira vez que o BYD Shenzhen, como é conhecido, chega ao Brasil. A escolha do Porto de Itajaí é um exemplo de sua relevância para a infraestrutura nacional.



Também participaram do evento o secretário nacional de Portos, Alex Ávila; o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos; e o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima.

Recuperação

Para garantir a segurança e eficiência no recebimento de navios de grande porte, de até 400 metros, estão previstas a dragagem do Rio Itajaí-Açu, com investimento estimado em R\$ 90 milhões, a readequação do molhe de Navegantes (R\$ 64 milhões), a contenção da margem do canal (R\$ 67 milhões), obras na bacia de evolução (R\$ 68 milhões) e requalificação da margem do canal (R\$ 67 milhões).

Também está prevista a retirada do casco do navio Pallas, naufragado há mais de 130 anos e localizado próximo ao molhe de Navegantes. A intervenção, por um aporte de R\$ 23 milhões, vai aumentar a capacidade de manobra no canal portuário.

Outras obras são o adensamento da área de do RAC (R\$ 45 milhões), a modernização dos gates e integração com a Receita Federal (R\$ 30 milhões) e a construção de pier para navio de cruzeiros, que contribuirá para fomentar o turismo regional, com investimento de R\$ 300 milhões.

Entre as aquisições de equipamento estão novo scanner de raio X (R\$12 milhões), Sistema VTMS, com capacidade de monitoramento ativo de tráfego aquaviário, por R\$ 65 milhões, Sistema SmartPorto, de segurança e inteligência artificial (R\$ 30 milhões) e monitoramento rodoviário e agendamento (R\$30 milhões).

Há, ainda, previsão de realização da concessão do canal do Porto de Itajaí em dezembro deste ano. O contrato de 25 anos prevê a manutenção e o aprofundamento do canal de acesso, entre outros investimentos, no valor total de R\$ 317 milhões.

R\$ 9 bilhões para o estado

Além dos investimentos para a recuperação do Porto de Itajaí, o Conselho do Fundo da Marinha Mercante aprovou 77 obras de infraestrutura e modernização da indústria naval de Santa Catarina, com valor total de R\$ 9 bilhões. As obras devem gerar mais de 17,5 mil empregos diretos.

Deste total, R\$ 710 milhões de investimentos já contratados serão em obras de construção, docagem e reparos, com a geração de aproximadamente 5 mil empregos. Outros 13 projetos aprovados somam R\$8,3 bilhões e devem gerar 12,6 mil empregos.

Durante a cerimônia, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, anunciou a construção de 16 embarcações tipo PSV, para transporte de bens, e do tipo OSV, para mitigação em caso de incidentes, no valor de R\$ 7 bilhões, em Itajaí e Navegantes, além de investimentos em transição energética.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 29/05/2025

MAIS DE 9,9 MILHÕES DE PASSAGEIROS PASSARAM PELOS AEROPORTOS DO SUDESTE EM ABRIL

Região mantém liderança no setor e concentra maior fluxo de passageiros do país

Cerca de 9,9 milhões de passageiros passaram pelos principais aeroportos da região Sudeste apenas no mês de abril de 2025, em voos domésticos e internacionais — número que reforça a liderança da região no transporte aéreo nacional. Foram 4,99 milhões de embarques e 4,94 milhões de desembarques, conforme dados do Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O número representa um aumento de 10,4% em relação ao mesmo período de 2024. No mercado doméstico, foram 8,1 milhões de turistas embarcados em terminais da região, o que representa alta de 9,6% na comparação com igual período do ano passado.



Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) liderou o movimento de passageiros no mês - Foto: Arquivo/Agência Brasil

A movimentação praticamente equilibrada entre quem chega e quem parte revela a importância estratégica do Sudeste como polo de conexão logística e integração econômica com o restante do país e com mercados internacionais.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números confirmam a

importância da região para a economia de negócios e turismo do Brasil. “No Sudeste, os aeroportos regionais conectam milhões de brasileiros aos grandes centros e movimentam a economia local, gerando emprego, renda e novas oportunidades. Nosso compromisso é fortalecer cada vez mais essa malha, garantindo infraestrutura de qualidade e mais acessibilidade ao transporte aéreo em todas as regiões”, destacou o ministro.

Mercado doméstico

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) liderou o movimento no mês, com 2,33 milhões de passageiros, o que representa 28,7% do total registrado na região. Na sequência aparecem o Aeroporto de Congonhas (SP), com 1,8 milhão, e o Aeroporto de Confins (MG), com 986 mil passageiros.

Guarulhos segue como o principal hub aeroportuário do país, com papel central tanto nas conexões internacionais quanto na malha aérea doméstica.

Aeroportos regionais

Além dos grandes terminais, a malha aeroviária do Sudeste é fortalecida por importantes aeroportos regionais, como Campinas (SP), Vitória (ES) e Uberlândia (MG). Mesmo com fluxo proporcionalmente menor, esses terminais são essenciais para ampliar o acesso ao transporte aéreo e impulsionar o desenvolvimento econômico de cidades médias.

“A integração dos aeroportos regionais aos grandes hubs nacionais é um vetor estratégico para promover o desenvolvimento equilibrado do Sudeste. Ao ampliar a conectividade de cidades médias com os principais centros econômicos do país, fortalecemos a logística, atraímos investimentos e incentivamos a interiorização do crescimento, de forma planejada e sustentável”, destaca Vinícius Lima, Coordenador-Geral de Gestão e Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC).

Juntos, os aeroportos paulistas - Guarulhos (2,33 milhões), Congonhas (1,89 milhão), Campinas (942 mil) e Ribeirão Preto (54 mil) - concentram mais da metade da movimentação aérea de toda a região, somando 5,23 milhões de passageiros em abril, o equivalente a 64,2% do total registrado no Sudeste.

Infraestrutura estratégica

A malha aérea do Sudeste desempenha um papel essencial no funcionamento de setores econômicos chave, como:

- Turismo de negócios – com grandes feiras, congressos e eventos nas capitais;
- Comércio exterior – impulsionado pelos terminais de carga em Guarulhos e Confins;

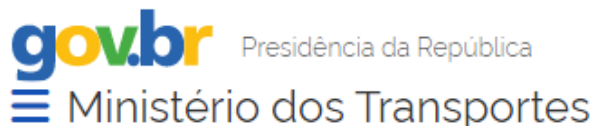


- Serviços financeiros e tecnologia – fortemente concentrados em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Com uma infraestrutura robusta, aeroportos dinâmicos e demanda crescente, o transporte aéreo no Sudeste segue como vetor estratégico de mobilidade, competitividade e integração com o mercado global. A expectativa para os próximos meses é de crescimento ainda maior, com o início do período de alta temporada de inverno e eventos de grande porte nas capitais, reforçando o papel da aviação como motor do desenvolvimento regional e nacional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/05/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINAS GERAIS: RENAN FILHO FAZ BALANÇO DAS OBRAS NA BR-381 E ANUNCIA DUPLICAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO DOCE

Agenda do ministro dos Transportes no estado mineiro começa nesta segunda (2), em Governador Valadares

Reforçando o compromisso do Governo Federal com a infraestrutura rodoviária de Minas Gerais, o ministro dos Transportes, Renan Filho, inicia intensa agenda no estado a partir de segunda-feira (2).

Em Governador Valadares, Renan Filho visita obras na BR-381 e depois segue para o evento, na mesma cidade, em que será apresentado o balanço das ações do Plano de 100 Dias na rodovia, executadas pela concessionária Nova 381.

Na mesma ocasião, o ministro dos Transportes assinará, ao lado da concessionária EcoRioMinas, a ordem de serviço para obras de grande impacto na travessia urbana de Governador Valadares. Com investimento de R\$309 milhões, o projeto contempla inúmeras melhorias, com destaque para a duplicação da ponte sobre o Rio Doce — demanda histórica da população local.

Participam também do evento o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Théó Sampaio, representantes das concessionárias e autoridades locais.

À noite, ainda na segunda-feira, Renan Filho visita as obras no Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, em Belo Horizonte. A agenda do ministro dos Transportes em Minas Gerais segue na terça-feira (3).

Cobertura de Imprensa

Não é necessário credenciamento para os jornalistas interessados em acompanhar as atividades

Serviço:

Assinatura da O.S. da Travessia Urbana de Governador Valadares e Balanço dos 100 dias da BR-381/MG

Data: Segunda-feira (2)

Horário: 15h

Local: Parque de Exposições de Governador Valadares - Rua João Dias Duarte, 1.540 – Bairro São Paulo

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 30/05/2025

GOVERNO FEDERAL INVESTE NA REVITALIZAÇÃO DA BR-364, EM CAMPO NOVO DO PARECIS



Trecho de 17,7 km recebeu serviços de recuperação do pavimento e melhorias na sinalização

Trecho da BR-364/MT amplia a capacidade de fluxo dos veículos. - Foto:DNIT/MT

O Ministério dos Transportes investiu cerca de R\$ 4,3 milhões na revitalização e melhorias na sinalização da BR-364/MT, uma das principais rotas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Os serviços de recuperação do

pavimento foram executados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e, na terça-feira (27), o tráfego de veículos foi liberado no novo trecho duplicado nas proximidades de Campo Novo do Parecis.

A revitalização do trecho deve ampliar a capacidade de fluxo, melhorar a segurança, promover mais mobilidade e impulsionar o desenvolvimento econômico da região. Outros 32 km de obras continuam em andamento, entre o distrito de Marechal Rondon e o entroncamento com o município de Brasnorte.

Programa BR-Legal 2

O BR-Legal 2 é um programa nacional coordenado pelo DNIT, com foco na implantação e manutenção de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança nas rodovias federais pavimentadas. O programa visa oferecer soluções de engenharia viária eficazes, com baixo custo e alto impacto na preservação de vidas, promovendo maior fluidez no tráfego e contribuindo para a redução de acidentes.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 29/05/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PROJETA R\$ 120 BILHÕES EM CONCESSÕES RODOVIÁRIAS ATÉ 2026

No III Summit de Concessões de Rodovias, George Santoro defendeu um modelo de concessões mais moderno e eficiente para atrair investidores



III Summit de Concessões de Rodovias, debates estratégicos sobre os leilões previstos para 2025 e 2026. - Foto: Michel Corvello/MT

O Ministério dos Transportes firmou concessões rodoviárias que somam mais de R\$ 120 bilhões em investimentos, com leilões programados para 2025 e 2026. Durante o III Summit de Concessões de Rodovias, realizado nesta terça-feira (28), em São Paulo, o secretário-executivo da pasta, George Santoro, destacou o compromisso do Governo Federal em criar um ambiente favorável para atrair investidores e

garantir a continuidade dos investimentos, mesmo diante dos desafios econômicos e regulatórios.



Santoro também ressaltou que a carteira de projetos do Ministério dos Transportes está em diferentes estágios de desenvolvimento e reflete uma estratégia para ampliar a malha rodoviária, melhorar a segurança e a mobilidade, além de incorporar inovações tecnológicas e critérios ESG (ambientais, sociais e de governança). Ele destacou, ainda, que as atualizações na Lei de Concessões e a reforma tributária são fundamentais para garantir o equilíbrio financeiro e a flexibilidade dos contratos.

“Nosso foco é combinar segurança regulatória, inovação e equilíbrio contratual. As novas concessões integram um plano estruturado que prioriza corredores logísticos estratégicos, a melhoria da malha existente e novas soluções contratuais para atrair investidores. O objetivo é aumentar a competitividade do país e garantir que os serviços cheguem com mais qualidade ao cidadão”, afirmou.

Novos modelos de concessões

Em um dos painéis, especialistas discutiram o modelo das Parcerias Público-Privadas (PPPs), voltadas para concessões de menor porte, e o modelo “concessões light”, que promete inovações na conservação rodoviária. O sistema free flow, que permite a cobrança automática de pedágios sem a necessidade de paradas, também foi abordado, com foco nas perspectivas regulatórias e tecnológicas para expandir essa modalidade no Brasil.

Regulamentação

Foram avaliados, ainda, os resultados dos Regulamentos Contratuais de Rodovias (RCRs), com a participação de líderes da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de concessionárias. O debate reforçou o papel da regulamentação como ferramenta para garantir a execução equilibrada dos contratos e a segurança jurídica dos investidores.

III Summit de Concessões de Rodovias

Realizado na B3, em São Paulo, o encontro abordou os desafios e avanços do setor rodoviário, com ênfase nas inovações tecnológicas, sustentabilidade e segurança jurídica nas concessões. Representantes de diferentes esferas do governo, além de investidores e operadores, se reuniram para discutir o futuro das concessões rodoviárias no Brasil. Gestores dos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo apresentaram suas agendas de leilões, novos modelos contratuais e parcerias, com foco em acelerar os investimentos regionais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 29/05/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM NOVO MODELO PARA OS AEROPORTOS E A ÁREA AEROPORTUÁRIA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A abertura da consulta pública do programa Investe+ Aeroportos, pelo Ministério de Portos e Aeroportos, sinaliza um movimento promissor para a revitalização e a expansão das atividades nos terminais aéreos do País. A iniciativa, que busca o aperfeiçoamento do programa por meio da participação de diversos atores do setor e da sociedade, demonstra uma abordagem colaborativa na construção de um novo modelo de exploração aeroportuária.

A proposta central do programa reside na flexibilização da portaria 93/2020, que atualmente rege os contratos de exploração comercial nos aeroportos. A intenção declarada é estimular investimentos nesses espaços, transformando os terminais em polos de maior dinamismo econômico. A visão do ministro Silvano Costa Filho sobre o fortalecimento da atividade logística nos aeroportos, impulsionada pelo crescente número de passageiros, justifica a urgência dessa revisão normativa.

A flexibilização das normas para a aprovação de projetos de investimento nos terminais abre um leque de possibilidades para a diversificação dos serviços oferecidos aos usuários, indo além das operações tradicionais de embarque e desembarque. A perspectiva de integrar empreendimentos como shoppings, centros de convenções, hotéis e terminais logísticos nos aeroportos, conforme detalha o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, sugere uma transformação na experiência aeroportuária e um potencial para geração de empregos e oportunidades.

É um modelo já utilizado em outros países, como no Panamá, nos Países Baixos, na França, nos Emirados Árabes (Dubai) e na Turquia. Considerado um dos melhores aeroportos do mundo, o de Singapura, operado pela Changi, conta com um amplo complexo de lojas e restaurantes, com mais de 260 estabelecimentos, tornando-se uma das principais atrações da ilha-estado.

A estratégia do Governo Federal de permitir uma maior exploração das áreas aeroportuárias possui o potencial de gerar um ciclo virtuoso para o setor. Ao fortalecer financeiramente as concessionárias por meio da diversificação de suas receitas, o programa pode facilitar a realização de novos investimentos na infraestrutura aeroportuária, resultando em melhores serviços e maior conforto para os passageiros. Essa abordagem inovadora para a gestão dos espaços aeroportuários pode, assim, ajudar a impulsionar o crescimento e a modernização da aviação civil no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INGRATO

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Porto de Itajaí (SC) nessa quinta-feira, dia 29, para celebrar a retomada das operações do complexo marítimo e anunciar investimentos na região, foi marcada por críticas de autoridades federais ao governador Jorginho Mello (PL). Uma delas partiu do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), que chamou o chefe do Executivo estadual de “ingrato”. “Eu não ia nem falar isso, mas tem um governador que está sendo ingrato com o presidente Lula. É o governador desse estado aqui. Porque no governo passado não chegou um real do Governo Federal aqui no estado de Santa Catarina”, afirmou durante seu discurso no palco montado na área portuária, ao lado de Lula.

METRALHADORA

Até mesmo o presidente da República disparou críticas a Mello. Ao discursar na parte final do evento, Lula afirmou: “Aqui, estou trazendo empregos. Vamos transformar este estaleiro em uma potência. Eles estão com raiva, nem vieram, e nem virão. Quero ver se tem coragem de falar, no confronto direto, se eles mostram o que fizeram. Só sabem mostrar metralhadora. Eu prefiro mostrar livros”. O governador, um dos principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, não foi ao evento.

RETOMADA DE PODER 1

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou a proposta que fortalece os conselhos de Autoridade Portuária (CAPs), devolvendo a eles seu poder deliberativo, rerado pela Lei 12.815, de 2013, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff (PT), e que os deixou como órgãos meramente consultivos.

RETOMADA DE PODER 2

Segundo o relator do texto, deputado Luiz Gastão (PSD-CE), a retirada da competência deliberava desses colegiados acabou levando a uma “centralização excessiva” das decisões no Ministério de Portos e Aeroportos, dificultando o desempenho em alguns portos. “Embora a mudança de 2013 não tenha afetado todos os portos, alguns não conseguiram manter seu nível de desempenho devido à burocracia gerada pela centralização”, declarou.

RETOMADA DE PODER 3

A proposta segue, agora, para as comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Após ser aprovada pela Câmara, o texto ainda terá de receber o aval do Senado para, então, seguir para sanção presidencial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

NACIONAL - MINISTRO CONFIRMA QUE GOVERNO VAI ENVIAR MP PARA CRIAÇÃO DA DOCAS DE ITAJAÍ

Silvio Costa Filho e o presidente Lula fizeram a primeira visita ao porto catarinense desde a federalização

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redenenews.com.br



Lula recebeu do superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares, um certificado por boas ações ao município e à comunidade portuária e uma medalha de honra ao mérito

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, realizaram visita oficial no Porto de Itajaí (SC), pela primeira vez desde a federalização do complexo portuário,

que passou à gestão federal em janeiro deste ano. Na solenidade, o ministro confirmou que o Governo vai enviar uma Medida Provisória (MP) que crie a Companhia Docas de Itajaí no Congresso Nacional. Além disso, a Petrobras anunciou investimentos voltados para a recuperação da indústria naval em Santa Catarina.

Em seu discurso, Costa Filho confirmou que será enviado a MP que garante a criação da Companhia Docas. Além disso, confirmou que o complexo portuário deverá receber, entre dinheiro público e da iniciativa privada, investimentos de R\$ 8 bilhões nos próximos anos.

“Estaremos encaminhando uma Medida Provisória que vai transformar o Porto de Itajaí em uma Docas Independente e Porto Federal. Importante registrar que o presidente nos determinou a apresentar um plano de investimentos e vamos fazer o maior volume de investimentos da história do Porto de Itajaí. Nesses próximos cinco anos, serão mais de R\$ 8 bilhões”, afirmou.

A criação da Docas de Itajaí é considerada de grande importância, que vai permitir que a gestão do complexo portuário possua o seu próprio orçamento federal. Atualmente, o Porto de Itajaí tem seu orçamento junto à Autoridade Portuária de Santos.

O ministro comentou ainda do projeto de concessão do canal de acesso ao porto, que está incluído em um pacote de concessões de canais, junto do Canal de Paranaguá (PR), Santos (SP), Bahia e Rio Grande (RS).

“Vamos fazer o canal do Porto que vai elevar a profundidade de 13,5 metros para 16 metros, fazendo com que a gente possa receber ainda mais os navios maiores para que possamos aumentar a competitividade desse porto”.

O Porto de Itajaí esteve sob gestão municipal de 1995 até o final de 2024. Problemas na gestão do porto, que ocasionou na paralisação das atividades e movimentação de contêineres e carga geral, desencadearam no movimento do Governo Federal optar pela federalização do complexo portuário, passando a gestão para a Autoridade Portuária de Santos (APS).



Em seu discurso, Lula destacou os investimentos realizados pelo Governo Federal em Santa Catarina e prometeu que retornará com mais anúncios que visam o desenvolvimento do estado. “Em dois anos de Governo nós trabalhamos muito. Agora, nós estamos colhendo tudo que plantamos. Estamos aqui para colher o desenvolvimento de Itajaí e de Navegantes, colhendo o desenvolvimento de Santa Catarina, e não será a última vez que virei aqui. Temos muita coisa a fazer e a entregar para esse país e para esse estado”, disse.

O presidente recebeu uma homenagem do superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares, que entregou um certificado pelas boas ações ao município e à comunidade portuária e uma medalha de honra ao mérito.

Investimentos

Conforme já anunciado pela APS, o Porto de Itajaí recebeu um pacote de R\$ 844 milhões para obras relevantes de infraestrutura do complexo portuário.

Entre as obras de destaque estão: dragagem de manutenção do Rio Itajaí-Açu (R\$ 90 milhões); a readequação do molhe de Navegantes (R\$ 64 milhões); a contenção da margem do canal (R\$ 67 milhões); obras na bacia de evolução (R\$ 68 milhões); retirada do casco do navio Pallas (R\$ 23 milhões); entre outros.

O pacote inclui também melhorias e aquisição de novos equipamentos, entre eles o novo scanner de raio X (R\$ 12 milhões), Sistema VTMISS, com capacidade de monitoramento avo de tráfego aquaviário (R\$65 milhões), e o Sistema de segurança e inteligência artificial denominado SmartPorto (R\$30 milhões).

Indústria naval

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que o estado de Santa Catarina foi contemplado no programa de renovação e ampliação de frotas da indústria naval brasileira.

“Nesse plano são 52 novas embarcações, e o Estado de Santa Catarina foi contemplado na contratação de 16 desses. São navios do po PSV, para transporte de bens para nossas plataformas de produção, e navios do tipo OSV, para prontidão e mitigação de eventuais incidentes”, declarou.

Segundo a presidente da estatal, as fabricações, que já estão em andamento, ocorrem nos estaleiros Navship, em Navegantes, e Starnav, em Itajaí. “Trata-se de um investimento já iniciado, da ordem de R\$ 7 bilhões, destinado a construção de navios que ocorrerão nos estaleiros de Itajaí e Navegantes. A construção dessas embarcações já é uma realidade em Santa Catarina”, pontuou.

Lula destacou o empenho do governo em recuperar as atividades da indústria naval. “Desde 2016 a querida Petrobras não fazia um contrato para contratar um navio qualquer em algum lugar desse país. Nós estamos recuperando esses estaleiros e transformá-lo em um estaleiro altamente compensador do ponto de vista financeiro e econômico”, comentou o presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

REGIÃO NORTE - OBRAS NO PEDRAL DO LOURENÇO SERÃO RETOMADAS NO SEGUNDO SEMESTRE, ANUNCIA MINISTRO

Derrocagem no rio Tocantins é considerada fundamental para garantir navegação durante todo o ano e ampliar escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste até o Arco Norte

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

As obras de derrocagem - retirada de rochas - do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, em Tocantins, serão retomadas no próximo semestre, informou o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, na última terça-feira (27). A obra é essencial para garantir a navegação no rio durante

todo o ano, não apenas nos meses de cheia, viabilizando a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, estratégica para o escoamento da produção agrícola do Centro Oeste até os portos do Arco Norte.



A presidente do Conselho do Tocantins Export, Fernanda Araújo, e outras autoridades apresentaram a licença ambiental da obra de derrocagem ao ministro Silvio Costa Filho

O anúncio de Costa Filho ocorreu durante reunião com a presidente do Conselho do Tocantins Export e gerente jurídica da Companhia Docas do Pará (CDP), Fernanda Araújo; o deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos -TO); e o secretário nacional de

Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Dino Basta.

No encontro, realizado na sede da pasta, em Brasília (DF), Fernanda apresentou a licença ambiental da obra de derrocagem. No encontro, o ministro confirmou que o cronograma das obras será retomado no segundo semestre. “É uma alegria poder receber o deputado Ricardo Ayres, que sempre foi um defensor da importância da hidrovia do Tocantins para o desenvolvimento do Tocantins e do Norte do Brasil. Conseguimos avançar na primeira fase da obra do Pedral do Lourenço, com investimentos de mais de R\$ 1 bilhão, e esperamos no segundo semestre retomar a obra. Em 2026, teremos essa grande concessão hidroviária que vai alavancar a economia da região, saindo de 2 milhões de toneladas movimentadas para quase 20 milhões”, afirmou Costa Filho. Segundo ele, o projeto também se alinha à agenda de sustentabilidade e reduzirá custos logísticos.

Para Fernanda Araújo, a reunião reforçou o papel estratégico do Tocantins no escoamento da produção nacional. “O Conselho do Tocantins Export vem atuando junto com o Governo do Estado e com a bancada federal. Quando fui convidada pelo deputado Ricardo Ayres para participar dessa reunião, fiquei muito feliz. Essa obra tem um valor imensurável para o Tocantins e para o país como um todo”, declarou. A gerente jurídica também destacou o compromisso do ministro com a agenda logística da região: “Durante a reunião, ele foi muito asservo ao enfatizar a importância dessa obra para o estado e para o Norte do país”.

Fernanda ressaltou ainda que seguirá acompanhando o processo de avanço das obras e das políticas de infraestrutura voltadas ao Tocantins. “Nosso papel no Conselho é justamente integrar o setor público e o setor produtivo para superar os gargalos logísticos. Neste caso, com foco especial no Tocantins, estamos empenhados em destravar pautas históricas e fundamentais para o crescimento da região.”

Formação rochosa

O Pedral do Lourenço é uma formação rochosa localizada no leito do rio Tocantins, entre os municípios de Itupiranga e Marabá, no estado do Pará. Esse trecho tem cerca de 43 quilômetros de extensão e é considerado o principal obstáculo natural para a navegação plena na Hidrovia Araguaia-Tocantins. Durante a estiagem (período de seca), o nível do rio diminui, e as rochas do Pedral do Lourenço impedem a passagem de embarcações de grande porte. Por isso, é necessária a derrocagem, que é o processo de remoção ou fragmentação dessas rochas, para permitir a navegação regular ao longo do ano.

A derrocagem do Pedral é considerada uma obra estratégica para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste e do Norte do Brasil. Ao viabilizar o transporte hidroviário de cargas, especialmente grãos e minérios, a hidrovia permitirá, segundo o governo, a redução de custos, diminuição da emissão de poluentes, por substituir parte do transporte rodoviário; a integração dos modais de transporte (hidrovia, ferrovia e rodovia) e o aumento da competitividade da produção nacional no mercado externo.

O projeto tem apoio de diversos setores do governo federal e estadual, além da bancada parlamentar da região Norte e de entidades do setor produtivo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

BRASIL EXPORT - CONSELHO FEMININO DO BRASIL EXPORT GANHA NOVAS INTEGRANTES

Luiza Deusdará e Maíra Martins Guedes passam a fazer parte do colegiado que promove o protagonismo feminino no setor

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Conselho Feminino do Fórum Brasil Export, principal movimento dos setores de logística, infraestrutura e transportes no País, ganhou duas novas integrantes, ambas executivas do Ministério de Portos e Aeroportos. Nessa quinta-feira, dia 29, passaram a integrar o colegiado a diretora de Investimentos da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Luiza Deusdará, e a coordenadora-geral da Assessoria de Comunicação da pasta, Maíra Martins Guedes. O conselho é voltado a fortalecer a participação feminina no setor público e na iniciativa privada e, ainda, dar voz às principais gestoras do mercado.



Diretora de Investimentos da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Luiza Deusdará e a Coordenadora-geral da Assessoria de Comunicação do MPor, Maíra Martins Guedes

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

NACIONAL - GOVERNO QUER AMPLIAR INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS E LANÇA CONSULTA PÚBLICA

Programa Investe + Aeroportos propõe flexibilização de normas para estimular novos empreendimentos nos terminais

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A iniciava busca receber contribuições de operadores, empreendedores, associações, entidades ligadas ao setor e da sociedade em geral para o aperfeiçoamento do programa

O Ministério de Portos e Aeroportos abriu na quinta-feira (29) a consulta pública do programa Investe + Aeroportos. A iniciativa busca receber contribuições de operadores aeroportuários, empreendedores, associações, entidades ligadas à aviação civil e da sociedade em geral

para o aperfeiçoamento do programa. As sugestões podem ser enviadas pela plataforma Participe Mais Brasil, mediante login com conta gov.br.

O programa propõe a flexibilização da portaria 93/2020, que define as regras para contratos de exploração comercial nos espaços dos aeroportos. A intenção é estimular investimentos nesses ambientes e transformar os terminais em polos com maior dinamismo econômico.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o programa deve impulsionar a atividade logística nos aeroportos. “Este ano, por exemplo, nós esperamos mais de 5 milhões de brasileiros ingressando na aviação do país. Isso é fundamental, porque isso fortalece o turismo e a economia dos estados. Nós temos hoje grandes hubs logísticos do país, e é por isso que a gente está revisando a Portaria 93 para dar mais segurança e previsibilidade para quem quer prover investimentos. O Investe + Aeroportos dialoga com a agenda econômica e de desenvolvimento do Brasil”, ressaltou.

A proposta prevê flexibilizar as normas para aprovação de projetos de investimento, com o argumento de facilitar o aporte de recursos nos terminais e diversificar os serviços oferecidos à população, além das operações tradicionais de embarque e desembarque.

“Será possível ter nos nossos aeroportos empreendimentos como shoppings, centros de convenções, hotéis, terminais logísticos, complexos hospitalares, entre outras iniciativas que vão trazer mais desenvolvimento, empregos e oportunidades”, explica o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca.

A consulta pública estará disponível até 13 de julho.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/05/2025

NACIONAL - AEROPORTOS DO SUDESTE REGISTRAM QUASE 10 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM ABRIL

Com crescimento de 10,4% em relação a 2024, Aeroporto de Guarulhos mantém a liderança na movimentação regional

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Segundo o relatório da Anac, o Aeroporto Internacional de Guarulhos foi o que teve maior movimentação, com 2,33 milhões de passageiros, o equivalente a 28,7% do total regional

Cerca de 9,9 milhões de passageiros passaram pelos principais aeroportos da região Sudeste em abril de 2025, entre voos



domésticos e internacionais. O total corresponde a 4,99 milhões de embarques e 4,94 milhões de desembarques, segundo o Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Esse volume representa um crescimento de 10,4% em relação ao mesmo mês de 2024. No segmento doméstico, foram 8,1 milhões de passageiros embarcados, alta de 9,6% em comparação ao ano anterior.

Para o governo federal, o equilíbrio entre embarques e desembarques mostra a importância da região como polo de conexão logística e integração econômica com outras regiões do país e mercados externos.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os dados evidenciam a relevância da região para os setores de negócios e turismo no Brasil. "No Sudeste, os aeroportos regionais conectam milhões de brasileiros aos grandes centros e movimentam a economia local, gerando emprego, renda e novas oportunidades. Nosso compromisso é fortalecer cada vez mais essa malha, garantindo infraestrutura de qualidade e mais acessibilidade ao transporte aéreo em todas as regiões", afirmou o ministro.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) foi o que registrou maior movimentação, com 2,33 milhões de passageiros, correspondendo a 28,7% do total regional. Em seguida vêm o Aeroporto de Congonhas (SP), com 1,8 milhão, e o Aeroporto de Confins (MG), com 986 mil passageiros.

Guarulhos mantém-se como o principal hub aeroportuário do país, com papel central nas conexões internacionais e na malha doméstica.

Além dos terminais maiores, aeroportos regionais como Campinas (SP), Vitória (ES) e Uberlândia (MG) ajudam a ampliar o acesso ao transporte aéreo. No entendimento do MPor, eles contribuem para o desenvolvimento econômico de cidades médias. Segundo Vinícius Lima, coordenador-geral de Gestão e Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), "A integração dos aeroportos regionais aos grandes

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/05/2025

PORTOS - ABTP: OLIVA É REELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

Reeleição se deu por aclamação durante assembleia que também definiu conselhos para o triênio 2025/2027

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Oliva: "Houve um apelo para que permanecesse por mais um mandato, para continuarmos trabalhando em nossa grande meta, que é modernizar o marco regulatório dos portos"

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) elegeu seus conselhos deliberativo e fiscal para o triênio 2025/2027, durante assembleia-geral realizada nessa quinta-feira, dia 29, em São Paulo (SP). Apenas uma chapa, formada pela atual diretoria, foi apresentada, sendo declarada vitoriosa por aclamação. O presidente do Conselho do Grupo Intermarítima, Roberto Oliva, foi reeleito para a presidência do Conselho Deliberativo. O executivo Jesualdo Silva continua na presidência da diretoria.

Em entrevista ao BE News, logo após o encerramento da assembleia-geral, Roberto Oliva afirmou que "houve um apelo para que permanecesse por mais um mandato, para continuarmos trabalhando em nossa grande meta, que é modernizar o marco regulatório dos portos". Atualmente, uma proposta de nova legislação, o Projeto de Lei (PL) n. 733/2025, está em debate na Câmara dos Deputados. Há a expectativa de que o texto seja aprovado no Congresso até o final do ano.

O PL foi elaborado a partir de um projeto de marco regulatório desenvolvido por juristas e especialistas no ano passado. O processo teve a participação dos associados da ABTP.

“O grande objetivo da ABTP é termos um novo marco regulatório (portuário), um texto que permita a modernização do setor, impulse os investimentos e simplifique os processos”, explicou o presidente do Conselho Deliberativo da associação.

Outro objetivo destacado por Oliva é o contínuo fortalecimento da entidade portuária, reforçando a estratégia iniciada em 2021, quando passou a presidir o conselho, há dois mandatos. “Quando fui convidado para estar à frente do conselho da ABTP, defendi o fortalecimento da associação. E isso só seria conseguido com o aumento do número de sócios. Hoje, temos quase 100 e com uma grande representatividade. São empresas de todo o País, de Rondônia ao Rio Grande do Sul, e que operam os mais diversos tipos de cargas, de contêineres a grãos, passando por líquidos, carros e minérios. Isso nos dá legitimidade”, explicou.

Novo lema

Neste novo mandato, Roberto Oliva anunciou um novo lema para a ABTP. Se nos últimos anos, o grande mote era “ABTP na proa”, reforçando a necessidade de fortalecimento da entidade, agora passa a ser “Porto melhor, Brasil melhor”, marcando a importância de se modernizar e impulsionar o mercado portuário.

“Queremos mostrar que os portos são instrumentos estratégicos para a economia do País, para seu desenvolvimento econômico. Se os portos melhoram, o Brasil melhora. Para o Brasil crescer, os portos têm de crescer”, destacou Roberto Oliva.



Associados da ABTP se reuniram em São Paulo nesta quinta-feira, dia 29 (crédito Divulgação)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

REGIÃO SUDESTE - SETOR PORTUÁRIO CRITICA PROJETO PARQUE DO PORTO NO RIO DE JANEIRO

Estudo aponta riscos à atividade econômica e alerta para impacto social e logístico com fim das operações no Cais da Gamboa

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redenenews.com.br



O estudo diz que a movimentação de mercadorias específicas seria inviabilizada, afetando a cadeia logística do estado e do país, devido ao alcance e diversidade de cargas do porto

O projeto Parque do Porto, apresentado pela prefeitura do Rio de Janeiro em maio de 2024, continua gerando discussões. Representantes do setor afirmam que o futuro empreendimento pode



travar o desenvolvimento das atividades portuárias na região.

A ideia é construir um parque flutuante usando a área do Cais da Gamboa, que se estende da Praça Mauá até o Canal do Mangue. O empreendimento prevê a utilização de áreas referentes aos armazéns 1 ao 8, o que levaria ao encerramento das operações portuárias no local.

Um estudo realizado pela consultoria MC2R Inteligência Estratégica para a Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística (Logística Brasil) apontou que o projeto pode causar danos não apenas ao cais público, mas a todo o Porto do Rio de Janeiro.

O Mata Maravilha, projeto mais recente de novos usos para o Cais da Gamboa e os armazéns, apresentado pela prefeitura, envolve a construção de dois edifícios, uma marina e um lago artificial de água doce na Baía de Guanabara, além de duas torres de 70 andares e um hotel, em uma área de 223 mil metros quadrados.

Segundo a pesquisa, especialmente pela interferência no canal comercial, a movimentação de mercadorias específicas seria inviabilizada, afetando a cadeia logística do estado e do país, por conta do alcance e diversidade de cargas do complexo portuário.

“A gente não é contra nenhum projeto do Porto Maravilha. A gente é contra invadir o porto, acabar com a atividade portuária, seja no cais de passageiros, seja no cais de carga”, explicou o diretor-presidente da Logística Brasil, André de Seixas.

O estudo da consultoria estima que, por ano, o Porto do Rio de Janeiro movimenta mais de R\$ 2,3 bilhões na economia local, além de cerca de R\$ 340 milhões em arrecadação de impostos estaduais e municipais nas atividades portuárias exclusivas.

Segundo o Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entre 2020 e 2024, o Cais da Gamboa registrou 913 atracações, divididas entre operações de carga geral, contêineres e graneis líquidos e sólidos.

O espaço entre os armazéns 1 e 8 conta com serviços como operação de graneis sólidos e carga geral. A área ainda tem um projeto para a implantação do novo Terminal de Produtos Siderúrgicos, que já passou por consulta pública e foi aprovado pela Secretaria Nacional de Portos.

Preservação

O estudo ainda destaca que a interferência do projeto não leva em consideração a preservação da paisagem reconhecida pela Unesco como Patrimônio Mundial e o fato de o porto ser uma propriedade federal, concluindo a pesquisa com um pedido para que seja feita uma análise do impacto, a fim de determinar as perdas sociais e econômicas, bem como a entrega de alternativas para compensar os efeitos do projeto.

André de Seixas ressaltou a necessidade de estabelecer um meio-termo para construir uma convivência entre as atividades portuárias e os projetos turísticos na região. “Se a gente achar esse meio termo, acho excelente, a questão é que, me parece, que a especulação imobiliária do local não está querendo esse convívio. Estão vindo com a desculpa de que a população tem que chegar na beira do mar”, afirmou o diretor-presidente.

O diretor financeiro do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Rio de Janeiro (Sindoperj), Mario Meira, também se posicionou contra o projeto. “O porto é muito mais do que vocês imaginam. (...) Isso aqui é federal. Não é a cidade do Rio que está ganhando com o funcionamento do porto, é todo o conjunto que colhe. Minas Gerais hoje exporta pelo Porto do Rio, por exemplo”, afirmou.

Meira ainda rebateu críticas ambientais ao porto: “Durante a pandemia o Rio inteiro parou, mas o porto funcionou todos os dias e aumentou sua produção. A Baía de Guanabara foi a mais limpa de todos os tempos. Esse porto não é poluidor, é agregador.” E completou: “A Gamboa, o Santo Cristo,



a Saúde, todos devem muito ao porto do Rio. O porto é um ativo. Vamos cuidar dele. A prefeitura tem uma participação fundamental nisso.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO TERÁ 27 NOVAS PASSARELAS EM RODOVIAS CONCEDIDAS

Investimento de quase R\$ 60 milhões do governo estadual busca reduzir acidentes e reforçar a segurança viária

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

As rodovias concedidas no estado de São Paulo vão receber 27 novas passarelas para pedestres, com o objetivo de reduzir acidentes e reforçar a segurança viária. Atualmente, há 412 passagens avas nos trechos administrados pela iniciativa privada, além de novas estruturas em fase de planejamento. O investimento total previsto chega a quase R\$ 60 milhões, como parte das ações do Governo de São Paulo para o Maio Amarelo, campanha de conscientização sobre segurança no trânsito.

Segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), estão previstas 17 obras para 2025, das quais quatro devem ser inauguradas ainda neste ano, com aporte estimado em R\$ 36,25 milhões. Para 2026, há previsão de início de mais dez obras, com investimento de R\$ 20,2 milhões, sendo que nove delas devem ser concluídas no mesmo ano. As passarelas visam coibir travessias irregulares e, consequentemente, prevenir acidentes.

Além dessas intervenções, os novos projetos de concessão rodoviária do estado, leiloados recentemente, também incluem passarelas para pedestres. Ao todo, serão 77 obras distribuídas ao longo dos contratos de concessão das rodovias Nova Raposo, Rota Sorocabana e Lote Litoral. Esses projetos contemplam ainda a implantação de ciclovias exclusivas, ampliando a segurança e a infraestrutura para ciclistas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025

NACIONAL – OPINIÃO – ARTIGOS – GESTÃO - ROTAS BIOCEÂNICAS: CHANCAY, A BOLA DA VEZ! SERÁ??

Em 20 de maio de 2025, após retornar da “Missão China 2”, a ministra Simone Tebet, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em entrevista à imprensa geral e especializada em Logística, cravou a seguinte frase: “A ideia é rasgar o Brasil de Leste a Oeste”. Ufanismo inconsequente e desconexo. Estava falando do Porto de Chancay/Peru, construído pela empresa estatal de navegação chinesa (Cosco), com 70%, e uma empresa mineradora peruana, com 30%.

E qual a ligação dos fatos?

Ao dizer essa frase, a ministra estava se referindo a conversas havidas com o presidente chinês Xi Jinping, sobre a possível construção de uma ferrovia ligando o Porto de Ilhéus, no Atlântico, com o Porto de Chancay, no Pacífico.

Logo me perguntei! Por quê?? E... para quê??

Então recorri ao meu banco de dados e estudos e:

Entre 1991 e 1994, a Vantine apoiou o Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado e Planejamento, comandada por Raimar Aguiar (in memoriam), maior entusiasta da Zona Franca e da Logística do Amazonas. Um dos trabalhos que desenvolvemos foi “Planamazonas – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Amazonas” e, dele, fez parte o projeto “Competitividade Estrutural da Zona Franca de Manaus e outras atividades da Amazônia Ocidental dentro da



Estratégia da Logística Integrada". Aqui se encontram vários estudos de rotas de "entrada e saída" de Manaus. Um deles: o Sistema de Saída para o Pacífico, com origem em Manaus - e por Manaus estar ligado ao Oceano Atlântico através do Rio Amazonas, criamos o termo "Ligação Bioceânica", mas de fato não era!.

O projeto considerou o hidroviário pelo Rio Solimões, de Manaus (Marañon, depois da fronteira com Peru) até Saramiriza, de onde os contêineres seguiriam por meio rodoviário até o Porto de Paita, a quase 800 km de distância (é uma zona franca).

Com elevado tempo de deslocamento (cerca de 20 dias), infraestrutura precária no Peru, elevado investimento e, principalmente, por ser uma rota de baixa demanda e grande desbalanceamento de carga na O/D, o estudo se mostrou inviável.

Ainda fizemos estudos complementares que também se mostraram inviáveis: A) pela BR-174 para Venezuela e acessando os portos de Maracaibo e/ou Cabello; B) ainda pela BR-174, acessando o Porto de Georgetown na Guiana (antes, Guiana Inglesa).

Em outro projeto realizado pela Vantine, dessa vez para a maior empresa global de ferramentas e peças automotivas, tive como missão criar modelagem logística para redefinir o Plano de Abastecimento para América Latina, considerando, além do Brasil, com sua costa de quase 9.000 km, que praticamente pode ser considerada a "Costa Leste da América do Sul", todos os países da Costa Oeste, que estão no Oceano Pacífico. Como o projeto envolveu origens de vários países onde a empresa tem fábrica, o trabalho se configurou complexo, pois, na implantação para o Brasil, são usados os modos marítimos e aéreos e, para exportação, acrescentaram-se os modos ferroviário e rodoviário.

O principal foco estava na definição do footprint logístico. Consideramos Miami, Panamá, Montevideo. E avaliamos ainda o transit me, custos operacionais, aduana, zona franca e, principalmente, oferta de empresas de transporte disponibilizando serviços. Descartamos o marítimo por falta de oferta confiável (frequência e transit me) e, também, porque não teríamos alternativas para Buenos Aires/AR e Antofagasta ou Arica/CH.

Avaliamos o ferroviário, à época em operação (aliás precária do lado argentino, com diferença de bitola e infraestrutura de fronteira inadequada), para acessar o Chile. Atualmente essa antiga ligação com a agora considerada "Rota Bioceânica" faria a integração Brasil-Paraguai-Argentina-e-Chile, ligando os portos de Santos, Paranaguá e Itajaí com os portos do Pacífico - com longa experiência em consultoria de logística e transporte para nossos clientes nunca incluímos "promessas" e "hipóteses").

OS PORTOS DA COSTA BRASILEIRA NÃO TÊM CARACTERÍSTICAS DE TRANSHIPMENT PORT: NO MÁXIMO, ALGUNS SÃO USADOS EM CONEXÃO COM A CABOTAGEM. NÃO EXISTE FLUXO DA EUROPA EM DIREÇÃO À ÁSIA QUE TENHA JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA USAR ESSA LIGAÇÃO ILHÉUS-CHANCAY

Restou já o tradicional rodoviário, que há longos anos pode ser considerado uma rota bioceânica! Mas a ministra Tebet aposta que, em 2026, ficará pronta a ponte binacional ligando Porto Murtinho/MS e Camelo Peralta/Paraguai. Mas daí segue-se até os portos de Iquique, Arica e Antofagasta, no Chile, numa imensa extensão. Ao final, definimos por Montevideo e Panamá.

Análise integrada: Geografia / Política / Logística Há cerca de quatro semanas, o Porto de Chancay entrou na mídia em razão da "Missão China 2". A rede BandNews produziu uma série com 4 capítulos (disponível no Youtube) e, então, passei a refletir e mentalizar perguntas:

Por que a China, através da Cosco, companhia estatal chinesa) de navegação, quis construir um porto super automático para movimentar até 1,5 milhão de contêineres / ano? Iria usar contêiner para minério e grãos??

Com investimento da ordem de US\$3,5 bi, uma empresa de mineração do Peru (Volcam Compañia Minera) quer participar na sociedade com 40% do capital. Por quê?

Porque a costa oeste da América do Sul interessou à China se, do ponto de vista econômico, aí estão países pouco expressivos. Considerando o PIB (Peru, US\$ 280 bi; Bolívia, US\$ 45 bi; Chile, US\$ 340 bi; Equador, US\$130 bi; Argentina, US\$700 bi; e Brasil, com R\$ 2,2 tri), mas distantes da costa? Por que a ministra Tebet resolveu tratar sobre “Ferrovia Bioceânica” com Xi Jinping no plano nacional de ferrovias? O que consigo enxergar entre ferrovias em operação, ferrovias em construção e ferrovias em estado de viabilidade é que a rota defendida nasce em Ilhéus (onde seria construído um Porto Sul), irá percorrer a linha tronco da Fiol até Figueirópolis/TO e o entroncamento com a Fico, que quando pronta ligará Goiás/Mato Grosso e Roraima, bem como, o entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul já em operação entre Itaquí a Santos.

Em recente reportagem no “Estadão”, por incrível (e insano) que pareça, Xi Jinping relacionou a ferrovia bioceânica como uma alternativa ao Canal do Panamá, em decorrência da ação do presidente Donald Trump, que “impediu” o controle chinês dessa essencial infraestrutura. Como assim? Essa afirmação é ilógica, de quem desconhece a geografia comercial e marítima global. 80% do tráfego marítimo ocorrem acima do Equador na direção Leste-Oeste e vice-versa.

Os portos da costa brasileira não têm características de transshipment port: No máximo, alguns são usados em conexão com a cabotagem. Não existe fluxo da Europa em direção à Ásia que tenha justificava técnica e econômica para usar essa ligação Ilhéus-Chancay.

Aí fui encontrar respostas no bilionário projeto chinês para construção de ferrovias e portos financiados por bancos chineses e construídos por empresas chinesas. É a “Nova Rota da Seda”. Segundo analistas, é uma jogada de domínio e exploração, uma vez que os avós são administrados pela China (como o Porto de Chancay).

Outro fato que analistas enxergam como fundamento do Porto de Chancay é a “invasão de produtos chineses na América do Sul”.

O Brasil é um país que olha a infraestrutura como iniciava de governo e não de Estado.

Ferrovia é e sempre foi o mais econômico e o mais apropriado para o meio ambiente, mas infelizmente não foi levada a sério exatamente por distorção estratégica dos vários governos (RFFSA foi o ponto de inflexão), o que aliás perdura até o momento. Transnordestina que não termina (e nem tem projeto executivo para o tramo para Suape), Ferrogrão judicializada, ferrovias autorizadas que não saem do papel, renovação de contratos em discussão. E tantas outras impedâncias.

E por que gastar tempo e dinheiro com essa ferrovia Ilhéus Chancay? Sob a ótica de embarcadores industriais, não tem nexo técnico. Para minérios e grãos, já temos os sistemas definidos para escoamento via portos do Sudeste e do Norte. Peru não é rota competitiva para o Brasil atingir a China. Terminar o que foi começado e não começar o que pode não terminar!!! Esse é o caminho para as ferrovias do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT – 29/05/2025

EDITORIAL – O TCU E O SANTOS TECON 10

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O envio, pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos, do processo de concessão do Tecon Santos 10 ao Tribunal de Contas da União (TCU), nessa quarta-feira, dia 28,



marca um novo capítulo na saga para a implantação do megaterminal de contêineres e carga geral no Porto de Santos (SP). A medida ocorre em um momento delicado, no mesmo dia em que o Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) solicitou a suspensão da licitação até que a corte a avalie, levantando questionamentos sobre a legalidade das restrições propostas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para essa disputa pública.

A preocupação do MPTCU reside na decisão da Antaq de adotar um modelo de licitação em duas fases, que, em sua etapa inicial, impede a participação de empresas já atuantes no segmento de contêineres no Porto de Santos. O subprocurador-geral do MPTCU, Lucas Rocha Furtado, argumenta que tal restrição pode ferir princípios constitucionais basilares das licitações públicas, como a isonomia, a livre concorrência e a ampla competitividade.

A Antaq, por sua vez, defende o modelo adotado como uma medida para reduzir os riscos de concentração de mercado e assegurar maior competitividade no principal porto do País. A agência reguladora buscou, com essa estratégia, evitar que operadores já estabelecidos e com significativa participação no mercado pudessem fortalecer ainda mais sua posição com a conquista do novo terminal.

Diante desse cenário, a atuação do Tribunal de Contas da União reveste-se de fundamental importância. Cabe ao TCU analisar com tecnicidade e rigor a proposta de concessão do Tecon Santos 10, avaliando a pertinência e a legalidade das restrições defendidas pela Antaq. A Corte de Contas deve sopesar os argumentos da agência reguladora em favor da desconcentração do mercado com os princípios que regem as licitações públicas, garantindo a segurança jurídica do processo.

Ao mesmo tempo em que a profundidade da análise pelo TCU é essencial para assegurar a lisura e a legalidade da concessão, a celeridade desse processo também se mostra crucial. O Tecon Santos 10 é um empreendimento estratégico, projetado para aumentar significativamente, em cerca de 50%, a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos e impulsionar o desenvolvimento do setor. Um atraso excessivo na sua implantação pode comprometer o atendimento à crescente demanda e a competitividade do complexo portuário.

Portanto, espera-se que o Tribunal de Contas da União conduza uma avaliação técnica minuciosa e imparcial da proposta de concessão do Tecon Santos 10, considerando todos os aspectos legais e econômicos envolvidos. A decisão do TCU deverá buscar um equilíbrio entre a promoção da concorrência e o respeito aos princípios licitatórios, ao mesmo tempo em que se atenta para a urgência de concretizar um projeto essencial para o futuro do Porto de Santos e do comércio exterior brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/05/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - PROCESSO DE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10 TERÁ MÉRITO CONCORRENCIAL JULGADO PELO TCU, DIZ MPOR

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DETALHES

A Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos, recebeu os estudos técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre o projeto de concessão do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado no Porto de Santos (SP). Foi com base nesse material que o órgão regulador decidiu que a licitação da instalação será feita em duas etapas, sendo que, na primeira fase, empresas que atuam no mercado de contêineres no cais santista terão sua participação vetada. Segundo nota divulgada pela pasta na noite de ontem, os estudos foram aprovados e enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU) ontem, mas sem que a Secretaria emitisse um “juízo de valor sobre o mérito do aspecto concorrencial, que será analisado pelo TCU”.

CUIDADO

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, defende que a concorrência para o arrendamento do Tecon Santos 10 ocorra sem restrições, de modo a ampliar a quantidade de participações no certame. Mas sempre tomou cuidado de deixar claro que o modelo licitatório seria decidido pela Antaq e pelo TCU. Diante da polêmica proposta da Agência, caberá à Corte de Contas pacificar a questão.

AINDA NO JOGO

Na nota de ontem, o Ministério fez questão de pontuar que, apesar de não ter emitido juízo de valor sobre a estratégia defendida pela Antaq, vai colaborar com o debate “para buscarmos o melhor caminho visando o fortalecimento do Porto de Santos”. Ou seja, a equipe da pasta ainda está no jogo.

PRIMEIROS MEMBROS

A comissão especial da Câmara dos Deputados que irá discutir a proposta de um novo marco regulatório do setor portuário começa a se estruturar. Criada no último sábado pelo presidente da Casa, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), ela terá como presidente o deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB) e, como relator, o deputado Arthur Oliveira Maia (União-BA). E agora, começa a receber seus primeiros integrantes. Entre eles, estão o presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), a deputada federal Rosana Vale (PL-SP) e o presidente da Frente Parlamentar em Apoio ao Petróleo, Gás e Energia (Freppengen), deputado Eduardo Pazuello.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

NACIONAL - MINISTÉRIO PROJETA MAIS DE R\$ 120 BI EM CONCESSÕES RODOVIÁRIAS ATÉ 2026

Encontro na B3 debateu desafios regulatórios e novos modelos para ampliar investimentos no setor

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A agenda projetada pelo Ministério dos Transportes para 2025 e 2026 foi apresentada durante o III Summit de Concessões de Rodovias, realizado na B3, na capital paulista

O setor rodoviário brasileiro deve receber mais de R\$ 120 bilhões em investimentos nos próximos dois anos, com concessões previstas para 2025 e 2026. A agenda foi apresentada durante o III Summit de Concessões de Rodovias, realizado na terça-feira (28), em São Paulo.

George Santoro, secretário executivo do Ministério dos Transportes, disse que o governo quer garantir um ambiente favorável para atrair investidores e manter os aportes, mesmo diante das dificuldades econômicas e regulatórias.

A carteira de projetos do ministério envolve obras em diferentes estágios, com o objetivo de ampliar a malha rodoviária, aumentar a segurança e melhorar a mobilidade. Também estão previstos avanços em tecnologia e adoção de critérios ESG (ambientais, sociais e de governança).

Santoro destacou que as mudanças na Lei de Concessões e a reforma tributária são passos importantes para manter o equilíbrio financeiro e dar mais flexibilidade aos contratos.



“Nosso foco é combinar segurança regulatória, inovação e equilíbrio contratual. As novas concessões integram um plano estruturado que prioriza corredores logísticos estratégicos, a melhoria da malha existente e novas soluções contratuais para atrair investidores. O objetivo é aumentar a competitividade do país e garantir que os serviços cheguem com mais qualidade ao cidadão”, afirmou.

No evento, especialistas debateram modelos alternativos de concessão, como as A agenda projetada pelo Ministério dos Transportes para 2025 e 2026 foi apresentada durante o III Summit de Concessões de Rodovias, realizado na B3, na capital paulista Parcerias Público-Privadas (PPPs) para projetos menores e as “concessões light”, que trazem inovações para a conservação das rodovias. Também chamou atenção o sistema free flow, que permite a cobrança automática de pedágios sem necessidade de parar, discutido sob o aspecto regulatório e tecnológico para ampliar seu uso no país.

O painel com representantes da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de concessionárias avaliou o Contratuais de Rodovias (RCRs), destacando a importância da regulamentação para garantir a execução dos contratos e a segurança jurídica para investidores.

Realizado na B3, em São Paulo, o encontro reuniu agentes do governo, investidores e operadores para discutir os rumos das concessões rodoviárias. Gestores dos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo apresentaram suas agendas de leilões e os novos modelos contratuais, com o objetivo de acelerar investimentos regionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

NACIONAL - AZUL ENTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS EUA COM PLANO DE US\$ 1,6 BI

Empresa busca eliminar US\$ 2 bilhões em dívidas e recebe apoio do Ministério de Portos e Aeroportos, que acompanha o processo

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Azul anunciou na quarta-feira (28) que entrou com um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos, por meio do chamado Chapter 11, com o objetivo de implementar um amplo plano de reestruturação financeira esboçado em cerca de US\$ 1,6 bilhão.

O Chapter 11 é um instrumento jurídico previsto na legislação norte-americana que permite que empresas em dificuldades financeiras realizem uma reorganização completa de suas operações e dívidas, sob a supervisão de um tribunal, mas mantendo suas atividades normalmente.

Segundo a Azul, a medida busca eliminar aproximadamente US\$ 2 bilhões em dívidas totais financiadas, reduzir obrigações de arrendamento e otimizar sua frota. Além disso, está previsto um financiamento adicional de até US\$ 950 milhões garantido em equity na conclusão do processo, além de compromissos já firmados no valor de US\$ 1,6 bilhão.

Os acordos de reorganização envolvem credores, um arrendador de aeronaves e diversos parceiros considerados estratégicos, incluindo as companhias aéreas norte-americanas United e American Airlines. A Azul afirmou que o processo representa um “movimento pro avo para otimizar” sua estrutura de capital, sobrecarregada pelos efeitos da pandemia de Covid-19, por turbulências macroeconômicas e por problemas na cadeia de suprimentos.

“Ao utilizar esse processo, nós acreditamos que criaremos uma companhia aérea robusta e resiliente”, informou a empresa em comunicado.

MPor acompanha

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) divulgou nota afirmando que acompanha com atenção o processo de recuperação judicial da Azul e que confia na reestruturação da empresa. Para a pasta, a iniciativa deverá ser bem-sucedida, assim como ocorreu com outras companhias aéreas brasileiras que passaram por processos semelhantes, como a Latam e, mais recentemente, a Gol.

“O Ministério dos Portos e Aeroportos e o Governo Federal têm atuado para fortalecer o setor aéreo, monitorando todas as movimentações das companhias e oferecendo suporte institucional”, destacou a nota oficial.

O MPor reafirmou ainda a importância do setor aéreo para o desenvolvimento econômico, social e turístico do país, ressaltando o compromisso do governo em manter políticas públicas que incentivem a sustentabilidade e a competitividade das empresas do setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

NACIONAL - GOVERNO VAI LANÇAR EDITAL PARA LEILÃO DE 19 AEROPORTOS REGIONAIS EM JUNHO

Programa AmpliAR prevê R\$ 1,35 bilhão em investimentos e oferta individual de terminais na Amazônia Legal e no Nordeste

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Aeroporto de Araripina, em Pernambuco: segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o programa busca ampliar a presença de operadores privados em aeroportos regionais

O governo federal pretende lançar, na segunda quinzena de junho, um edital para o leilão simplificado de 19 aeroportos regionais localizados na Amazônia Legal e no Nordeste. O Programa AmpliAR, como foi batizado, foi apresentado na terça-feira (27) às concessionárias que já operam os principais aeroportos do país, após ter passado pela validação do

Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), responsável pelo programa, a proposta busca ampliar a presença de operadores privados em aeroportos regionais, levando a essas unidades a expertise das concessionárias e viabilizando os investimentos necessários para manter as operações. O modelo passou por ajustes depois de uma consulta pública realizada em dezembro, quando, de acordo com a pasta, foram recebidas quase 200 contribuições.

Os 19 aeroportos que devem ser ofertados nesta primeira etapa estão distribuídos em onze estados e, segundo o governo, devem exigir investimentos da ordem de R\$ 1,35 bilhão — cerca de R\$ 77 milhões, em média, por aeródromo. Diferente da proposta inicial colocada em consulta pública, a oferta será feita de forma individual e não mais em blocos.

Ainda conforme o ministério, as empresas interessadas serão remuneradas por meio de aditivos que devem reequilibrar os contratos atualmente em vigor. A previsão divulgada pelo governo é de que as propostas sejam abertas em setembro, com a expectativa de concluir os ajustes contratuais até o fim deste ano. Aeroportos que não receberem propostas nesta rodada seguirão disponíveis para negociações futuras, assim como novos lotes previstos em etapas posteriores do AmpliAR.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a ampliação da infraestrutura aeroportuária regional está diretamente ligada à expansão da aviação comercial e ao desenvolvimento econômico. “O crescimento do turismo de lazer e do turismo de negócios exige uma

aviação regional cada vez mais robusta. Com o AmpliAR, vamos levar infraestrutura onde ela é essencial para o desenvolvimento do país”, afirmou.

O governo sustenta que o programa aliviará os estados e municípios dos custos operacionais dos aeródromos e impulsionará o desenvolvimento socioeconômico local. “Achegada de operadores

qualificados vai atrair investimentos, fomentar o turismo, fortalecer cadeias logísticas e dinamizar setores como o agronegócio e os serviços”, afirmou o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca.

A gestão federal também aponta que os aeroportos regionais podem ter um papel relevante em áreas como a saúde, ao facilitar deslocamentos de emergência e a distribuição de medicamentos e vacinas em comunidades de difícil acesso. Além disso, o MPor enfatiza que essas unidades podem ser estratégicas para ações de fiscalização ambiental, monitoramento de áreas isoladas e proteção de comunidades indígenas.

Aeródromos incluídos na primeira fase do programa:

AMAZÔNIA LEGAL	NORDESTE
● Araguaína (TO)	● Aracati (CE)
● Barcelos (AM)	● Araripina (PE)
● Cacoal (RO)	● Barreirinhas (MA)
● Itacoatiara (AM)	● Cruz (CE)
● Itaituba (PA)	● Garanhuns (PE)
● Parintins (AM)	● Guanambi (BA)
● Porto Alegre do Norte (MT)	● Lençóis (BA)
● Taraucá (AC)	● Paulo Afonso (BA)
● Vilhena (RO)	● São Raimundo Nonato (PI)
	● Serra Talhada (PE)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/05/2025

NACIONAL - INDÚSTRIA DO NORDESTE TERÁ ACESSO A R\$ 10 BILHÕES EM CRÉDITO PÚBLICO

Iniciava prevê apoio a projetos de infraestrutura, inovação e pesquisa; planos devem ser apresentados até setembro

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Empresas interessadas em investir no Nordeste poderão contar com financiamento público. O governo federal anunciou que vai destinar R\$ 10 bilhões para apoiar planos de negócio considerados estratégicos. O lançamento do edital das linhas de financiamento foi feito na quarta-feira (28) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em Salgueiro, no interior de Pernambuco.

“É a maior disponibilidade de recursos para que se faça investimento na indústria do Nordeste. São R\$ 10 bilhões para quem quiser fazer projeto de crédito na região. Isso nunca nha acontecido antes. Nunca houve uma disponibilidade de crédito para o Nordeste como estamos fazendo agora”, afirmou Lula na cerimônia.

Os recursos poderão ser acessados por cooperativas e empresas brasileiras ou estrangeiras que já tenham projetos em andamento ou que pretendam iniciar novos investimentos no Nordeste, desde que o orçamento supere R\$ 10 milhões. O prazo para apresentação dos planos de negócio vai até 15 de setembro deste ano.

Segundo nota divulgada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as propostas podem incluir “instalação de infraestrutura sica, de pesquisa ou industriais; aquisição de máquinas e equipamentos; instalação de plantas pilotos ou demonstrativas; contratação de recursos humanos; custeio das atividades de PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), incluindo a contratação de serviços técnicos especializados; custeio das atividades de PD&I realizadas em parceria com outras empresas (incluindo em sistema de inovação aberta), universidades e centros de pesquisa, públicos ou privados; projetos de engenharia; e capital de giro”.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defendeu que o incentivo à industrialização regional contribui para fortalecer a economia nacional e reduzir desigualdades. Ele destacou que os investimentos do banco no Nordeste têm aumentado nos últimos anos. “Em 2024, aprovamos R\$ 370,2 milhões em projetos de empresas da região com essa finalidade, com aumento de 282,1% em relação a 2023 e de 579,1% em comparação com 2022.”

Além do BNDES, o financiamento contará com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e de bancos públicos: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal. Dependendo do perfil do projeto, o crédito poderá ser concedido por meio de linhas especiais, participação societária ou subvenção econômica neste último caso, com recursos não reembolsáveis.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (CNE) vão prestar assessoria técnica e apoiar o fomento aos projetos empresariais.

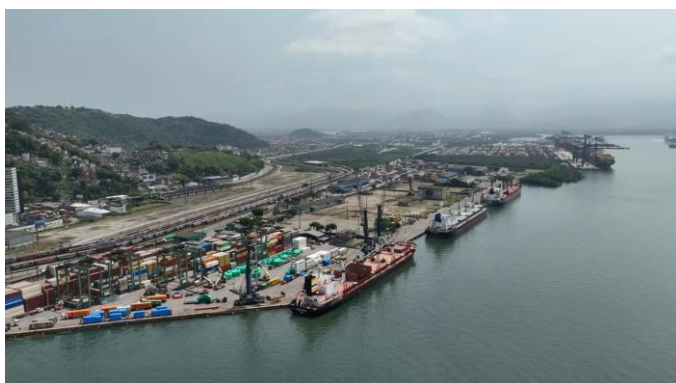
Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/05/2025

PORTO DE SANTOS - SECRETARIA DE PORTOS ENVIA PROCESSO DE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10 AO TCU

Ministério Público pede suspensão da licitação por suposta restrição à concorrência no maior megaterminal do Porto de Santos

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



Arrendamento do Tecon Santos 10 prevê investimentos obrigatórios superiores a R\$ 6,4 bilhões. Foto: Rodrigo Silva/BE News

A Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos, enviou na quarta-feira, dia 28, o processo de concessão do Tecon Santos 10 (ou STS10), o megaterminal de contêineres e carga geral a ser instalado no Porto de Santos (SP), para a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). O envio do processo ocorreu algumas horas depois de uma

representação do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pedindo à Corte de Contas pela suspensão da licitação do futuro empreendimento.

Agora, o documento da licitação do terminal está com o tribunal, que fará as devidas análises para dar prosseguimento com o processo.



A representação do MP, assinado pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, pede que a Corte de Contas faça a devida averiguação para possíveis irregularidades na condução do processo licitatório do projeto do futuro terminal.

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado pede que o TCU faça a devida averiguação para possíveis irregularidades na condução do processo licitatório do projeto do terminal

No texto, o representante do MP demonstrou preocupação sobre a deliberação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em adotar restrição na concorrência para o arrendamento da área,



impedindo que, em uma fase inicial do certame, empresas que atuam no segmento de contêineres no Porto Organizado de Santos possam participar.

“Ao mesmo tempo em que reconheço a importância de que medidas sejam adotadas para se dirimir riscos de concentração no mercado de contêineres no porto de Santos, ressalto que princípios afetos às licitações devem seguir sendo observados pela Antaq e pelo poder concedente. Empresas já consolidadas e com expertise na operação de cargas containerizadas estão sendo expressamente vedadas de participar da licitação. Isso, por si só, já poderia caracterizar ofensa direta aos princípios constitucionais que regem as licitações públicas, como os da isonomia, da livre concorrência e da ampla competitividade”, afirmou.

O documento reitera que, dado cenário de possível descumprimento do princípio da isonomia e de possíveis infrações que regem as licitações públicas, o TCU deve atuar para garantir que todos os preceitos sejam observados pelos agentes envolvidos no processo.

A agência reguladora estudou um modelo de licitação a fim de reduzir riscos de concentração de mercado e assegurar maior competitividade no maior porto do país.

A medida prevê que, na primeira etapa do certame, fiquem impedidos de participar os operadores já instalados no complexo portuário de Santos. Somente agentes econômicos que não detenham contratos nem participação societária em terminais de contêineres na região poderão apresentar propostas. Caso não haja interessados ou propostas válidas, será realizada uma segunda fase, aberta a todos os concorrentes, inclusive aos atuais incumbentes.

O subprocurador argumentou que entende as preocupações referentes ao tema, mas que elas devem ser tratadas por meio de mecanismos próprios e específicos. Além disso, citou que a restrição prévia “apenas restringe de forma significativa a gama de interessados que viriam a contribuir com a competição e com a valorização do ativo na licitação”.

Projeto

O Tecon Santos 10 deve se tornar o maior arrendamento portuário em volume de investimentos já previsto no Brasil. O megaterminal, projetado para aumentar em até 50% a movimentação de contêineres no Porto de Santos, busca atender à crescente demanda do setor.

O investimento estimado é de R\$ 6,45 bilhões, com capacidade para movimentar até 3,5 milhões de TEU — unidade padrão equivalente a um contêiner de 20 pés — por ano.

O projeto prevê quatro berços de atracação, aptos a receber os maiores navios em operação no mundo, e deve gerar mais de 3 mil empregos diretos, desde a fase de obras até o início das atividades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

REGIÃO SUDESTE - POLO INDUSTRIAL DE CUBATÃO EM DEBATE: INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS PARA O FUTURO

Seminário durante a Semana da Indústria reúne autoridades e especialistas para discutir o papel estratégico da cidade na economia brasileira

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O futuro do Polo Industrial de Cubatão (SP) foi o principal tema do segundo dia (27) da Semana da Indústria, que acontece na cidade. A discussão reuniu autoridades no seminário “A Indústria do Futuro: a inovação e seu papel para a economia brasileira”.

A tarde de debates foi aberta pelo ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, que defendeu a busca pelo desenvolvimento sustentável, com responsabilidade social e ambiental. Ele destacou a necessidade

de ampliar a infraestrutura industrial e aprimorar a logística para impulsionar o crescimento econômico. Aldo acumula passagens importantes na vida pública: foi ministro de Relações Institucionais, da Defesa e do Esporte, presidente da Câmara dos Deputados e relator do Código Florestal.

O diretor-executivo do Cide-Ciesp Cubatão, Ricardo Salgado, apresentou um panorama da evolução do polo ao longo das décadas e suas contribuições para o país. Ele destacou o processo de transformação de Cubatão, que já foi considerada a cidade mais poluída do mundo e, desde os anos 1990, tornou-se símbolo de recuperação ambiental, abrigando hoje um polo industrial sustentável. Salgado também celebrou a recente conquista do selo “Tree Cies of the World”, concedido pela ONU. “Cubatão segue evoluindo com responsabilidade, aplicação e tecnologia”, afirmou.

No painel “Inovação e Sustentabilidade no Polo Industrial de Cubatão”, mediado pelo secretário municipal de Meio Ambiente, Segurança Climática e Bem-Estar Animal, Cleiton Jordão, participaram o diretor do Cepema-USP, professor Osmar Gomes, e o gerente de Relações Institucionais da Usiminas, Douglas Luan da Silva. Ambos reforçaram a importância do diálogo entre o poder público e as empresas, ressaltando o papel de Cubatão como uma cidade resiliente.

Carta de compromisso

A Semana da Indústria prossegue até esta sexta-feira (30), com o encerramento marcado pela assinatura de uma carta de compromisso, na sala de reuniões do gabinete do prefeito César Nascimento (PSD). O documento será firmado por representantes do poder público, do setor produtivo e da sociedade civil, consolidando propostas para uma indústria mais sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

REGIÃO NORTE - ITAIPU INVESTE EM TERMINAL DE OUTEIRO PARA AMPLIAR HOSPEDAGEM NA COP30

Alteração de convênio prevê R\$ 233,9 milhões para adaptar estrutura e receber cruzeiros de luxo em Belém

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Porto de Outeiro – Belém - Atualmente voltado para cargas, o terminal portuário do distrito de Outeiro, uma ilha situada na baía de Marajó, possui dois píeres, com capacidade restrita a embarcações menores. Foto: Divulgação/CDP

A Itaipu Binacional alterou um dos convênios firmados com a organização da COP30 e passou a investir na requalificação do terminal portuário de Outeiro, em Belém (PA), para viabilizar a recepção de navios

de cruzeiro durante a cúpula do clima marcada para novembro. A decisão substitui o projeto inicial de dragagem do porto da capital paraense, que previa investimento de R\$ 217,4 milhões, mas foi cancelado após entraves jurídicos.

Com a mudança de rota, o governo federal busca garantir a ampliação da oferta de hospedagem para a COP30, diante do risco de colapso no setor hoteleiro da cidade. A expectativa é que os cruzeiros ajudem a suprir a demanda gerada pelo público internacional. A adaptação do terminal de Outeiro vai custar R\$ 233,9 milhões, sendo R\$ 181,3 milhões financiados por Itaipu, conforme publicado no site da empresa binacional.

O distrito de Outeiro, uma ilha situada na baía de Marajó, fica a cerca de 19 quilômetros do centro de Belém. Atualmente voltado para cargas, o terminal possui dois píeres, com capacidade restrita a

embarcações menores. Para torná-lo apto a receber grandes navios de passageiros, o projeto prevê a instalação de 11 “dolphins” — estruturas de atracação —, passarelas de acesso e uma área específica para check-in e check-out de passageiros.

Com as intervenções, será possível receber simultaneamente até três navios de cruzeiro. Dois deles já foram contratados: o Costa Diadema, com capacidade para 4,5 mil pessoas, e o MSC Seaview, que comporta até 5 mil. Um terceiro, o MSC Lirica, deve se juntar ao evento, adicionando mais 2,6 mil leitos.

Segundo a organização da COP30, a intenção original era utilizar apenas o Porto de Belém para atracar os navios de luxo e garantir pelo menos 10 mil leitos adicionais. “O Terminal de Outeiro terá um papel estratégico na oferta de hospedagem durante a COP30”, informou a organização, que também conta com outro convênio da Itaipu no valor de R\$ 200,3 milhões para a construção do hotel cinco estrelas “Vila Líderes”, com 500 quartos, ao lado do Parque da Cidade.

Embora o governo federal tenha anunciado inicialmente que Itaipu aportaria R\$ 1,3 bilhão na COP30, os valores públicos dos convênios já ultrapassaram R\$ 1,7 bilhão. A organização afirma que houve repactuação dos contratos para manter o teto orçamentário. Procurada, Itaipu informou que “o orçamento permanece o mesmo”, e que a troca do convênio faz parte dessa adequação.

Além do terminal de Outeiro e do hotel de luxo, a usina hidrelétrica vai financiar ainda a reforma de edifícios históricos comerciais, obras viárias em Belém, implantação de parques urbanos e programas de gestão de resíduos sólidos e inovação em bioeconomia.

Para garantir a integração do terminal com o centro da capital paraense, o governo do Pará está construindo uma nova ponte estaiada de 507 metros de extensão, com duas pistas para veículos e uma faixa para pedestres e ciclistas. A ligação, a apenas 800 metros do terminal portuário, atingiu 69% de execução em abril e deve ser concluída antes do início da cúpula climática.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

REGIÃO NORDESTE - PREVISTA PARA AGOSTO, DRAGAGEM PROMETE ABRIR NOVA FASE PARA O PORTO DE NATAL

Intervenção ampliará calado para 12,5 metros e viabilizará retomada das exportações de minério de ferro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O projeto visa ampliar a profundidade do canal de acesso de 10 para 12,5 m, permitindo a operação de navios de maior porte e aumentando a capacidade operacional do terminal

O Porto de Natal (RN) promete entrar em uma nova fase após as obras de dragagem, que têm início previsto para agosto. Orçado em R\$ 62 milhões, o projeto é financiado pelo Ministério dos Portos e Aeroportos e tem como objetivo ampliar a profundidade do canal de acesso de

10 para 12,5 metros, permitindo a operação de navios de maior porte e aumentando a capacidade operacional do terminal potiguar.

Segundo a Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Paulo Henrique Macedo, cinco empresas já apresentaram questionamentos técnicos sobre a licitação, cujo prazo para recebimento de propostas termina no dia 25 de junho. A expectativa, conforme Macedo, é de um crescimento

expressivo na movimentação de cargas após a conclusão da dragagem. Ainda de acordo com a Codern, um dos principais impactos esperados é a retomada do embarque de minério de ferro, que pode elevar a movimentação anual para cerca de 1,5 milhão de toneladas, apenas com esse produto. Em 2023, o porto movimentou aproximadamente 500 mil toneladas no total.

Hoje, o Porto de Natal se destaca principalmente na exportação de frutas, especialmente melões e mangas. No entanto, a atuação ainda é concentrada: apenas a Agrícola Famosa opera com navio próprio no terminal. Para a Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte (Faern), a infraestrutura atual limita o uso do porto por outras empresas do setor.

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico disse que a dragagem contribui para o desenvolvimento logístico e econômico do estado, beneficiando as condições no porto, a pesca industrial e a navegação de cabotagem. O Rio Grande do Norte lidera a produção nacional de atum, e a obra promete ampliar a capacidade de escoamento dessa cadeia produtiva, segundo a pasta. E também é considerada fundamental para a reativação plena do porto e vai consolidar a cabotagem como alternativa logística eficiente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

REGIÃO SUL - SC INAUGURA NOVO DATA CENTER DO PORTO DE IMBITUBA E ANUNCIA INVESTIMENTOS

Centro tecnológico terá objetivo de armazenar todas informações do ecossistema do complexo portuário

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



O governador e sua comitiva realizaram uma vistoria nas obras de derrocagem no berço 1 do porto e também os trabalhos referentes à segunda fase de ampliação dos berços 2 e 3.

Foto: Eduardo Valente/GOVSC

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), acompanhado por autoridades estaduais, participou no último dia 24 da inauguração do novo Data Center do Porto de Imbituba. Durante a agenda, o governador também fez anúncio de investimentos voltados para a infraestrutura do complexo.

Mello e as autoridades inauguraram o centro tecnológico de gerenciamento do Porto de Imbituba, estrutura que conta com os melhores e mais modernos equipamentos do mercado. O Data Center processa e armazena todas as informações do ecossistema portuário.

Também houve a assinatura do regulamento do Programa de Participação nos Resultados (PPR) dos colaboradores da SCPAR Porto de Imbituba.

“O Porto de Imbituba é um orgulho para Santa Catarina. Estamos acompanhando de perto as obras e as ações que vão aumentar a competitividade, gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento econômico da nossa região. O Governo do Estado é parceiro de todas as iniciativas que tragam progresso”, afirmou o governador.

Durante o evento, o governador e sua comitiva realizaram uma vistoria nas obras de derrocagem no berço 1 e também os trabalhos referentes à segunda fase de ampliação dos berços 2 e 3.

Serão realizadas melhorias no acesso viário, incluindo a instalação de lombadas eletrônicas nos acessos ao porto, a pavimentação com concreto rígido na Avenida Manoel Florentino Machado (via

de acesso ao porto), além da implantação de sistema de drenagem no trevo da Rua Duque de Caxias. Segundo a Autoridade Portuária, os investimentos na infraestrutura somam R\$ 14 milhões.

O Porto de Imbituba vive um novo momento, com investimentos estruturantes que melhoram a logística, aumentam a capacidade operacional e aproximam ainda mais o porto da comunidade e do desenvolvimento regional. As obras vistoriadas e os projetos anunciados reforçam o compromisso do Estado com a modernização da infraestrutura portuária e com a valorização de um dos principais ativos logísticos de Santa Catarina”, afirmou o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), Beto Martins.

O diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Christiano Lopes, reforçou o compromisso da Autoridade Portuária com a eficiência, inovação e a integração com a comunidade.

“Estamos construindo um porto cada vez mais moderno, sustentável e conectado com a cidade. A visita do governador e sua equipe mostra que estamos alinhados com os objetivos do Estado e da população. Essa presença institucional fortalece ainda mais nossos projetos estratégicos”, destacou.

Durante a solenidade, ainda foi apresentado o investimento que a administração do porto fará em eventos culturais, esportivos e de incentivo ao desenvolvimento econômico da cidade de Imbituba. São eles: o Circuito Imbitubense de Surf, a campanha Imbituba Premiada e o IMBCOMEX – evento de Comércio Exterior do Sul de Santa Catarina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025

REGIÃO SUL - PORTO DE ITAJAÍ RECEBE OPERAÇÃO DE MAIS DE 7 MIL VEÍCULOS ELÉTRICOS DA BYD

Automóveis foram desembarcados do BYD Shenzhen, maior navios de transporte de veículos no mercado global

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Mais de 7,2 mil carros elétricos da BYD vão desembarcar no Porto de Itajaí; operação seguirá pelos próximos cinco dias. Foto: Divulgação

O Porto de Itajaí, em Santa Catarina, recebeu nesta quarta-feira (28) o maior navio de transporte de automóveis no mercado global, o BYD Shenzhen. Ao todo, foram desembarcados 7,2 mil veículos elétricos da fabricante chinesa BYD.

Segundo a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), a operação para retirada dos veículos vai durar cinco dias.

A embarcação, acompanhada de rebocadores, atracou no Porto às 10h30. A operação de desembarque teve início pouco depois das 13 horas, com o primeiro carro deixando o navio às 13h41.

De acordo com a Autoridade Portuária, a operação de desembarque de todos os automóveis ocorrerá 24 horas por dia ao longo dos próximos cinco dias. A operação vai envolver cerca de 130 caminhões-egonha e mais de 500 profissionais, incluindo dez estivadores e 18 motoristas no desembarque terrestre.

Aproximadamente 100 veículos circulam por hora, com caminhões entrando e saindo sem interrupção, enquanto o pátio é monitorado digitalmente e o controle logístico acontece em tempo real.

Além de reforçar a cadeia automotiva e gerar empregos temporários, a operação consolida Santa Catarina como um dos principais hubs brasileiros para veículos eletrificados, fortalecendo o posicionamento estratégico do estado no mercado internacional.

Para o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos, a operação marca um novo capítulo para a logística automotiva do país, além de reforçar o posicionamento do Porto de Itajaí entre os principais para este tipo de operação.

“Isso é um sinal da retomada do porto federalizado. É resultado de muito trabalho. O porto estava abandonado, parado, e agora trazendo essa carga de grande valor agregado, que significa emprego, tributação, recolhimento de ISS para a prefeitura. Muito diferente do que foi dito quando assumimos as operações. É um sinal dos novos tempos, para que o Porto de Itajaí volte a ser um porto cinco estrelas como ele sempre foi”, afirmou o executivo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/05/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

MOODY'S REDUZ PERSPECTIVA DA NOTA DO BRASIL POR AGRAVAMENTO FISCAL

Mudança acontece seis meses após a agência de classificação de risco ter elevado a nota brasileira deixando o país a um nível do grau de investimento

Por Paulo Renato Nepomuceno — Rio de Janeiro



A sede da Agência de classificação de risco Moody's, em Nova York — Foto: Jeenah Moon / Bloomberg

A agência de classificação de risco Moody's reduziu a perspectiva da nota soberana do Brasil de positiva para estável, ao mesmo tempo em que reafirmou a nota do país de emissor de longo prazo em moeda local e estrangeira. A mudança se deu por causa da situação fiscal do país e o aumento da dívida pública, da inflação e dos juros.

Segundo a agência, "a mudança da perspectiva reflete uma redução dos riscos positivos de crédito, diante de um agravamento acentuado da capacidade de pagamento da dívida e de um progresso mais lento do que o esperado na redução da rigidez dos gastos e na construção de credibilidade da política fiscal".

A Moody's havia elevado a nota de crédito do país em outubro de 2024, deixando o Brasil a um passo do grau de investimento, perdido em 2016.

Os analistas da agência afirmaram agora que, apesar da redução da perspectiva, a manutenção do rating no grau "Ba1" — o 11º nível, numa escala que possui 21 graus — "reflete o tamanho e a diversificação da economia brasileira, bem como a baixa vulnerabilidade a choques externos".

Segundo a agência, o atual ciclo de aperto monetário (a taxa básica de juros está em 14,75% ao ano) diante do aumento das expectativas inflacionárias leva a um aumento substancial dos pagamentos da dívida pública, "resultando em déficits fiscais maiores e maior acúmulo de dívida em 2025 e 2026 do que o previsto anteriormente".

O documento, divulgado no fim da tarde desta sexta-feira, mostra que a perspectiva da agência para a relação entre dívida pública e o PIB do país "se estabilize em torno de 88%" nos próximos cinco anos, ante projeção de 82% há sete meses atrás.

As classificações das agência de risco

	Moody's	Fitch	S&P
Grau de investimento com qualidade alta	AAA	AAA	AAA
	AA1	AA+	AA+
	AA2	AA	AA
	AA3	AA-	AA-
	A1	A+	A+
	A2	A	A
	A3	A-	A-
Grau de investimento com qualidade média	BAA1	BBB+	BBB+
	BAA2	BBB	BBB
	BAA3	BBB-	BBB-
Grau especulativo	BA1	BB+	BB+
	BA2	BB	BB
	BA3	BB-	BB-
	B1	B+	B+
	B2	B	B
	B3	B-	B-
	CAA1	CCC	CCC+
Risco alto de inadimplência até chegar a calote	CAA2	CC	CCC
	CAA3	C	CCC-
	CA	RD	CC
	C	D	C
			D

Classificação do Brasil
 Com mudança de nota, Brasil fica a um passo de retomar selo de bom pagador

Moody's reafirmou atual nota, dada em outubro, mas reduziu a perspectiva de "positiva" para "estável" — Foto: Criação O Globo

A Moody's pontua que a "rigidez do gasto e o aumento das despesas com juros" reduzem a capacidade de cortes adicionais no resultado primário e que, apesar da adoção de medidas de aumento de receitas e limite de alta do salário mínimo dentro do arcabouço fiscal, "reformas mais profundas" são "essenciais".

Corrida dos PIBs: Brasil ficará estacionado como 10ª maior economia até o fim da década, prevê FMI
 O documento aponta que medidas como a redução da vinculação de receitas e da indexação de benefícios ao salário mínimo podem "ampliar a flexibilidade fiscal e a capacidade do governo de responder a choques".

Próximos passos vão definir rumo da nota

A Moody's também cita medidas que poderiam ou elevar ou rebaixar tanto a perspectiva quanto a nota atual.

A agência afirma que a "aprovação de reformas estruturais fiscais mais profundas" podem fazer a nota subir. São lidas como reformas a redução de vinculações, reforma de benefícios sociais, ou aprimoramentos no arcabouço de política monetária "que reduzam a vulnerabilidade fiscal ao ciclo de juros".

Já para um eventual rebaixamento, estão no radar o que a agência chamou de "reversão ou fracasso" nas políticas de consolidação fiscal, além de uma queda persistente da confiança do investidor, aumento dos custos da dívida ou deterioração do crescimento econômico.

A agência afirmou ainda que a robustez recente da economia veio das "reformas estruturais implementadas por sucessivos governos e à crescente credibilidade da agenda econômica e fiscal", considerando ainda que os "esforços de consolidação fiscal, embora graduais, devem contribuir para a estabilização do endividamento no médio prazo".

Apesar da ligeira melhora do cenário nos últimos anos, a Moody's afirma que "o progresso limitado em reformas estruturais mais profundas, especialmente para lidar com a rigidez do gasto, e a alta sensibilidade das contas públicas às taxas de juros limitam o espaço para uma elevação do rating no curto prazo".

Frustração com pacote mudou visão, diz ex-BC

Há exatamente um ano, em maio de 2024, a agência havia elevado a perspectiva de estável para positiva, citando justamente o progresso do que chamou de consolidação fiscal, que poderia estabilizar a dívida no país.

Para Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central, a revisão vem após a frustração com o lançamento do pacote de contenção de gastos anunciado no fim de novembro de 2024. A elevação do grau da nota brasileira veio dois meses antes da então divulgação:

— (A agência) fez uma aposta positiva em um processo de ajuste fiscal mais eficiente, parte em expectativa e parte em tentar dar um incentivo ao governo. E isso acabou não acontecendo naquele pacote que foi lançado no final do ano passado, que decepcionou o mercado.

Imposto de Renda 2025: até quando dá para corrigir erros? Como fazer a declaração retificadora? Para ele, o anúncio do aumento do IOF na semana passada reafirmou a decisão do Executivo de não realizar ajustes fiscais pelo lado da despesa, como sugere agora a Moody's nesta revisão.

— A decisão do IOF, que é polêmico, foi uma confissão de fracasso do governo na questão fiscal. "Não quero fazer o ajuste pela despesa, não consigo fazer o congresso aumentar a tributação, então vou utilizar o imposto que deveria ser regulatório para fins arrecadatários" — compara.

Na visão de Volpon, a antessala do período eleitoral gera mais incerteza sobre o cenário. Ele lembra que a proposta de reforma do Imposto de Renda, que prevê a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e uma faixa de transição para quem recebe até R\$ 7 mil pode elevar a desconfiança da agência de classificação de risco sobre a trajetória fiscal:

— Se o governo lançar mão de outras iniciativas que aumentem o déficit fiscal, poderá ter piora na perspectiva. Um cuidado será a reforma do IR. Sem compensações, isso pode piorar a trajetória fiscal, e pode ser gatilho para Moody's e também para outras agências — ele diz.

TARIFAS MAIS CARAS: ANEEL ANUNCIA BANDEIRA VERMELHA NAS CONTAS DE LUZ EM JUNHO

A medida vale para todos os consumidores de energia conectados ao Sistema Interligado Nacional
Por Bernardo Lima — Brasília



Linha de transmissão de energia — Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo

A bandeira tarifária para o mês de junho será vermelha no patamar 1, anunciou nesta sexta-feira a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), indicando aumento no custo da energia para os consumidores. Como a bandeira hoje em vigor é a amarela, isso significa que as contas de luz devem ficar mais caras no próximo mês.

As contas de energia elétrica terão cobrança adicional de R\$ 4,46 a cada 100 kW/h (quilowatt-hora) consumidos.

A medida vale para todos os consumidores de energia conectados ao Sistema Interligado Nacional.

"Diante do cenário de afluições abaixo da média em todo o país indicado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), projeta-se uma redução da geração hidrelétrica em relação ao mês anterior, com um aumento nos custos de geração devido à necessidade de acionamento de fontes de energia mais onerosas, como as usinas termoeletricas", afirma a Aneel em nota.

O diretor-geral da Aneel, Sandoval de Araújo Feitosa Neto, já havia adiantado durante a semana a tendência de que a bandeira vermelha fosse implementada neste ano.

— É possível que as bandeiras tarifárias se posicionem entre o patamar amarelo e o vermelho até o fim do ano, caso se confirmem as condições desfavoráveis — disse durante o XP Fórum Político Setorial Energia 2025.

Ele ressaltou que os níveis de armazenamento estão abaixo de 71%, menor do que os 75% registrados no mesmo período do ano passado. Segundo o diretor-geral da Aneel, outros fatores aumentaram o risco de acionamento da bandeira vermelha, como a ampliação da faixa de isenção de consumo para a baixa renda e o aumento do custo de geração.

O que são bandeiras tarifárias

O sistema, implantado em 2015, é uma forma diferente de apresentar um custo que já estava na conta de energia, mas que geralmente passava despercebido. Não existe, portanto, um novo custo, mas um sinal de preço que sinaliza para o consumidor o custo real da geração no momento em que ele está consumindo a energia, dando a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

Como era antes das bandeiras?

As variações que ocorriam nos custos de geração de energia, para mais ou para menos, eram repassados até um ano depois, no reajuste tarifário seguinte, corrigido pela Selic.

O que significa cada cor e quanto custa?

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,463 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

- Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 7,877 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/05/2025

TRUMP ANUNCIA QUE VAI DOBRAR TARIFA SOBRE A IMPORTAÇÃO DE AÇO NOS EUA DE 25% PARA 50%

Aumento deve entrar em vigor na próxima semana. Medida foi informada durante evento na siderúrgica US Steel



O presidente Donald Trump chega às instalações da US Steel Corporation em West Mifflin, Pensilvânia — Foto: Rebecca Droke/Bloomberg

O presidente Donald Trump anunciou que aumentará as tarifas sobre o aço de 25% para 50%, afirmando que a medida ajudará a proteger os trabalhadores da indústria siderúrgica americana, durante uma visita a uma fábrica da United States Steel (US Steel) nesta sexta-feira.

Trump visitou a planta para promover um acordo esperado entre a US Steel e a japonesa Nippon Steel, descrevendo-o como uma forma de garantir que a icônica empresa americana continue sob controle e operação dos EUA, mesmo com os detalhes do acordo ainda vagos. Segundo ele, as novas tarifas beneficiarão as operações americanas da nova joint venture.

“Acredito que esse grupo de pessoas que acabou de fazer esse investimento está muito feliz, porque isso significa que ninguém vai conseguir roubar sua indústria”, disse Trump. “Com a tarifa em 25%, eles conseguem meio que pular a cerca, com 50% eles não conseguem mais.”

O aumento das tarifas, que segundo a Casa Branca entrará em vigor na próxima semana, encerra um período tumultuado que incluiu uma decisão judicial considerando o regime tarifário “recíproco” de Trump ilegal — decisão que foi temporariamente suspensa por uma corte de apelações.

Mais cedo na sexta-feira, Trump também expressou frustração com a China, acusando o país de ter rompido uma trégua tarifária negociada no início do mês, o que levanta a possibilidade de novas tarifas de importação.

O novo patamar de 50% também serve como respaldo à promessa de Trump de que o acordo entre a US Steel e a Nippon, que ele havia criticado durante a campanha, beneficiará os trabalhadores do setor siderúrgico no estado decisivo da Pensilvânia.



O acordo foi criticado pelo sindicato United Steelworkers, que teme que a propriedade japonesa leve à redução da capacidade produtiva e transferência de empregos para outras unidades.

Governo americano vai aumentar as tarifas sobre o aço de 25% para 50% — Foto: Bloomberg

“Tem muito dinheiro vindo na direção de vocês”, acrescentou Trump, falando em frente a placas com os dizeres “A Era de Ouro” — referência ao boom

econômico que ele afirma que suas políticas trarão — além de “Aço Americano” e “Empregos Americanos”.

As ações de outras siderúrgicas americanas, como Nucor, Cleveland-Cliffs e Steel Dynamics subiram nas negociações após o fechamento do mercado.

Trump afirmou que os trabalhadores da US Steel receberão um bônus de US\$ 5.000 em breve e que US\$ 2,2 bilhões dos US\$ 14 bilhões previstos em investimentos serão destinados ao aumento da produção de aço na planta de Mon Valley, onde ele discursou.

Segundo Trump, US\$ 7 bilhões serão investidos na modernização de usinas, expansão de minas de minério e construção de novas instalações em Indiana, Minnesota, Alabama e Arkansas.

Ele também afirmou que a US Steel não anunciará demissões nem terceirizações, e que seus altos-fornos permanecerão operando a plena capacidade por pelo menos 10 anos.

O evento teve tom de comemoração, com Trump recebendo uma camisa do Pittsburgh Steelers e um capacete dourado durante a visita. Apesar do clima festivo, detalhes importantes sobre o acordo ainda não estavam claros. Investidores aguardam informações mais precisas sobre o acordo, anunciado por Trump na semana passada.

A decisão de Trump marca uma reviravolta surpreendente em relação à transação, que ele havia criticado fortemente durante a campanha, mas que agora ele descreve como resultado de concessões feitas pela Nippon Steel em benefício dos trabalhadores americanos.

“Cada vez que eles voltavam, o acordo ficava melhor, melhor e melhor para os trabalhadores”, disse Trump, enfatizando que a sede da US Steel continuará em Pittsburgh.

Na semana passada, o presidente descreveu o acordo como uma “parceria planejada” que trará investimentos aos EUA — e não como a venda de uma empresa americana. Mesmo após o anúncio de Trump, as negociações continuaram, inclusive sobre quais poderes de veto o governo americano manterá sobre o conselho da subsidiária da US Steel.

“Em Washington, vou estar de olho nisso, e vai ser ótimo”, afirmou Trump.

O evento de sexta-feira encerra um caminho politicamente conturbado e cheio de reviravoltas para a tentativa da Nippon Steel de adquirir uma empresa americana icônica — uma saga que deixou ambas as companhias em compasso de espera. A proposta inicial da Nippon Steel previa a compra da US Steel por US\$ 14,1 bilhões.

“Os compromissos foram feitos”, disse o deputado Dan Meuser, republicano da Pensilvânia, em entrevista no local antes do discurso de Trump. “Eles não vão estragar esse acordo”, acrescentou, dizendo que está “praticamente fechado”.

O acordo foi submetido ao Comitê de Investimento Estrangeiro nos EUA (CFIUS, na sigla em inglês), um órgão sigiloso que revisa aquisições estrangeiras, incluindo a proposta original de US\$ 55 por ação e investimentos adicionais, segundo fontes familiarizadas.

Como parte do acordo, os EUA manterão certos poderes, incluindo sobre a composição do conselho, segundo fontes. O senador David McCormick, republicano da Pensilvânia, descreveu essa estrutura como uma “ação dourada” (golden share), embora não esteja claro se isso implicaria em participação acionária ou apenas em poder de intervenção do governo.

McCormick disse à CNBC que a estrutura será “um CEO americano, um conselho majoritariamente americano, e haverá uma ação dourada, que exigirá aprovação do governo dos EUA para vários membros do conselho, garantindo que os níveis de produção não sejam reduzidos e outras medidas do tipo.”

Tanto Trump quanto seu antecessor, Joe Biden, se opuseram à venda durante a eleição presidencial de 2024, afirmando que a US Steel deveria permanecer sob controle americano. Biden bloqueou o acordo por motivos de segurança nacional pouco antes de Trump assumir o cargo. Trump então ordenou a revisão dessa decisão antes de anunciar a parceria na semana passada.

Defensores da fusão entre Nippon Steel e US Steel argumentam há tempos que a empresa japonesa ajudaria a revitalizar a siderúrgica americana com novos investimentos. Mas o acordo também enfrentou resistência do poderoso sindicato United Steelworkers, que opera unidades da US Steel em todo o país.

Os próximos passos para concluir o acordo ainda não estão totalmente definidos. As partes precisam finalizar o acerto dentro do processo de revisão do CFIUS. Não está claro se o texto de um eventual acordo de mitigação — que deve detalhar os poderes mantidos pelo governo americano — já foi concluído.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/05/2025

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO RIO CRESCE ACIMA DA MÉDIA NACIONAL PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 4º TRI DE 2023. De janeiro a março, alta de 4,2%

Por Luciana Casemiro



Cadeia de óleo e gás — Foto: Getty Images

A produção industrial do Rio de Janeiro cresceu nesse primeiro trimestre, muito acima da média nacional: 4,2%, ante a um recuo de 0,1%. A última vez que a produção industrial do estado esteve acima da nacional foi no último trimestre de 2023, quando registrou uma alta de 3,5% contra 1,8%, ressalta Janine Pessanha, especialista de Estudos Econômicos da Firjan, que fez o cálculo a partir dos dados da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE.

A cadeia de óleo e gás foi o motor desse crescimento, com o aumento na extração do óleo, com a chegada de novas plataformas aos campos fluminenses, e também com a expansão da produção de derivados do petróleo. No Brasil, a indústria extrativa avançou 1% no primeiro trimestre. No Rio, a estimativa da Firjan é de uma alta de 4,9%, o número, no entanto, ainda é preliminar.

O aumento das incertezas provocado pela guerra tarifária, a queda no preço do barril de petróleo, fruto de uma perspectiva de redução no ritmo de crescimento global e do aumento de produção pela Opep, não deve ter efeito imediato sobre os investimentos no setor.

Isso não quer dizer, no entanto, que não haverá efeito da economia global sobre a indústria fluminense, diz Janine, mas como se tratam de investimentos de médio e longo prazo já contratados, esses impactos só devem aparecer no fim deste ano e início de 2025.

- A produção deste primeiro trimestre é fruto de planejamento de investimentos feitos muito antes dessa mudança de cenário global. Portanto, não haverá uma mudança de rota repentina. Mas os reflexos virão de forma defasada, mais para o fim deste ano e nos resultados do setor no próximo ano - avalia a economista, que estima que, com o impulso da cadeia de petróleo, o PIB do estado do Rio tenha uma alta de cerca de 3%.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/05/2025

LULA DEVE RECLAMAR DE LEI ANTIDESHMATAMENTO EUROPEIA EM ENCONTRO COM PRESIDENTE DA FRANÇA

Lula viajará para a França no período de 4 a 9 de junho
Por Eliane Oliveira — Brasília



Lula e o presidente da França, Emmanuel Macron — Foto: Ricardo Stuckert / PR

Motivo de preocupação de setores como soja e carne bovina, a nova lei antidesmatamento da União Europeia, prevista para entrar em vigor em dezembro deste ano, será um dos temas a serem abordados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à França na próxima semana. Lula deve reiterar ao presidente da França, Emmanuel Macron, a posição do Brasil contrária à legislação que entrará em vigor.

— Essa lei deverá ser um dos pontos suscitados pelo presidente — disse o diretor do Departamento de Europa do Itamaraty, Flavio Goldman, ao ser perguntado sobre o tema.

A França é um dos países mais protecionistas da Europa. Por essa razão, é contra o acordo entre Mercosul e União Europeia e defende barreiras às importações, para proteger os agricultores franceses.

O novo instrumento legal europeu proíbe importações de produtos agropecuários oriundas de áreas desmatadas, legalmente ou não, a partir de 2020. A medida atinge café, soja, óleo de palma, madeira, couro, carne bovina, cacau e borracha.

Em visita de Estado, Lula ficará em Paris nos dias 5 e 6. Além de reuniões com o presidente da França, participará de conversas com empresários dos dois países. Deve se encontrar com representantes da comunidade brasileira naquele país e receberá o título de doutor honoris causa pela Universidade Paris 8.

Junto com Lula, vai a Toulon com Macron, no dia 6, visitar uma base naval da marinha francesa. Em seguida, o presidente brasileiro participará de eventos em um fórum mundial sobre oceanos em Nice.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/05/2025

BRASIL FICA EM QUINTO LUGAR NO RANKING DAS ECONOMIAS QUE MAIS CRESCERAM

Lista elaborada pela Austin Rating considera 61 países que já divulgaram seus resultados
Por O GLOBO — São Paulo



Agro puxa o PIB brasileiro no primeiro trimestre — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Com o crescimento de 1,4% no Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2025, o Brasil conquistou a quinta colocação em um ranking global de crescimento econômico, elaborado pela empresa de classificação de risco Austin Rating. O levantamento considera 61 países que já divulgaram seus resultados. A comparação é com o mesmo trimestre do ano passado.



Corrida dos PIBs: Brasil ficará estacionado como 10ª maior economia até o fim da década, prevê FMI. O desempenho do país foi impulsionado pela agropecuária, que cresceu 12,2% nos três primeiros meses. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o segundo melhor resultado trimestral do setor, atrás apenas dos 13,8% registrados no início de 2023.

Na liderança do ranking está a Irlanda, com crescimento de 3,2%, seguida por Islândia (2,7%), Hong Kong (1,9%) e Taiwan (1,8%). Completam o top 10: Chipre (1,3%), China e Filipinas (ambas com 1,2%), Turquia (1%), Arábia Saudita (0,9%) e Israel (0,8%).

Entre as grandes economias, os Estados Unidos registraram retração de 0,2%, mesmo desempenho observado no Japão e na Coreia do Sul. O Brasil foi o único país da América Latina a figurar entre os dez primeiros colocados. Em seguida, aparecem a Colômbia, em 12º lugar, com alta de 0,8%, e o Chile, em 17º, com 0,7%.

O crescimento brasileiro ficou acima da média dos países avaliados, de 0,5%, e também superou o desempenho médio dos Brics — grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, cuja expansão foi de 1,3% no trimestre.

Veja o ranking

- 1. Irlanda: 3,2%**
- 2. Islândia: 2,7%**
- 3. Hong Kong: 1,9%**
- 4. Taiwan: 1,8%**
- 5. Brasil: 1,4%**
- 6. Chipre: 1,3%**
- 7. China: 1,2%**
- 8. Filipinas: 1,2%**
- 9. Turquia: 1,0%**
- 10. Arábia Saudita: 0,9%**

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/05/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

O QUE FALTA PARA CONSOLIDAR O CRESCIMENTO PUXADO PELO AGRO E TURBINADO PELO CONSUMO

Juros menores podem favorecer o investimento, mas a decisão empresarial depende também da segurança da economia e da confiança nas instituições e no comportamento do governo

Por Rolf Kuntz

Com emprego elevado, a economia brasileira, turbinada pelo consumo e puxada pela agropecuária, cresceu 1,4% no primeiro trimestre, mas com inflação de 2,04% nesse período e de 5,48% em 12 meses — um convite à manutenção de juros altos, desestimulantes do investimento produtivo e da formação de estoques.

O ministro da Fazenda mantém o compromisso de conter os preços e para isso propôs um aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A proposta empacou na chefia do Congresso, mas o ministro anunciou a intenção de buscar uma alternativa.

Enquanto isso, o presidente da República exhibe pouca ou nenhuma disposição de frear seus gastos, já empenhado, segundo observadores do mercado e analistas da economia, em garantir para si ou para um aliado a vitória na eleição do próximo ano.

A animação da economia tem-se mantido apesar dos juros muito altos, já aumentados para 14,75% ao ano. A atividade industrial encolheu no primeiro trimestre, com recuo de 1% no setor de transformação e de 0,8% no da construção, mas a produção conjunta ainda se manteve 2,4% acima do volume obtido um ano antes.

Na agropecuária, o volume produzido foi 12,2% maior do que o dos três meses finais de 2024. Um novo recorde tem sido estimado para a safra de soja em 2025. Nos serviços, a produção de janeiro a março foi 0,3% maior que a do quarto trimestre do ano passado e 3,3% superior, em 12 meses, à contabilizada no período imediatamente anterior. Esses dados são especialmente importantes porque o setor representa pouco mais de dois terços do Produto Interno Bruto (PIB) e é o maior empregador.



Consumo está aquecido, mas a longo prazo será preciso investir na expansão e na modernização do potencial produtivo e, de modo especial, no fortalecimento da indústria Foto: Alex Silva/Estadão

O balanço do primeiro trimestre permite manter a aposta em um crescimento econômico em torno de 2,5% neste ano, se algumas condições forem preservadas. O cenário poderá ficar mais complicado se aumentar o risco de inflação superior 5% e se for, portanto, necessário frear o consumo e apertar o

crédito. O trajeto será menos arriscado se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva for mais cauteloso em relação às despesas do governo.

Num quadro de maior segurança talvez se possa esperar uma expansão econômica mais próxima de 3%, mas isso dependerá também das condições internacionais, especialmente do comportamento do presidente Donald Trump.

Mas um desempenho satisfatório em 2025 será insuficiente, assim como um cenário externo favorável, para garantir ao Brasil um crescimento prolongado. Será preciso investir na expansão e na modernização do potencial produtivo e, de modo especial, no fortalecimento da indústria.

No primeiro trimestre, esse tipo de investimento, chamado em linguagem técnica “formação bruta de capital fixo (FBCF)”, foi equivalente a 17,8% do PIB. Em outras economias emergentes, em geral mais dinâmicas do que tem sido o Brasil, essa taxa iguala e até supera 20%.

Juros menores (recursos mais baratos) podem favorecer o investimento, mas a decisão empresarial de investir depende também da segurança da economia, isto é, da previsibilidade das condições internas, às vezes também do cenário externo, e da confiança nas instituições e no comportamento do governo.

O investimento do setor público – em infraestrutura, expansão e modernização de serviços e até de produção de alguns bens – pode ser muito importante para o desenvolvimento, se for conduzido com base em planos e projetos bem elaborados e bem executados.

Superfaturamento, planejamento deficiente, má condução de projetos e desperdícios enormes são componentes bem conhecidos da história econômica e política do Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 30/05/2025

GOVERNO SE ANTECIPA COM PLANO SAFRA PARA DIMINUIR CUSTOS E AMPLIAR FONTES DE RECURSOS

Ciclo 2025/26 começa em 1º de julho; setor produtivo estima necessidade de R\$ 594 bilhões a R\$ 599 bilhões em recursos para financiamentos agropecuários

Por Isadora Duarte (Broadcast)

BRASÍLIA - Diante do aperto orçamentário e da escalada dos juros, o governo federal busca alternativas para ampliar o funding de recursos e diminuir os custos do Plano Safra 2025/26. Nesse cenário, o Ministério da Fazenda, que articula o Plano Safra juntamente com a área agrícola do Executivo, vem antecipando as discussões a fim de elevar fontes com menor custo possível ao Tesouro e melhorar o mix entre os recursos para amenizar a pressão orçamentária.

“Esse é um dos Planos Safra mais difíceis e um dos quais estamos tentando avançar o mais breve possível”, disse o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast.



O próximo ciclo do Plano Safra começa em 1º de julho e se estende até 30 de junho de 2026
Foto: Eptacio Pessoa/Estadão

O próximo ciclo do Plano Safra começa em 1º de julho e se estende até 30 de junho de 2026. No Plano Safra atual, que vai até 30 de junho, o total disponível para a safra foi de R\$ 476,59 bilhões para financiamentos de pequenos, médios e grandes produtores. Contabilizando os R\$ 108 bilhões de recursos direcionados por Cédulas de Produto Rural (CPRs), que são originadas a partir

do direcionamento obrigatório de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), a oferta total de crédito na safra 2024/25 chegou a R\$ 584,5 bilhões.

Para a próxima safra, o setor produtivo estima necessidade de R\$ 594 bilhões a R\$ 599 bilhões em recursos para financiamentos agropecuários, sem considerar os recursos de CPRs.

A expectativa do governo é de que a política de crédito oficial do Executivo possa ser anunciada ainda no próximo mês, antes do término da vigência do Plano Safra atual. “O ideal é ter um Plano Safra divulgado ainda em junho, já que ele começa em 1º de julho e há normativas a serem feitas após o lançamento oficial. Esse é o nosso objetivo: antecipar o quanto antes para que possa ser efetivado logo nas instituições financeiras”, antecipou Bittencourt.

Para isso, o governo definiu quatro etapas de estruturação do Plano Safra. A primeira foi finalizada há uma semana com a definição de fontes de recursos para a construção do plano. O governo aumentou os percentuais de recursos de diferentes fontes que devem ser aplicados obrigatoriamente ao crédito rural, o que é conhecido como exigibilidade, conforme deliberação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

“A lógica da medida é ampliar as fontes porque parte dos recursos estão travados com renegociações e ampliar o máximo de fontes com menor custo possível”, explicou Bittencourt.

Os recursos obrigatórios são provenientes das instituições financeiras, que ficam obrigadas a aplicar determinados percentuais em operações de crédito rural. Entre as alterações nas exigibilidades, o CMN ampliou de 50% para 60% o percentual direcionado ao crédito rural de recursos captados por meio de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Para poupança rural, a aplicação obrigatória passará para 70% para o crédito agropecuário, ante os atuais 65% exigidos às instituições financeiras.



No caso dos recursos mantidos em depósito à vista, a obrigatoriedade de destinação ao crédito rural passará dos atuais 30% para 31,5% com taxas controladas. Os novos percentuais valerão a partir de 1º de julho, data de vigência da próxima safra.

A medida atendeu ao objetivo de antecipação buscado pelo governo, segundo Bittencourt. Geralmente, o anúncio das alterações nas regras de exigibilidade ocorre somente após o lançamento do Plano Safra. A intenção desta vez foi dar uma maior previsibilidade às instituições financeiras e definir o funding para construção da política de crédito oficial.

“A antecipação da exigibilidade vai permitir que os agentes financeiros, ao calcularem dos recursos, terem dados efetivos de quanto precisarão empregar obrigatoriamente. Isso ajuda no planejamento e na construção das bases do Plano Safra com menor custo. A nossa expectativa é que venha um funding com custo menor”, pontuou Bittencourt.

Ele mencionou que, cientes dos novos percentuais de exigibilidades, as instituições financeiras poderão ofertar nas propostas de equalização fontes com recursos mais baixos. Por exemplo, uma fonte de poupança rural tem custo menor que recursos captados via LCAs.

A segunda etapa avança nesta sexta-feira, quando termina o prazo para as instituições financeiras apresentarem suas propostas de volumes de recursos equalizados pelo Tesouro que pretendem operar na próxima safra. O processo ocorre dentro o leilão que define a distribuição de limites equalizáveis. No leilão atual, a Fazenda estabeleceu novos critérios para os agentes financeiros. “Foi um processo bastante inovador”, comentou Bittencourt.

No Plano Safra atual, para equalizar os R\$ 138,235 bilhões disponibilizados para operação das instituições financeiras, o Tesouro aportou R\$ 16,37 bilhões em subvenção.

A principal mudança é a retomada do limite para o spread bancário nas linhas equalizáveis. O leilão estabelece teto para os Custos Administrativos e Tributários (CAT) dos agentes financeiros, que deve ser igual ou inferior ao praticado na safra atual.

“No ano passado, como aumentou o risco, permitimos que as instituições financeiras aumentassem o CAT. Neste ano, como a situação está similar ao do ano passado, colocamos o limite de spread igual ou inferior e limitado ao teto de 85% no CAT em cada linha, com o objetivo de tentar diminuir o custo de equalização”, salientou o subsecretário.

O leilão prevê também limite nos custos das fontes de crédito. Quando os recursos forem livres, haverá um teto de 100% da Selic, e em caso de recursos da poupança de 70% da Selic. As mudanças foram aprovadas em comitê entre Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Política Econômica.

As regras de comprovação trimestral de aplicação dos recursos, de uso de 50% dos recursos no primeiro semestre da safra, as travas regionais e, a distribuição de recursos do Pronaf nas regiões Norte e Nordeste foram mantidas.

Outra alteração foi o limite máximo a ser equalizado por bancos de fábrica, que passou de 5% para 3% do total equalizado pelo Tesouro, a fim de maior capilaridade dos recursos entre as instituições financeiras.

A terceira fase de construção do Plano Safra, em andamento, será intensificada nos próximos dias com a definição das prioridades e regras gerais pela Fazenda com os Ministério da Agricultura, quanto ao Plano Safra da agricultura empresarial, e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quanto à política de crédito para agricultura familiar. “Estamos construindo as bases do Plano Safra”, pontuou o subsecretário.



Por fim, a partir da segunda quinzena de junho, haverá definição pela equipe econômica e agrícola dos limites de recursos para cada linha de financiamento e dos juros aplicados, a partir das demandas das pastas e dos custos apresentados pelas instituições financeiras.

Bittencourt evita cravar, mas um aumento de juros nas linhas de financiamento agropecuário é considerado praticamente inevitável pelo governo. Há tendência de juros mais elevados, dado que a taxa Selic saiu de 10,5% ao ano quando o Plano Safra passado foi construído para os atuais 14,75% ao ano, com perspectiva de elevação para 15% ao ano em junho, o que encarece o custo de equalização para o Tesouro. “Essa diferença coloca pressão para aumentar a taxa, mas se vai aumentar e o quanto vai aumentar, ainda será definido”, observou.

A definição quanto ao valor final do Plano Safra também deve ocorrer na última etapa, mas a Fazenda já sinalizou que a cifra tende a ficar próxima ao do ano passado, incorporando os recursos direcionados por CPRs. “O mínimo é repetir o que teve nesse ano com um percentual de crescimento. A tentativa é sempre crescer em recursos, o que é um desafio”, disse Bittencourt.

Outro desafio, aponta, é diminuir a pressão sobre o Tesouro ao mesmo tempo em que os recursos para o financiamento do setor agropecuário sejam ampliados com a perspectiva de fomento à maior produção e, consequente, contribuição para redução da inflação de alimentos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2025

A ESTRATÉGIA DO PORTO DE ITAPOÁ, DE SANTA CATARINA, PARA CRESCER NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Terminal privado faz PPP de R\$ 300 milhões com porto estadual de São Francisco do Sul para uso na dragagem do canal da Babitonga; mais R\$ 500 milhões serão investidos no próprio terminal

Por Ivo Ribeiro

A containerização de cargas cresce no Brasil ao ritmo anual de dois dígitos, informam operadores que atuam nesse ramo de negócio. Estimulados com o potencial de expansão futura da demanda, vários grupos com terminais na costa brasileira, nacionais e estrangeiros, estão investindo em novos projetos ou em ampliação de capacidade.

Em 2024, a movimentação de contêineres no País teve crescimento recorde, de 24,5%, em número de unidades, comparado com 2023, segundo dados da Centronave. De janeiro a março deste ano, segundo a Antaq (agência reguladora do setor), o volume de contêineres nos terminais foi de 1,2 milhão de TEUs (unidade padrão para contêiner de 20 pés). Assim, a previsão é superar a marca de 14 milhões de TEUs em 2025.

O Porto de Santos, maior do País, enfrenta gargalos nas operações e tem a previsão de ganhar um novo terminal de contêineres, de grande porte, o Tecon Santos 10, que tem licitação do governo federal programada para setembro. A Portonave, em Navegantes (SC), está investindo R\$ 1 bilhão em modernização e expansão até meados de 2026. O Porto de Itajaí, após 18 meses paralisado, foi federalizado no final de 2024 e reativou as atividades a partir de janeiro sob a gestão da Autoridade Portuária de Santos (APS).

Em Aracruz, no Espírito Santo, o grupo Imetame está investindo R\$ 2,7 bilhões em um terminal multiuso para movimentar contêineres, cargas gerais e grãos sólidos e líquidos. A operação de contêiner deve iniciar no primeiro semestre de 2026, com 300 mil TEUs, de uma capacidade total de 1,6 milhão de TEUs por ano.



Terminal portuário de operação de contêineres Porto de Itapoá, localizado em Santa Catarina Foto: Porto de Itapoá/Divulgação

Nessa corrida, o terminal de uso privado Itapoá, controlado pela Itapoá Terminais Portuários S.A. também busca se posicionar. A empresa decidiu financiar um projeto de dragagem da Baía de Babitonga, orçado em R\$ 300 milhões, para viabilizar seus planos de crescimento. A execução da obra, que seria de competência pública, vai permitir receber navios de até 366 metros e serem carregados com carga máxima.

O problema de calado nos portos brasileiros é um grande limitador de atração para grandes embarcações, como os porta-contêineres gigantes. No caso de Itapoá, o investimento no canal da Baía da Babitonga visa, além do alargamento, elevar a profundidade a 16 metros, ante os atuais 14 metros. O governo estadual admite que não dispõe de recursos para executar essa obra de grande porte.

A dragagem do canal, explica Ricardo Arten, presidente do Porto de Itapá, é fruto de um contrato de PPP (Parceria Público Privada) firmado em março entre Itapoá e o Porto de São Francisco do Sul (administrado pelo governo estadual).

“Itapoá entra como um banco financiador na transação e o retorno do investimento virá por meio das tarifas portuárias geradas com o acréscimo de movimentação ao longo de 12 anos”, diz o executivo.

Segundo Arten, cada metro a mais de água no calado permite o embarque extra de 800 a 1 mil contêineres no navio. Atualmente, o terminal faz 65 navios por mês, o que resultaria numa carga adicional de 130 mil unidades por mês. “É um grande ganho”, diz.

O edital da obra para escolha da empresa que fará a dragagem foi lançado em 21 de março e a previsão é abrir as propostas em junho. Segundo o executivo, a execução das obras tem previsão de sete meses, a partir de setembro. Grande parte dos sedimentos (areia do fundo do mar) será usada para recuperar as praias de Itapoá. Estima-se 7 milhões de metros cúbicos no alargamento da faixa de areia da orla da cidade, que tem sofrido com erosão costeira.



Navio carregado de contêineres no terminal portuário catarinense de Itapoá, localizado no norte do estado Foto: Porto de Itapoá/Divulgação

O executivo afirma que a obra vai alavancar o Porto Itapoá a uma posição ainda mais competitiva em relação ao Porto de Santos na movimentação de contêineres. “Com a dragagem e atracação das grandes embarcações sem restrições, o terminal terá capacidade para movimentar volume adicional de 1,5 milhão de contêineres por ano”. Em 2024, o terminal movimentou 660,7 mil unidades.

O terminal foi fundado pela família Battistella, que tem como sócio o fundo LogZ na holding Portinvest, dona de 70% de Itapoá. A Aliança, braço operador da gigante mundial Maersk, detém 30%.

No primeiro trimestre, Itapoá se posicionou, pelo critério de número de contêiner movimentado, em segundo lugar de terminais do País, atrás de Santos, e à frente Paranaguá por ligeira diferença, conforme dados Antaq (agência reguladora de portos). Porém, em movimentação por TEUs, uma convenção adotada no setor, está na terceira posição, depois de Santos e de Paranaguá.

Fase IV de Itapoá

O terminal tem, ao mesmo tempo, um plano em cursos, de R\$ 500 milhões em ampliação de sua área no complexo portuário, que inclui aquisição de novos equipamentos, explica Arten, no cargo há sete meses, após seis anos à frente do concorrente BTP, que fica no Porto de Santos. O projeto foi lançado em outubro de 2024.

A empresa que controla Itapoá informa que a chamada “Fase IV” de expansão do terminal catarinense será executada em no mínimo um ano, a partir do início das obras em março deste ano. O projeto prevê ganho de mais 120 mil m² adicionais de área ao atual pátio.

Segundo Arten, está prevista a aquisição de equipamentos de alta tecnologia para elevar a eficiência do terminal. Por exemplo, a compra de mais um portêiner (custo de US\$ 11 milhões), essencial para movimentar contêineres em navios de grande porte. Será o oitavo da frota de Itapoá. Estão previstos também 12 novos guindastes sobre pneus (RTGs) operados por controle remoto.



Ricardo Arten, presidente do Porto Itapoá, no cargo há sete meses Foto: Porto de Itapoá/Divulgação

“Somos o primeiro terminal portuário da América do Sul a contar com essa tecnologia, que reduz consumo de combustível e também de emissões de carbono”, afirma o executivo. Ele destaca ainda a compra de novo scanner, de última geração, equipamento usado na segurança da circulação de cargas.

Em um outra fase de investimentos, ainda sem definição de aportes, mas prevista para até 2029, o Porto de Itapoá prevê ampliar o cais de atracação em 400 metros, informa Arten. Três navios de grande porte poderão atracar ao mesmo tempo no terminal. Hoje o cais tem 800 metros de extensão.

Segundo o executivo, esse projeto já está licenciado pelo Ibama (órgão federal de meio ambiente) e vai seguir um cronograma estratégico de Itapoá para sua execução, passando pela análise do conselho de administração. “Nossa meta é consolidar Itapoá como o maior e mais eficiente terminal portuário da América do Sul em dez anos”, afirma.

Localização estratégica

Itapoá informa que encerrou o ano passado com receita operacional líquida de R\$ 1,22 bilhão e lucro líquido R\$ 484 milhões, mais que o dobro dos R\$ 200 milhões de 2023. “O resultado superou as nossas expectativas”, diz o CEO.

Para 2025, a previsão é de desempenho operacional ao menos 15% maior que o do ano passado. No primeiro trimestre, registrou alta de 37% frente ao período de 2024, com movimentação de 211 mil contêineres.

O CEO ressalta a posição estratégica de Itapoá. “Hoje, temos quase todos os exportadores de proteína animal e estamos em buscando cooperativas do Paraná. A localização, no norte de Santa Catarina, permite atender também os Estados do Paraná, São Paulo e até de Goiás e Mato Grosso”. Itapoá, afirma, poderá se tornar a primeira parada de navios no Brasil (“first call”), atrativo para importadores e exportadores.

A geração de riqueza com os investimentos, informa Arten, será da ordem de R\$ 15 bilhões para a região de Itapoá, que tem 32 mil habitantes, e para o Estado. Na época da instalação do terminal, a cidade tinha apenas 12 mil habitantes. As operações começaram em junho de 2011.

Além da questão marítima, com a obra da dragagem, ao governo estadual e ao prefeito foram levados pleitos para melhorias de acessos terrestres (rodoviário e ferroviário) ao terminal. Por exemplo, a duplicação das rodovias SC-416 e SC-417 e da estrada municipal, de 8 quilômetros.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2025

QUEDA DE PREÇOS PELA PETROBRAS NÃO CHEGA AO CONSUMIDOR, E GOVERNO VÊ INDÍCIOS DE FRAUDES

Ministério de Minas e Energia coordena ações como compartilhamento de notas fiscais eletrônicas para rastrear venda e facilitar identificação de cartéis nos postos de revendedores
Por Renan Monteiro (Broadcast)

BRASÍLIA - A redução de preços na venda de diesel e gasolina pela Petrobras não está chegando integralmente ao consumidor final, com indícios de fraudes nos elos de distribuição e revenda dos combustíveis, de acordo com análises técnicas do governo federal.

Para fechar o cerco contra ilegalidades, o Ministério de Minas e Energia (MME) está coordenando o acionamento de diversos mecanismos, incluindo o compartilhamento de notas fiscais eletrônicas para o rastreamento da venda e facilitação da identificação de cartéis, apurou o Estadão/Broadcast.



Desde o começo do ano, o total de 16 secretarias de Fazenda dos entes federativos assinaram convênio com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o compartilhamento de notas fiscais que, na prática, devem possibilitar o cruzamento de informações sobre a venda e maior controle sobre a movimentação dos produtos comercializados, segundo os relatos.

Governo acionou o Cade para pedir investigação sobre eventuais práticas anticoncorrenciais nos elos de distribuição e revenda de combustíveis Foto:

Felipe Rau/Estadão

Há indícios de formação de cartéis nos postos de revendedores na Região Norte. Além da gasolina e diesel, os técnicos também identificam potenciais irregularidades no mercado de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o gás de cozinha.

Em ofício enviado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o ministro Alexandre Silveira aponta que as refinarias privatizadas, em especial a Refinaria da Amazônia (Ream), têm praticado “preços significativamente superiores” aos dos demais fornecedores primários e também ao preço de paridade de importação.

Procurada, a Refinaria da Amazônia (Ream) informou que conduz suas operações em “plena conformidade com a legislação, ao mesmo tempo em que reitera o compromisso com a transparência e o respeito à legalidade, atua de forma diligente na busca pelas melhores alternativas para assegurar o abastecimento de combustíveis na Região Norte, cujas particularidades logísticas impõem desafios relevantes e distintos do restante do País”.

O ministro também acionou o Cade, via ofício, para pedir investigação sobre eventuais práticas anticoncorrenciais nos elos de distribuição e revenda de combustíveis. A mistura obrigatória de 14% do biodiesel ao diesel, porcentual vigente desde março de 2024, é outra frente de investigação sobre irregularidades.

Algumas das medidas em andamento incluem: doação, pelo setor privado, de equipamentos de fiscalização de teor de biodiesel à ANP, bem como a articulação com a Polícia Federal contra a pirataria nas hidrovias do Norte. Contudo, a principal aposta é o decreto de abril deste ano (nº 12.437) sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

É prevista a possibilidade de suspensão das atividades de comercialização e importação de combustíveis para empresas inadimplentes, além da aplicação de multas de até R\$ 500 milhões. Além disso, a lista de distribuidoras que descumprirem as metas de biocombustíveis deve ser encaminhada a órgãos como o Ibama, a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público Federal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

ANAC DESCUMPRE PRAZO DE AUDITORIA DE VIRACOPOS E GOVERNO FICA SEM SABER FUTURO DE CONCESSÃO

Na próxima segunda-feira (2), termina o prazo legal para que o aeroporto possa ser relicitado, por meio de um leilão

Por André Borges, Folhapress — Brasília



Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP) — Foto: Divulgação

A relicitação de Viracopos, aeroporto de Campinas (SP) que, hoje, é administrado pela concessionária ABV (Aeroportos Brasil Viracopos), caiu em um limbo jurídico e administrativo, no qual até mesmo o governo federal desconhece qual será o destino da concessão.

Por trás do imbróglio bilionário que compromete o futuro do quinto maior aeroporto do país em movimentação de passageiros e o maior em importação de carga do país, está o descumprimento, por parte da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), de atribuições legais que envolveriam a relicitação do aeroporto.

Na próxima segunda-feira (2), termina o prazo legal para que o aeroporto possa ser relicitado, por meio de um leilão. Para que isso pudesse ocorrer, a Anac tinha de ter contratado, meses antes, uma auditoria independente que fizesse o cálculo financeiro da indenização a ser paga à concessionária do aeroporto de Viracopos, a ABV.

Ainda em outubro do ano passado, o TCU (Tribunal de Contas da União) alertou para o prazo final de 2 de junho deste ano, sem possibilidade de novas prorrogações, e exigiu a contratação da auditoria externa para chegar ao valor da indenização, por causa dos investimentos e bens que ainda não foram totalmente amortizados.

O valor estimado pela Anac é de aproximadamente R\$ 3,1 bilhões, enquanto a concessionária fala em cerca de R\$ 4,5 bilhões a receber. A contratação de uma auditoria externa pelo governo, portanto, é fator indispensável para apontar, afinal, qual seria o cálculo mais preciso dessa indenização.

Desde então, a Anac foi procurada em diversas ocasiões pela “Folha de S. Paulo”, e a agência sempre declarou que o contrato seria feito, para que o aeroporto fosse leiloado novamente. No dia 9 de maio, a agência afirmou que “o processo de contratação está em andamento e, após essa etapa,

o trabalho será realizado conforme as determinações do Tribunal de Contas da União”. O fato é que, a apenas três dias do fim do prazo legal, nada ocorreu.

Impasse

Sem resolver a situação atual, tudo indica que o processo de caducidade do atual contrato, que inclui cobrança de multas e indenizações, deverá ser retomado pela agência, mas nem isso está claro até o momento. A Anac foi insistentemente questionada sobre o assunto pela reportagem, há dois dias, mas não prestou nenhum tipo de esclarecimento.

O grau de desinformação sobre o tema e suas consequências chega a tal ponto que até mesmo o MPor (Ministério de Portos e Aeroportos), a apenas três dias do fim do prazo final, não sabe o que vai acontecer e deixou isso claro para a própria Anac.

A reportagem teve acesso a um ofício que foi enviado na noite da quinta-feira (29) pelo secretário Nacional de Aviação Civil do MPor, Tomé Franca, ao diretor-geral da Anac, Tiago Sousa Pereira, para cobrar informações básicas sobre o cenário.

No documento, Franca pede “informações acerca das implicações decorrentes da expiração do prazo para a relicitação do Aeroporto de Viracopos, especialmente no caso de o processo licitatório ainda não estar concluído ou pronto para sua realização”.

Preocupado com os desdobramentos do caso, inclusive jurídicos, Tomé Franca questiona a Anac sobre o que virá pela frente.

“Solicitam-se, também, informações sobre as consequências jurídicas, administrativas e operacionais da expiração do prazo para a relicitação do Aeroporto de Viracopos, bem como as possíveis ações que podem ser adotadas para dar continuidade ao processo ou mitigar eventuais impactos.”

Dentro da concessionária de Viracopos, o clima também é de impasse. Por meio de nota, a empresa declarou que “confia que a Anac apresentará o cálculo da justa e correta indenização à ABV, auditada por empresa independente antes do edital, conforme a legislação vigente à época da assinatura do termo aditivo, e que o respectivo pagamento ocorrerá previamente à possível transferência do ativo, também conforme previsto em lei vigente na época da assinatura do termo aditivo de relicitação”.

Quanto a uma possível retomada do processo de caducidade pela Anac, a partir de 2 de junho, a empresa afirmou que, “caso isso ocorra, o processo administrativo deve ter outra justificativa, que deve ser submetido ao devido processo legal”, porque os questionamentos anteriores de 2018 que levaram ao pedido original de caducidade, como atraso de pagamento de outorgas e de obras, “já foram solucionados pela concessionária”.

Viracopos foi concedido em 2012 para a ABV, uma sociedade formada pela estatal Infraero, que detém 49% de participação, e a empresa ABSA, dona dos demais 51% e composta por três grupos privados, a Triunfo Participações, a UTC Participações e a Egis Airport Operation, companhia francesa especializada em gestão aeroportuária.

A concessão tinha prazo de 30 anos, mas já nos primeiros anos de contrato passou a apresentar dificuldades financeiras devido à arrecadação inferior ao esperado e ao alto custo do contrato, com suas parcelas anuais fixas. Seis anos depois de iniciada a sua operação, a ABV entrou com pedido de recuperação judicial, acumulando dívidas de R\$ 5,05 bilhões. Naquele mesmo ano, a Anac abriu um processo de caducidade do contrato, alegando descumprimento de obrigações, como o não pagamento da outorga anual.

Em 2020, a ABV formalizou o pedido de relicitação do aeroporto junto à Anac, suspendendo o processo de caducidade, com objetivo de fazer um acerto de contas e transferir o aeroporto para

outro dono. A pandemia da covid-19, porém, atrasou novamente o processo, com o colapso do setor aeroportuário.

Em 2023, a ABV e a Anac chegaram a iniciar tratativas em busca de um possível acordo para manter a concessão e suspenderam a ideia de relicitação, com atuação da secretaria de consenso do TCU (Tribunal de Contas da União). As negociações, porém, fracassaram.

O ministro do TCU, Bruno Dantas, relator do caso na Corte, deixou claro que não vai autorizar a publicação do novo texto sem que se saiba o preço da indenização. “Lançar um edital de relicitação sem definir de maneira razoavelmente categórica o valor da indenização significa transportar incertezas para o processo, o que resulta em precificação a menor do valor do ativo e prejuízo para a União”, afirmou, ao deliberar sobre o assunto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/05/2025

AUMENTO DAS IMPORTAÇÕES AMPLIA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO, DIZ IBGE

Afirmção é da coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis

Por Lucianne Carneiro, Alessandra Saraiva e Rafael Rosas, Valor — Rio



Terminal de contêineres do porto de Rio Grande — Foto: Divulgação/Porto Rio Grande

O aumento das importações brasileiras – que provocou um saldo externo negativo de bens e serviços – ampliou ainda mais a necessidade de financiamento externo do país no primeiro trimestre de 2025, afirmou nesta sexta-feira (30) a coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis.

“Já temos, geralmente, necessidade de financiamento externo. [...] O país não tem recursos para cobrir investimentos. E

temos empresas multinacionais, que enviam lucros e dividendos para fora, e temos necessidade de pagar juros, isso é normal. Só que neste trimestre a importação cresceu muito, mais que a exportação, o que gerou saldo externo negativo de bens e serviços”, disse.

O montante de recursos externos necessários foi de R\$ 109,9 bilhões no primeiro trimestre de 2025, mais que o dobro dos R\$ 52,2 bilhões de igual período de 2024. O saldo externo de bens e serviços passou de um valor positivo de R\$ 24 bilhões nos três primeiros meses de 2024 para um saldo negativo em R\$ 34,6 bilhões em igual período deste ano.

A renda líquida de propriedade enviada ao resto do mundo, por sua vez, subiu R\$ 1,6 bilhão, ao passar de R\$ 79,8 bilhões no primeiro trimestre de 2024 para R\$ 81,4 bilhões neste início de 2025.

Palis explicou que as importações foram puxadas por compras externas de uma plataforma de petróleo chinesa e por bens de capital. Assim, ela ponderou que, se as importações pressionam a demanda por recursos externos por um lado, no caso dos bens de capital aumenta a capacidade produtiva da economia brasileira.

“Olhando para os dois lados, vemos que, quando se importa bens de capital, isso aumenta a capacidade produtiva da economia. Só que tem um efeito de curto prazo em financiamento externo”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/05/2025

PRIMEIROS PASSOS DO HIDROGÊNIO VERDE ENCONTRAM OBSTÁCULOS

Potencial do Brasil com o hidrogênio de baixo carbono é grande, mas projetos ainda não saíram do papel

Por Janes Rocha



Porto de Açu pretende se tornar um “hub” de H2V e tem contrato com quatro empresas — Foto: Divulgação

O mercado brasileiro de hidrogênio de baixo carbono promete. Cerca de R\$ 200 bilhões em investimentos em 20 novas plantas estão anunciados até agora, e projeções do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Internacional de Energia (IEA) indicam que o país pode suprir até 5% da demanda global até 2040 e se tornar um dos principais exportadores do combustível.

As projeções se baseiam em vantagens como a abundância de fontes de energia renovável, a extensão territorial, demanda interna crescente e posicionamento estratégico para exportações, com proximidade dos principais mercados consumidores (América do Norte e Europa).

Apesar disso, o chamado hidrogênio verde (H2V) ainda não decolou no país, mal contando 1% no conjunto “outras” fontes renováveis na matriz energética brasileira. Pouquíssimos daqueles 20 projetos saíram do papel até agora, e os que saíram ainda estão em escala-piloto.



Santos, da Coppe: produção de H2V ainda tem desafios tecnológicos e regulatórios — Foto: Divulgação

O motivo não é um só, são vários, que cercam um setor ainda em construção. Somente no ano passado é que foram sancionadas as leis (14.948/24 e 14.990/24) que criam o marco legal e uma política nacional para o hidrogênio de baixo carbono.

Andréa Santos, professora do Programa de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ, diz que o marco legal foi um passo fundamental para impulsionar o desenvolvimento do mercado de H2V, mas para que o setor se consolide é necessário superar uma série de gargalos.

Santos, que coordena o Laboratório de Transporte Sustentável (LabTS) da Coppe, dedicado à produção e aplicação de H2V em soluções de mobilidade urbana, lista como principais desafios o amadurecimento tecnológico para escalar a produção e entrega do produto final; a infraestrutura necessária para transporte e segurança; e problemas técnicos que envolvem a produção, compressão e armazenamento e certificação do combustível.

Davi Bomtempo, superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), acrescenta recursos financeiros à lista de lacunas: “Fazer uma transição para baixo carbono custa, e custa caro. Precisamos desenvolver mecanismos para ter esse financiamento competitivo e acessível”.



Uma questão-chave para produção de H2V é a disponibilidade de eletricidade de fontes renováveis. Embora o Brasil conte com fontes limpas para praticamente metade da matriz energética, problemas têm surgido na transmissão e distribuição. “Eu não consigo dizer hoje que tem energia para os projetos”, afirma Fernanda Delgado, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV), referindo-se a deficiências na transmissão e distribuição. Segundo ela, a entidade está trabalhando neste momento com os órgãos reguladores para encontrar um equilíbrio entre oferta e demanda e as conexões de linhas do sistema elétrico.

No fim de março, empresas com instalações de H2V no porto do Pecém, no Ceará, relataram dificuldades no acesso à infraestrutura para conectar as plantas à rede de energias solar e eólica. O obstáculo foi atribuído ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que indeferiu pedidos de acesso. Em nota, o ONS informou que atua em conformidade com os procedimentos de rede e cumpre rigorosamente suas atribuições em relação às solicitações de conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O ONS explica ainda que conectar grandes consumidores, como os projetos de H2V, é um desafio e uma operação complexa, além de uma demanda recente, que trouxe novas variáveis a serem consideradas no planejamento do setor elétrico, mas que o órgão “vem trabalhando em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para viabilizar soluções estruturantes que permitam a futura conexão de novas cargas”.

Uma daquelas empresas de Pecém é a mineradora australiana Fortescue, que está na fase de engenharia de um projeto com capacidade de geração de 1,2 GW, previsto para entrar em operação no fim de 2026. “A transmissão é uma incerteza. Os investidores ainda estão apostando no Brasil, mas se não se resolver rápido, você começa a ter fuga de possíveis investimentos”, afirma o CEO da companhia, Luis Viga.

Eugenio Figueiredo, CEO da Porto do Açu Operações (terminal pertencente ao grupo Prumo), opina que o grande desafio das companhias que estão investindo em H2V é garantir compradores contratuais (offtake) para seus produtos. “Alguns já têm uma aceitação e um mercado um pouco mais desenvolvido, outros têm um pouco mais de desafio em termos de obter um offtake firme, mas eu diria que esse é um dos principais pontos que as empresas estão trabalhando para conseguirem evoluir.”

O porto do Açu tem contrato com quatro empresas que fizeram a reserva de área para produção futura de H2V e planejam iniciar operação a partir de 2028. São três dedicadas à produção de amônia verde, voltada para a produção de fertilizantes – Sempen, Fuella e Yamna – e uma que vai produzir e-metanol, a chilena HIF Global.

Questionado sobre quando pretende anunciar a regulamentação do marco legal, o MME informou que o processo está em andamento e as discussões estão no âmbito do Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2).

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 30/05/2025

OPERADORA AMPLIA RECEITA COM FOCO EM B2B E DIVERSIFICAÇÃO

Internet das coisas, data centers, redes privadas, segurança, nuvem, educação, saúde e energia tornam-se parte dos serviços oferecidos

Por Ana Luiza Mahlmeister — Para o Valor, de São Paulo

Para equilibrar os pesados investimentos em infraestrutura, principalmente na ampliação da cobertura de rede e na aquisição de frequências, as operadoras apostam em novas fontes de receita, com destaque para o segmento corporativo. Áreas como inteligência artificial (IA), internet das coisas (IoT), data center, redes privadas, segurança e agronegócio se destacam.

“A cada trimestre os serviços corporativos ocupam mais espaço no faturamento, com 10,6% de participação nas receitas dos últimos 12 meses”, afirma David Melcon, diretor financeiro da Vivo. As



receitas da operadora com soluções de nuvem, cibersegurança, big data, IoT, mensageria e venda e aluguel de equipamentos de tecnologia da informação cresceram 25,5% no período, para R\$ 4,4 bilhões.

Com a transformação da marca Embratel em Claro Empresas, a Claro reforçou a oferta de serviços para o mercado corporativo. A prioridade, de acordo com Rodrigo Marques, CEO da operadora, é a expansão dos data centers e a oferta de nuvem para empresas, por meio de parcerias com fornecedores. São previstos investimentos de R\$ 1 bilhão.

Na TIM, os investimentos devem focar soluções para o agronegócio, utilities e educação, além da ampliação de cobertura 4G e 5G para atender os mercados de logística, portos, aeroportos, rodovias e indústria 4.0, diz Fabio Avellar, vice-presidente de receitas. A operadora cobre 21 milhões de hectares com redes 3G, 4G e 5G e mantém contrato com empresas como a usina São Martinho, de etanol, no interior de São Paulo, a fábrica da Stellantis em Goiana (PE) e o Porto de Santos (SP), com todas rede privativa 5G em todas as plantas.

A Algar Telecom também aposta em soluções para o agro - são 200 mil ha com redes privadas -, o varejo e a indústria. "Nossa estratégia é ser um parceiro de transformação digital do mercado corporativo, que representa cerca de 70% da nossa receita", afirma o CEO da empresa, Luiz Alexandre Garcia.

Por meio de uma operadora móvel virtual que atua em todo o país, oferece IoT, nuvem, data centers, segurança da informação e automação de processos. A empresa gerencia mais de 5,7 milhões de dispositivos e processa 370 milhões de eventos diários em 3 milhões de SIM Cards. Seu Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), ou Brain, tem projetos em IA, IoT, 5G, nuvem e computação de borda, e a Algar Telecom Venture Builder apoia onze startups nas áreas de saúde, finanças e IA.

A regulamentação do mercado livre de energia para todos os consumidores de alta tensão abriu outra frente de atuação para as operadoras. A Vivo, em parceria com a Auren Energia, iniciou a operação da Gud, que atua no mercado livre desenvolvendo soluções customizadas em energia renovável. "A empresa opera de forma consultiva com a meta de oferecer até 30% de desconto na conta de energia elétrica, atuando em um primeiro momento, apenas para o mercado corporativo", afirma Melcon.

A TIM está firmando uma parceria com a Eletrobras para o segmento de pequenas e médias empresas. Também fez uma parceria com a distribuidora de energia Thopen para um programa de descontos de até 15% na conta de luz de pessoas físicas.

Além de energia, os segmentos de saúde e educação vêm ganhando espaço no menu de serviços oferecidos às pessoas físicas. Uma solução que dá descontos em consultas médicas, exames e medicamentos da Vivo conta com 430 mil assinantes. Os 64 mil atendimentos e 1,7 milhão de itens adquiridos em farmácias nos últimos 12 meses, geraram receita de R\$ 68 milhões, 158,6% acima do período anterior, segundo Melcon. A TIM oferece um sistema de assinaturas para consultas on-line que conta com mais 220 mil assinantes e, no mercado de educação, sua plataforma Descomplica, de cursos livres, conecta 800 mil clientes.

De olho em uma nova geração de assinantes, a Algar lançou uma operadora móvel digital com etapas automatizadas desde a contratação até o pagamento. "É uma plataforma de serviços que facilita a escolha e dá autonomia ao assinante, apontando para o futuro dos serviços ao consumidor", afirma Garcia.

A companhia está expandindo sua operação por meio de franquias, aumentando a presença em novas cidades, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. A Vivo, por sua vez, reforçou a rede com 300 lojas próprias e, com a aquisição da i2GO, entrou no mercado de acessórios para celulares, câmeras de monitoramento e produtos para a casa inteligente.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/05/2025

MINISTRO ANUNCIA MP PARA PASSAR PORTO DE ITAJAÍ (SC) PARA CONTROLE FEDERAL E ATACA GOVERNADOR

Em cerimônia de retomada das operações do porto catarinense, Silvio Costa Filho disse que o governador Jorginho Mello é “íngrato com o presidente Lula”

Por Renan Truffi, Sofia Aguiar e Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante a cerimônia de retomada das operações do Porto de Itajaí (SC) — Foto: Ricardo Stuckert / PR

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), anunciou que o governo vai editar uma medida provisória (MP) para passar o Porto de Itajaí, em Santa Catarina, para a administração federal. O anúncio foi feito durante cerimônia de retomada das operações do porto, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Esse é um dos momentos mais importantes para o setor portuário brasileiro. A reabertura do Porto de Itajaí é uma das nossas principais pautas. Vamos encaminhar uma Medida

Provisória para transformar o porto em uma doca independente e em um porto federal”, disse Costa Filho.

O anúncio do ministro coincide com outra decisão recente dos órgãos públicos. No ano passado, a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deu aval para que a Seara, do grupo JBS, assuma o controle societário da empresa responsável pela operação, em contrato de arrendamento transitório, no Porto de Itajaí.

Atualmente, a Antaq conduz o processo de concessão do arrendamento definitivo do terminal de contêineres do mesmo porto. A agência dividiu o processo de licitação em dois, o primeiro relacionado à concessão do canal de acesso, e o segundo para o arrendamento do terminal de contêineres e carga geral.

No evento, Silvio Costa Filho aproveitou para ironizar o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), que é alinhado ao ex-presidente Jair Bolsonaro e não compareceu à cerimônia. “Eu não ia nem falar isso, mas se tem um governador que está sendo ingrato com o presidente Lula é o governador deste Estado aqui. Porque, no governo passado, não chegou um real do governo federal aqui no Estado de Santa Catarina”, acrescentou.

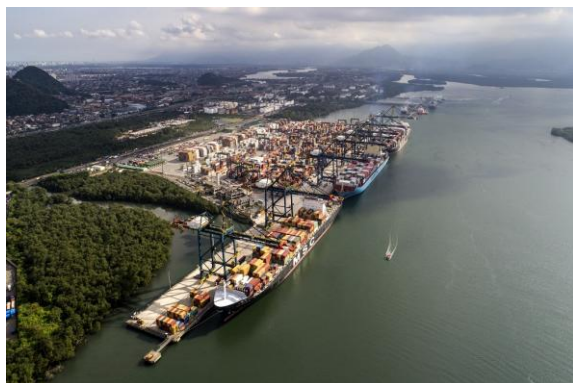
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 30/05/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

FRENTE PARLAMENTAR PEDE AUDIÊNCIA PARA DISCUTIR RESTRIÇÕES DO EDITAL DO TECON SANTOS 10

Por Danilo Oliveira Portos e logística 30/05/2025 - 20:05



O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP) apresentou requerimento para a realização de uma audiência pública na Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados, a fim de debater a garantia da legalidade e transparência na licitação do Tecon Santos 10, prevista para ocorrer até o final de 2025. O objetivo é discutir as limitações concorrenciais aprovadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que vedam a participação de operadores com arrendamentos de terminais de contêineres em Santos na primeira das duas fases do leilão, sendo a segunda condicionada a

ocorrer apenas na hipótese de a primeira etapa for deserta.

Nesta semana, a minuta do edital foi encaminhada para o Tribunal de Contas da União (TCU), onde se encontra em fase de auditoria, que vai avaliar a decisão que restringiu a participação de empresas no certame. A decisão da Antaq, no entanto, foi contestada pelo Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), que pediu à Corte de Contas a suspensão do processo de concessão, sob o argumento de que a decisão não cumpriu os requisitos mínimos constitucionais de clareza.

O Tecon Santos 10 será destinado à movimentação e armazenagem de cargas e contêineres. Esse projeto é considerado estratégico para ampliar a capacidade do Porto de Santos, responsável por cerca de 40% da movimentação nacional de contêineres. O terminal ocupará uma área de 624,9 mil metros quadrados na margem direta do Porto de Santos, com investimento previsto de R\$ 5,6 bilhões ao longo de 25 anos de contrato. A expectativa do governo federal e da Autoridade Portuária de Santos (APS) é que o novo Tecon amplie a capacidade operacional de contêineres no complexo portuário em 50%, com a possibilidade de movimentação de 3,5 milhões de TEUs.

A Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos posicionou-se que o leilão deve ser conduzido de forma transparente, rápida e aberta a todos os agentes econômicos interessados. A FPPA salientou que a expansão da capacidade portuária é vista como urgente para aliviar gargalos logísticos, reduzir o tempo de espera de navios – que já ultrapassa 36 horas – e aumentar a competitividade do Brasil no comércio internacional.

"Tendo em vista um possível colapso anunciado para o sistema portuário paulista, que comprometerá toda a cadeia logística do país, bem como a patente violação ao princípio constitucional da livre concorrência, com consequências devastadoras, especialmente, para o comércio exterior, requeiro a premente necessidade de debater-se nesta comissão a garantia da legalidade e a transparência ao certame", justificou Barbosa, que preside a FPPA.

Ele mencionou a Frente Parlamentar Brasil Competitivo, o Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) e a Associação Comercial de Santos (ACS) como outras entidades que chamaram a atenção para a limitação que a restrição imposta poderá causar ao número de participantes no leilão e, consequentemente, aos novos investimentos no setor, afetando a eficiência logística e nos custos para exportadores e consumidores.

O parlamentar pediu a convocação do ministro de portos e aeroportos Silvio Costa Filho e do diretor-geral interino da Antaq, Caio Farias, relator do processo na autarquia, além do diretor de planejamento da Infra S.A., Cristiano Della Giustina, e do diretor presidente da APS, Anderson Pomini. Do setor empresarial, serão chamados o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, o diretor de investimentos da América APM Terminals (Maersk), Leonardo Levy, além do diretor executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), Claudio Loureiro, e do diretor presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI) Mario Povia, que é ex-diretor geral da Antaq.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2025

ROBERTO OLIVA E CONSELHOS DA ABTP

Por Executivos 30/05/2025 - 20:19



Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de maio, em São Paulo, a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) elegeu os Conselhos Deliberativo e Fiscal para o mandato de 2025 a 2027. Por unanimidade, Roberto Oliva foi reconduzido à presidência e Níveo Maluf à vice-presidência do Conselho Deliberativo. Com 99 empresas associadas e presença em 22 estados, a ABTP representa mais de 245 terminais responsáveis por 76% da movimentação portuária nacional e 19% do PIB.

Roberto Oliva, que exerce a presidência pela terceira vez consecutiva, destacou a importância do momento para o setor, citando o debate sobre o marco legal portuário como uma oportunidade para evidenciar as principais demandas do segmento. Com longa trajetória na área, Oliva participou da fundação da Fenop, do SINDOPSA e do OGMOSA.

Níveo Maluf, executivo da Bunge, reafirmou o compromisso com a eficiência dos portos e terminais e a continuidade do trabalho realizado na gestão anterior. Ele possui formação em Engenharia Mecânica Automotriz, Engenharia de Produção e especializações em Planejamento Estratégico e Gestão de Marketing.

O diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, ressaltou que a nova composição dos conselhos buscou refletir a diversidade dos perfis das empresas associadas, incluindo arrendatárias, TUPs e diferentes tipos de carga. A gestão reafirma o compromisso com o diálogo, segurança jurídica, liberdade de investimento, eficiência, inovação e sustentabilidade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2025

JBS TERMINAIS AMPLIA OPERAÇÕES E PREVÊ NOVOS APORTES EM ITAJAÍ

Da Redação Portos e logística 30/05/2025 - 16:02



Desde que assumiu a operação do Porto de Itajaí (SC) em outubro de 2024, a JBS Terminais já investiu R\$ 130 milhões no terminal, que atende atualmente mais de 1.700 clientes. A empresa tem projeção de novos aportes de R\$ 90 milhões em tecnologia e infraestrutura no complexo logístico. Desde o início da concessão, o empreendimento movimentou uma média mensal de 20 mil TEUs, totalizando 143.230 TEUs até abril de 2025.

Os investimentos devem aproximar a operação da capacidade atual de movimentação de até 558 mil TEUs por ano. Localizado em uma área de 180 mil metros quadrados, o terminal conta com 1.030 metros de cais, quatro berços de atracação e uma profundidade de 14 metros, permitindo a operação de grandes embarcações. São 1.750 tomadas para contêineres refrigerados e oito gates reversíveis.

Hoje, o terminal conta com sete linhas de navegação e oito escalas semanais. A partir de junho de 2025, a operação contará com novas rotas internacionais, como a GS1, que conectará a América do Sul ao Golfo do México. A rota vai otimizar a exportação de produtos como madeira, carne

congelada, cerâmica e maquinários, e a importação de plásticos, borrachas e produtos químicos. A chegada da linha Mercosul Line/CMA CGM em junho também reforça a conectividade do terminal.

A distribuição de cargas de outubro de 2024 a abril de 2025 incluiu 33% em importações dry e reefer, 24% em exportações dry, 17% em exportações reefer e 26% em cabotagem, transbordo e outras categorias. O investimento de R\$ 90 milhões será realizado para modernizar as operações do terminal com a aquisição de dois guindastes móveis MHC modelo Konecranes Gottwald ESP.9. Os equipamentos têm capacidade para 125 toneladas e alcance de 20 rows. Além disso, a empresa está testando caminhões elétricos do tipo Terminal Tractor, visando a eletrificação da frota para maior eficiência, segurança e redução de emissões.

A JBS Terminais também iniciou o processo de adensamento do complexo, assumindo a gestão unificada do porto público de Itajaí. De acordo com a empresa, essa iniciativa visa gerar ganhos operacionais, eliminando gargalos, reduzindo o impacto urbano e agilizando o trânsito de cargas na região. A JBS avalia que os resultados em Itajaí refletem a forte presença do grupo em Santa Catarina, estado estratégico para a companhia.

A JBS estima movimentar 2,47% do PIB catarinense, com um impacto de produção de R\$ 24,3 bilhões no estado. Com presença em 22 cidades, a companhia emprega diretamente mais de 25 mil colaboradores, além de 2.700 famílias de produtores integrados. Além do terminal portuário, a companhia opera 25 fábricas, um centro de inovação em biotecnologia, quatro granjas, uma operação JBS Transportadora, três centros de distribuição e cinco incubatórios.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2025

TRANSPETRO ANUNCIA LICITAÇÃO PARA ENTRADA NO SETOR DE BARCAÇAS NO BRASIL

Da Redação Indústria naval 30/05/2025 - 16:10



A Transpetro lançou, nesta sexta-feira (30), uma licitação pública para aquisição de quatro barcas com 3 mil toneladas de porte bruto (TPB), quatro empurradores e um rebocador, dando início à sua atuação no segmento de navegação interior. A iniciativa integra um projeto que prevê, até 2026, a contratação de 20 barcas, 20 empurradores e quatro rebocadores para operações no Brasil.

As embarcações serão destinadas ao transporte de combustíveis, com previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2026. A medida busca ampliar a capacidade operacional da companhia, que passará a disputar até 50% do mercado de transporte de combustíveis por barcas no país. Segundo a Transpetro, o setor movimenta cerca de 10 milhões de toneladas por ano.

A licitação será dividida em dois lotes e publicada na plataforma Petronect, permitindo a participação de empresas nacionais que atendam aos critérios técnicos e econômicos. As barcas contarão com sistemas de bombeamento elétrico e geração embarcada, reduzindo emissões. Os empurradores e rebocadores terão padrão de operação a seis nós.

Com 48 terminais, mais de 8 mil km de dutos e 33 navios, a Transpetro reforça sua presença multimodal, buscando complementar sua infraestrutura de dutos, terminais e frota marítima com a navegação interior, com foco em ampliação e diversificação dos serviços prestados ao setor de óleo e gás.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2025

ANP AMPLIA TRANSPARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DE DADOS DE INCIDENTES EM E&P

Da Redação Offshore 30/05/2025 - 17:20



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou uma nova metodologia para a divulgação de dados de incidentes nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. A principal mudança, formalizada na última quarta-feira (29), é que a operadora e a instalação onde o incidente ocorreu passarão a ser divulgadas logo após a notificação à ANP, e não mais apenas após a conclusão das investigações.

A medida será publicada em uma nova nota técnica que substituirá a Nota Técnica 202/SSM/2017 e entra em vigor em 180 dias. A decisão tem como objetivo garantir maior transparência e ampliar o acesso público às informações relacionadas à segurança operacional no setor.

Segundo a ANP, a divulgação imediata dos nomes das operadoras e instalações não compromete a competitividade do mercado nem fere a Lei de Acesso à Informação. Dados pessoais dos envolvidos continuarão resguardados. A mudança está alinhada à Resolução ANP nº 882/2022 e foi aprovada após análise jurídica da Procuradoria Geral Federal junto à Agência.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2025

MARINHA APREENDE CARGA IRREGULAR DE MINÉRIO NO RIO AMAZONAS

Da Redação Navegação 30/05/2025 - 16:46



Durante uma operação de Patrulha Naval realizada na última terça-feira (27), a Marinha do Brasil, com apoio da Secretaria da Fazenda do Pará (SEFA) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Óbidos (PA), apreendeu um empurrador e uma balsa que transportavam de forma irregular cerca de 4 mil toneladas de minério em pó. A ação ocorreu no Rio Amazonas, nas proximidades do município de Óbidos, no oeste do Pará.

O comboio, que partiu de Santarém (PA) com destino a Manaus (AM), apresentou notas fiscais incompletas e não possuía a licença de operação obrigatória para o tipo de carga transportada, contrariando a legislação ambiental vigente. A carga foi avaliada em aproximadamente R\$ 220 mil.

Além disso, foram identificadas outras infrações, como transporte acima do limite permitido e ausência de condutores habilitados. O empurrador Cap Xibuxa, que fazia parte do comboio, já havia sido interditado anteriormente por descumprimentos detectados em inspeções da Marinha e ainda não havia sido regularizado.

A embarcação foi escoltada pelo Navio-Patrulha Pampeiro até o porto de Óbidos, onde permanecerá à disposição dos órgãos competentes para apuração da legalidade da carga e das demais irregularidades. O NP Pampeiro, subordinado ao Comando do 4º Distrito Naval, atua na fiscalização de leis, combate a crimes ambientais e apoio à segurança da navegação na região amazônica.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2025

TIL ESPERA QUE TCU REVEJA REGRAS DE PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO DO NOVO TECON DE SANTOS

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 29/05/2025 - 22:44



Executivo destacou que MSC, Maersk e CMA CGM, impedidas de participar da primeira fase da licitação, têm expertise e hoje são responsáveis por 50% da capacidade mundial de transporte de contêineres

A Terminal Investment Limited (TIL) espera que o Tribunal de Contas da União (TCU) reveja as regras que impedem a participação de empresas que já operam ou têm participação em terminais de contêineres no leilão do Tecon Santos 10. O diretor de investimentos da TIL, Patrício Junior, disse que a possibilidade de ajuizar está sendo analisada

internamente, mas pode não ser a melhor opção porque implica em adiar um projeto que já está atrasado, há pelo menos quatro anos, ampliando a carência de infraestrutura e de capacidade de movimentação no principal porto do país.

"Acreditamos que o TCU vai rever, que vamos poder participar e que tudo foi feito com a maior honestidade possível, mas sempre acontecem algumas coisas e a democracia é para discutir, alterar o que está errado e ir adiante porque o Brasil precisa de investimentos em infraestrutura", comentou, nesta quinta-feira (29), em entrevista ao programa 'Money News', do canal CNN Brasil Money.

O executivo destacou que, juntas, MSC (20%), Maersk (15%) e CMA CGM (15%), que estão proibidas de participar do novo leilão, hoje são responsáveis por 50% da capacidade mundial de transporte de contêineres. "Quando falamos que a TIL (MSC), a APM Terminals (grupo Maersk), DPW e CMA CGM não poderão participar, é como se houvesse 3 ou 4 apartamentos alugados há 30 anos, com pessoas pagando em dia, pagando todas as correções, pintando todos apartamentos (...) e você tem um novo apartamento para alugar e não quer que essas pessoas concorram", comparou.

O diretor disse que o Brasil sempre será importante para a TIL e que o país precisa de grandes investimentos em infraestrutura. Segundo Patrício, o grupo está em dia com compromissos firmados e vem atendendo aos apelos do governo federal por investimentos no setor. Citou o case da BTP, que transformou uma área considerada 'lixão' no Porto de Santos, com grande passivo ambiental, e transformou num dos maiores terminais portuários, em parceria com a APM Terminals.

Em 2024, em reunião no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a MSC anunciou uma previsão de investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões em projetos no Brasil nos próximos anos. No entanto, restrições como a do leilão do novo Tecon podem contribuir para insegurança jurídica e afastar investimentos do país. "Pagamos em dia e estamos fazendo os investimentos demandados. Por que vamos ser considerados bandidos dessa novela? Não é justo", lamentou.

O executivo também questionou a exigência de que os participantes do certame tenham experiência de ter operado 100 mil TEUs nos últimos 5 anos. "Falamos de um terminal de 3,5 milhões de TEUs [capacidade]. Será que é para incluir alguém que é novo no mercado? São pequenas condições assim que temos que não apoiar. Temos que ser um país cada vez mais transparente, com condições iguais para que todos possam competir", analisou.

Ele estima que Santos só terá um novo berço daqui três anos, considerando que a concessão desse novo Tecon não perca tempo com problemas na justiça, tenha a licitação ainda em 2025 e contrato assinado em fevereiro de 2026. O cálculo também leva em conta que novos equipamentos demoram em torno de dois anos para serem fabricados e entregues, com mais 3 a 5 meses para montagem e comissionamento. "Esse terminal vai operar em maio ou junho de 2028. Santos vai ficar no sufoco que está hoje, piorando, até 2028. Não tem solução. Poderia se o governo tivesse um programa de Estado", defendeu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/05/2025

ATP CRITICA RESTRIÇÃO E DEFENDE LIVRE CONCORRÊNCIA NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10

Por Danilo Oliveira Portos e logística 29/05/2025 - 19:10



A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) criticou as regras do edital do Tecon Santos 10 que restringem a participação de operadores de contêineres já instalados no complexo santista na primeira das duas etapas da licitação. Para a ATP, restringir previamente a participação de operadores não pode ser regra, exceto se estiver lastreada em evidências concretas, análises de impacto e justificativas técnicas robustas. A associação defendeu leilões abertos como política de Estado e alertou para o risco de essa regra se transformar em uma barreira indevida à livre iniciativa, à inovação e à própria modernização setorial.

"Defender leilões abertos é defender uma política pública baseada na concorrência, na eficiência e na confiança. É reconhecer que o papel do Estado, ao dispor de ativos públicos, não é limitar artificialmente os seus licitantes, mas criar regras claras, previsíveis e igualitárias, que permitam à livre iniciativa se manifestar plenamente", ressaltou a ATP em seu posicionamento, divulgado nesta quinta-feira (29).

A associação acredita que restringir previamente o universo de interessados, mesmo com a justificativa de evitar concentração de mercado, significa, na prática, reduzir as possibilidades de competição sem que haja uma análise clara de seus impactos concretos. A avaliação da ATP é que, além de comprometer a isonomia, essa medida gera efeitos nocivos à atratividade dos ativos públicos, enfraquece a credibilidade dos certames e amplia a percepção de risco por parte dos investidores.

A ATP também apontou o risco de propostas menos vantajosas serem apresentadas, resultando em menos eficiência econômica, menos inovação e mais custos. A associação defende que existem instrumentos para combater indícios de risco de concentração excessiva de mercado, que passam pela atuação posterior dos órgãos de regulação e defesa da concorrência, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "Intervir previamente na concorrência do leilão, além de exorbitar a competência das agências reguladoras setoriais, desorganiza a lógica do processo licitatório e compromete a busca pela proposta mais vantajosa à administração", pontuou a associação.

O aguardado leilão do novo Tecon do Porto de Santos avança para fase decisiva. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deliberou sobre a modelagem do certame, que foi encaminhada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) ao Tribunal de Contas da União (TCU), cuja análise é etapa obrigatória antes da publicação do edital. A Corte de Contas dará parecer sobre o processo.

A estimativa é que o Tecon Santos 10 demande investimentos da ordem de R\$ 6,5 bilhões. O novo terminal será instalado na região do Saboó e terá uma área total de 621.975 metros quadrados (m²), dos quais 423 mil m² serão implantados na primeira de suas três fases. A previsão é que o empreendimento entre em operação a partir de 2027, com capacidade projetada para movimentar 3,25 milhões de TEUs/ano e 91 mil toneladas/ano de carga geral. O projeto tem perspectiva de receita média por carga movimentada que será de R\$ 783,05.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/05/2025

NOVA LEI DO MAR PODE TRANSFORMAR BRASIL EM POTÊNCIA EXPORTADORA SUSTENTÁVEL, DIZ ESPECIALISTA

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 29/05/2025 - 19:17



Com regras mais claras e foco na sustentabilidade, nova legislação impulsiona infraestrutura portuária, energias renováveis e competitividade internacional do país

Aprovada recentemente pela Câmara dos Deputados, a nova Lei do Mar — que institui a Política Nacional para a Gestão Integrada, a Conservação e o Uso Sustentável do Sistema Costeiro-Marinho (PNGCMar) — promete redesenhar o papel do Brasil no comércio exterior. A legislação traz mais previsibilidade jurídica para atividades econômicas no litoral e no mar,

fortalece a governança ambiental e pode aumentar a competitividade brasileira nas exportações, especialmente aquelas que dependem da infraestrutura portuária e do transporte marítimo, segundo especialistas. A lei chega em um momento estratégico, diante das pressões por sustentabilidade, da busca global por energias renováveis e da crescente disputa geopolítica por espaços oceânicos.

Para o advogado Larry Carvalho, especialista em comércio exterior, logística e relações internacionais, a nova legislação representa um marco regulatório sem precedentes na governança oceânica nacional. “Ao disciplinar o uso econômico e ambiental do espaço marítimo com instrumentos como o Planejamento Espacial Marinho e a Avaliação Ambiental Estratégica, a lei reduz conflitos entre setores como portos, pesca, energia e turismo. Isso encurta prazos de licenciamento e fortalece a segurança jurídica, o que é essencial para atrair investimentos e ampliar a capacidade exportadora do país”, analisou.

Além de reforçar a integração entre setores estratégicos, a PNGCMar estabelece diretrizes para o uso sustentável dos recursos marinhos, o que pode impactar diretamente a expansão de fontes de energia no litoral. Carvalho aponta que “a energia eólica offshore, por exemplo, ganha com a criação de um ambiente regulatório mais estável, que define critérios claros para novos empreendimentos. Isso favorece a previsibilidade para investidores e estimula a transição energética brasileira”, disse Carvalho.

Já para a indústria de petróleo e gás, especialmente em áreas ecologicamente sensíveis, os desafios aumentam. “A exigência de critérios mais rígidos de licenciamento e a rastreabilidade ambiental obrigam o setor a se modernizar. Mas, ao mesmo tempo, essa nova moldura legal dá maior resiliência jurídica, protegendo projetos de contestações judiciais e pressões externas por conformidade ambiental”, destacou o especialista.

Outro ponto de destaque da lei é seu impacto nas cadeias produtivas ligadas ao mar. A legislação prevê integração com políticas climáticas, valorização de serviços ecossistêmicos e mecanismos de rastreabilidade — fatores que podem ampliar o reconhecimento internacional dos produtos e serviços brasileiros. “Com a nova estrutura, produtos como pescado, aquicultura certificada e até serviços técnicos como dragagem e engenharia costeira podem ganhar um selo de sustentabilidade que abre portas em mercados exigentes e valoriza os padrões ESG”, afirmou Carvalho.

No setor pesqueiro, a lei representa tanto um desafio quanto uma oportunidade. A exigência de rastreabilidade, o combate à pesca ilegal e a adoção de uma gestão ecossistêmica devem elevar os custos operacionais, ao menos no curto prazo. Contudo, a legislação também prevê assistência técnica, incentivos ao consumo sustentável e compensações em caso de interdições. “A pesca nacional terá que se reinventar, mas pode sair fortalecida se souber agregar valor ao produto e acessar novos mercados com um discurso alinhado à sustentabilidade”, pontuou o especialista.

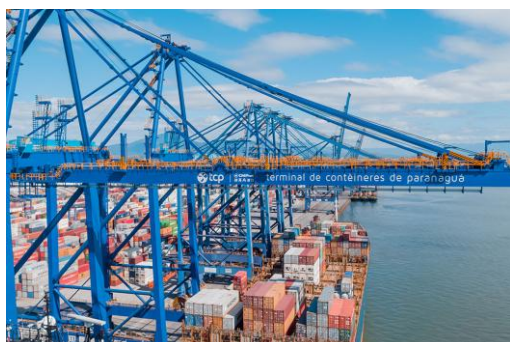
Carvalho considera que a PNGCMar surge em um contexto de crescente interesse internacional pelos recursos oceânicos, mudanças climáticas e disputa por soberania sobre águas jurisdicionais. Ele acrescentou que, ao estabelecer uma governança costeiro-marinha moderna e participativa, o Brasil se posiciona para ampliar sua presença na chamada economia azul — e transformar sua costa em motor de desenvolvimento sustentável e inserção global.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/05/2025

TCP CONCLUIU INVESTIMENTO DE R\$ 1,5 MILHÃO EM OBRAS NO PRÉ-GATE

Da Redação Portos e logística 29/05/2025 - 20:12



A TCP, empresa responsável pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR), concluiu em abril um investimento de cerca de R\$ 1,5 milhão em obras no pré-gate. As melhorias incluem a ampliação das vias de acesso para triagem, que passaram de duas para quatro, além da reestruturação do vestiário e dos banheiros destinados aos motoristas. Com isso, a capacidade de triagem de veículos por hora deve dobrar, promovendo mais agilidade e reduzindo o congestionamento na entrada do terminal.

Outra medida que tem facilitado o acesso ao terminal é o aplicativo 'TCP Go', lançado em 2023. Voltado exclusivamente para caminhoneiros, o app permite agendamentos e emissão de recibos de forma automatizada, dispensando o uso de papel e otimizando o processo de entrada e saída de cargas.

Entre os dias 28 e 29 de maio, a TCP também promoveu a campanha “Maio Amarelo” com o tema “Mobilidade Humana, Responsabilidade Humana”, voltada à conscientização sobre segurança no trânsito. Motoristas que passaram pelo pré-gate participaram da ação educativa, receberam brindes e materiais informativos, além de orientações sobre boas práticas no trânsito e sustentabilidade. A ação contou ainda com serviços de saúde como aferição de pressão arterial e testes de glicemia, oferecidos pelo SEST e SENAT. Segundo a empresa, a campanha é essencial para fomentar uma cultura de segurança entre os mais de 1.500 caminhoneiros que passam diariamente pelo terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/05/2025

SAAM TOWAGE AGUARDA CHEGADA DE REBOCADOR ELÉTRICO AO CHILE

Da Redação Indústria naval 29/05/2025 - 20:09



O primeiro rebocador elétrico da América Latina partiu de Tuzla, na Turquia, com destino ao Chile, onde será submetido a testes no terminal de Puerto Chacabuco, na região de Aysén. A Saam Towage, operadora da embarcação, acredita que a viagem até o porto de Puerto Montt dure cerca de 45 dias e representará um avanço na estratégia de sustentabilidade da empresa.

Com 25 metros de comprimento, 13 metros de largura e capacidade de tração superior a 70 toneladas (bollard pull), o rebocador será utilizado para serviços de atracação e desatracação de navios. Movido a baterias de íons de lítio e abastecido com energia renovável, o equipamento é considerado 100% elétrico e livre de emissões. A unidade é a terceira desse tipo na frota da empresa e a primeira a operar na América Latina.

Para a Enap, estatal chilena parceira na iniciativa, o novo rebocador está alinhado ao compromisso com a descarbonização e à transição energética do país. A embarcação complementa outras ações

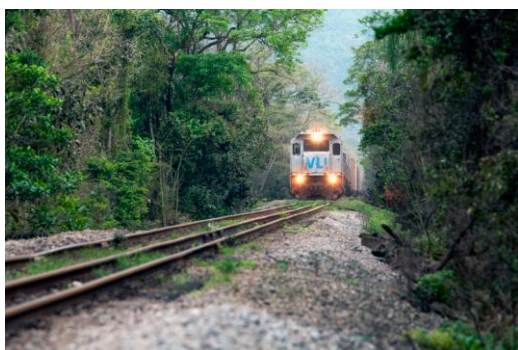
em curso, como a utilização de caminhões movidos a gás natural liquefeito (GNL), a produção de diesel a partir de óleo de cozinha usado e o desenvolvimento de infraestrutura voltada ao hidrogênio verde em Magallanes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/05/2025

CORREDOR NORTE DA VLI MOVIMENTA 14,5 BILHÕES DE TKU EM 12 MESES

Da Redação Portos e logística 29/05/2025 - 20:22



A VLI, companhia que opera soluções logísticas integradas por meio de ferrovias, portos e terminais, alcançou seu maior volume de transporte de cargas no Corredor Norte ao longo de 12 meses consecutivos, totalizando 14,55 bilhões de toneladas por quilômetro útil (TKU) entre maio de 2024 e abril de 2025. O número supera o acumulado do período entre janeiro e dezembro de 2023, que havia registrado 14,47 bilhões de TKU, confirmando o papel da rota como uma das principais vias de escoamento das exportações brasileiras.

O Corredor Norte conecta os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (região do Matopiba), além do Pará, Mato Grosso e Goiás, ao Complexo Portuário de São Luís (MA). A estrutura é formada pela Ferrovia Norte-Sul (FNS) e pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), esta última operada pela VLI por direito de passagem. Nos últimos cinco anos, cerca de R\$ 1,5 bilhão foram investidos na modernização da malha, incluindo a aquisição de 168 vagões e três locomotivas que já estão em operação.

A empresa também tem se destacado na movimentação da safra de soja 2024/2025. Em março, foram elevadas 1,284 milhão de toneladas métricas por quilômetro útil (MTKU) de soja, o maior volume mensal já registrado no Terminal Portuário São Luís (TPSL), principal ponto de embarque do Corredor Norte. A operação reflete a alta produtividade do campo e a capacidade da VLI de atender com eficiência a demanda dos produtores rurais, especialmente no escoamento da safra para o mercado externo.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a colheita de soja em 2024/2025 deve atingir 166 milhões de toneladas, com crescimento de 12,4% em relação à safra anterior. As cargas captadas em estados como Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Bahia e Pará são escoadas pelos corredores logísticos Leste e Sudeste (Ferrovia Centro-Atlântica – FCA) e Norte (FNS), contribuindo para a integração entre os modais ferroviário e portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/05/2025

PORTO ITAPOÁ MOVIMENTOU 10 MILHÕES DE TEUS DESDE 2011

Da Redação Portos e logística 29/05/2025 - 19:43



O Porto Itapoá (SC) movimentou 10 milhões de TEUs movimentados desde o início de suas operações em 2011. Em 2014, atingiu 1 milhão de TEUs acumulados; em 2016, 2 milhões; e em 2017, ultrapassou 3 milhões. Em 2023, o terminal movimentou 1 milhão de TEUs em um único ano.

Entre 2015 e 2025, o perfil das operações mudou: as exportações representavam 64% da movimentação e passaram a 41%, enquanto as importações aumentaram de 36% para 59%. As cadeias de importação mais

movimentadas em 2015 eram "Automóveis e seus componentes" e "Eletrônicos"; em 2025, são "Plásticos e suas obras" e "Maquinário e Siderurgia". Os principais países de origem das importações permanecem China, EUA e Alemanha.

Nas exportações, em 2015, destacavam-se "Carne congeladas e refrigeradas" e "Maquinário geral e seus componentes"; em 2025, lideram "Produtos Florestais" e "Alimentos e Bebidas". Os principais destinos das exportações em 2015 eram EUA, Venezuela e China; em 2025, são EUA, China e Itália.

No primeiro trimestre de 2025, o Porto Itapoá foi o segundo maior movimentador de contêineres do Brasil, com mais de 202 mil unidades registradas, atrás apenas do complexo de Santos. O aumento da movimentação foi de 37% em relação ao mesmo período de 2024, superando a média nacional de crescimento, que foi de 10%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/05/2025

MPTCU PEDE SUSPENSÃO DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 PARA APURAÇÃO DE RESTRIÇÃO A OPERADORES

Por Danilo Oliveira Portos e logística 29/05/2025 - 17:46



Subprocurador-geral entrou com pedido cautelar para suspender trâmites até deliberação pela Corte de Contas sobre restrições à participação de empresas que já operam contêineres no complexo, na primeira etapa do certame. MPor afirmou que enviou processo ao TCU, sem julgar mérito sobre fatores concorrenciais

O Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pediu que a Corte de Contas apure possíveis irregularidades na condução do procedimento licitatório para arrendamento do Tecon Santos 10, cujo leilão está previsto para ocorrer até o final do ano. O

subprocurador-geral do MPTCU, Lucas Rocha Furtado, solicitou, na última quarta-feira (28), que o relator ou o plenário do TCU determinem que Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) suspendam, cautelarmente, o andamento desse processo até que haja deliberação de mérito pelo tribunal. No mesmo dia, o processo foi encaminhado pela pasta ao tribunal.

O subprocurador entendeu que a restrição aos operadores já instalados no Porto de Santos na primeira das duas fases do leilão foi 'prévia e completamente genérica', ao restringir de forma significativa os interessados que poderiam contribuir com a competição e com a valorização do ativo na licitação. Para Furtado, o veto a empresas já consolidadas e com expertise na operação de cargas containerizadas de participar da licitação, por si só, já poderia caracterizar ofensa direta aos princípios constitucionais que regem as licitações públicas, como os da isonomia, da livre concorrência e da ampla competitividade.

"Ferir o princípio de se garantir igualdade de condições a todos os interessados resultará, ao final, em prejuízos ao erário federal, que realizará a desestatização de um de seus mais valiosos ativos em condições competitivas não ideais", apontou o subprocurador em seu requerimento.

O diretor-geral substituto da Antaq, Caio Farias, definiu que as empresas que atualmente exercem atividades relevantes de movimentação de contêineres no complexo santista não poderão participar da primeira das duas fases previstas para o certame. Farias, que relata o processo da licitação do Tecon Santos 10, considerou que, não havendo interessados nessa fase inicial, estes players poderiam participar da segunda etapa da licitação, desde que assumindo compromissos de desinvestimentos dos ativos anteriormente explorados, transferindo o controle societário ou da titularidade do arrendamento portuário.

O subprocurador considerou legítimas as questões levantadas quanto à concentração de mercado, mas manifestou preocupação se serão observados os princípios afetos às licitações pela Antaq e pelo poder concedente. Ele julga necessário que, em vez da vedação, sejam aplicados mecanismos próprios e específicos para reduzir os riscos de concentração no mercado de contêineres em Santos.

Ele avaliou que a própria segunda etapa do certame definida pela Antaq, com compromissos de desinvestimentos por empresas já atuantes, poderia representar concentração de mercado sem vedar que empresas com plenas condições de incentivar a competição do certame licitatório venham a apresentar suas propostas. “Frente a esse possível descumprimento do princípio da isonomia e de possíveis infrações aos princípios que regem as licitações públicas, vejo que cabe a esta Corte de Contas atuar para garantir que todos os preceitos sejam devidamente observados pelos agentes envolvidos no processo”, concluiu Furtado.

A Secretaria Nacional de Portos (SNP/MPor) aprovou os estudos técnicos deliberados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), após as contribuições da audiência pública, realizada entre fevereiro e março deste ano. Procurado pela Portos e Navios, o ministério afirmou que não emitiu juízo de valor sobre o mérito do aspecto concorrencial, que será analisado pelo TCU. “Ao longo da discussão, o MPor continuará colaborando com o debate para buscarmos o melhor caminho visando o fortalecimento do Porto de Santos”, manifestou em nota.

A Antaq confirmou à reportagem que, após a aprovação da análise das contribuições recebidas na audiência pública relacionadas à futura licitação da área destinada ao Tecon Santos 10, o processo licitatório foi encaminhado ao ministério. “Dando prosseguimento aos trâmites licitatórios legais, o MPor encaminhou na quarta-feira (28) o processo para apreciação do TCU”, pontuou a agência em nota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/05/2025

INVESTIDORES DO ORIENTE MÉDIO DEMONSTRAM INTERESSE EM PROJETOS DE PE

Da Redação Portos e logística 29/05/2025 - 19:59



Durante missão oficial ao Oriente Médio, representantes do governo de Pernambuco apresentaram oportunidades de investimento a grupos empresariais do Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. A delegação destacou o potencial do Porto de Suape (PE), sua localização estratégica e infraestrutura robusta como diferencial competitivo para projetos nos setores de energia, logística, infraestrutura e segurança alimentar.

Entre os destaques, foram apresentados dois projetos em desenvolvimento no Porto de Suape: um terminal voltado a 'combustíveis do futuro', incluindo iniciativas em e-metanol e transição energética, e outro terminal para escoamento de grãos, visando ampliar a exportação da produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro. As propostas integram uma plataforma multimodal conectada a rodovias como a BR-232 e ao futuro ramal da ferrovia Transnordestina.

De acordo com a administração de Suape, empresas como o grupo Abdul Latif Jameel e a corporação Salic demonstraram interesse em projetos de logística, alimentos e infraestrutura. Também houve reuniões com representantes dos fundos Mubadala, ADQ e do Abu Dhabi Ports. Segundo o governo pernambucano, os encontros refletem o crescente interesse dos investidores árabes no Brasil e podem se desdobrar em novas parcerias no futuro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/05/2025

ARTIGO - TECON SANTOS 10: MAIS UM CAPÍTULO

Por Adilson Luiz Gonçalves *Opinião 28/05/2025 - 21:11*



O Diretor-Geral interino da Antaq propôs duas fases para a licitação do TECON Santos 10, algo semelhante ao que ocorre em chamamentos públicos: operadores atuantes no complexo portuário só poderão participar da segunda fase, caso não haja nenhum interessado externo na primeira.

Ora, o fato de já estarem instalados localmente tende a favorecer os terminais existentes, e qualquer que seja o vencedor, quem perdeu poderá alegar risco concorrencial, pela concentração de capacidade operacional e verticalização, no caso de terminais que

tenham a participação ou controle de armadores.

Dois grandes armadores controlam um grande terminal de contêineres. Um deles recentemente comprou uma empresa que, entre outras atividades, fornece serviço de rebocadores. Outro grande adquiriu significativa parcela do capital social de um terminal de contêineres. Todas essas operações foram aprovadas pelo CADE, ao que consta sem restrições.

Qual o potencial impacto concorrencial gerado em relação aos demais?

Por esses e outros motivos, terminais de contêineres deixaram de ser viáveis.

Assim, a verticalização parece ser um processo de difícil retrocesso, e a questão concorrencial precisa ser considerada pelo órgão regulador.

O PL nº 733/2025 propõe autorregulação para o setor portuário. Será que os operadores conseguirão resolver questões desse tipo sem recorrer ao MPor e Antaq, ou a judicializações?

Voltando ao TECON Santos 10, ele é necessário para atender demandas que já existem, considerando as veementes e recorrentes críticas dos exportadores de café.

Também é fato que a criação de um novo terminal e o aumento da capacidade dos existentes está diretamente associada à melhoria dos acessos terrestres e aquaviário, o que deve ocorrer de forma concomitante, para resolver os “gargalos” existentes e evitar novos. A questão deve ser abordada de forma sistêmica.

A fórmula proposta pela Antaq é a ideal?

Bem, como já há demanda reprimida na operação de cargas containerizadas, a implantação de um novo terminal especializado é urgente. Os investimentos previstos e em curso pelos terminais existentes também demonstram essa necessidade.

Os cenários relativos aos impactos da mudança do clima tendem a impactar as operações de graneis sólidos, o que afeta bem menos a movimentação de contêineres.

A proposta de reindustrialização/neointustrialização do País potencializa a diversificação da carteira de produtos de exportação. Essa produção tende a ser exportada via contêineres ou cargas de projeto. E quanto mais próximas as indústrias estiverem de portos, maiores as vantagens logísticas, sem falar em regimes diferenciados, como o das Zonas de Processamento de Exportação, por exemplo.



Quando consultamos o ranqueamento de portos, quem os faz geralmente se atém à quantidade de TEUs movimentados, e não à tonelagem. O valor por tonelada é mais relevante do que o peso, o que é uma característica da carga containerizada.

O Porto de Santos, por estar localizado no Estado de São Paulo, e pela existência de áreas disponíveis para a implantação de plantas industriais no seu entorno, precisa considerar esse potencial em parceria com os três níveis de governo e a iniciativa privada, sempre com foco em produção de alto valor agregado, alta tecnologia, baixo impacto ambiental e geração de empregos.

Mesmo considerando as projeções atuais de crescimento da operação de contêineres no Porto de Santos, os investimentos em ampliação da capacidade operacional dos terminais existentes, o prazo de implantação do TECON Santos 10, a dragagem de aprofundamento para -17m e a melhoria dos acessos terrestres talvez não supram a demanda futura.

O PL nº 3.729/2004, recentemente aprovado no Senado Federal, propõe a agilização de licenciamentos ambientais, mas já enfrenta oposição do MMA. Junto com a burocracia estatal, o arcabouço legal atual tem freado mais do que acelerado o desenvolvimento sustentado do Brasil, prejudicando a geração de empregos e de receitas tributárias indispensáveis para assegurar recursos para obras de infraestrutura, programas sociais e ambientais, inclusive.

A expansão da capacidade de operação de contêineres é, portanto, indispensável para assegurar o futuro do Porto de Santos, o que também vale para outras instalações portuárias nacionais.

É uma questão estratégica, de Estado!

O fato de um terminal de contêineres ser verticalizado e com preços vantajosos em relação aos demais, por qualquer motivo que seja, fará com que o armador vinculado mantenha seu navio fundeado, aguardando atracação, se outros terminais tiverem condições de operá-lo de forma mais rápida?

Obviamente, isso dependerá da análise de algumas variáveis como custo e imagem, por exemplo. Em tese, haverá cargas para todos, e não está descartada a implantação futura de novos terminais, em terra ou mar adentro.

Assim, a licitação do TECON Santos 10 em duas fases, na forma como prevista, pode apresentar contratempos em ambas. Novos “players” podem gerar problemas concorrenciais, assim como os existentes, caso vençam uma eventual segunda fase.

Em qualquer desses cenários a Agência Reguladora poderá ser acionada com pedidos de equilíbrio contratual, por exemplo, sem falar em outras instâncias institucionais.

O ideal, então, é que Antaq, MPor e demais instituições pertinentes atuem para assegurar a eficiência, qualidade e competitividade das exportações/importações brasileiras.

220406-adilson-luiz-goncalves.jpg Adilson Luiz Gonçalves é Escritor, Engenheiro, Pesquisador Universitário e membro da Academia Santista de Letras

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/05/2025

ANTAQ NEGOU RECURSO PARA REABERTURA DA AUDIÊNCIA DO TECON SANTOS 10

Por Danilo Oliveira Portos e logística 28/05/2025 - 20:33



Decisão também indeferiu pedido de cautelar para suspender processo de licitação do novo terminal de contêineres, previsto para ocorrer até o final de 2025

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) negou, em caráter ad referendum, o recurso do grupo filipino ICTSI (International Container Terminal Services INC.), que solicitou a reabertura da audiência pública, realizada entre 21 de fevereiro e 24 de março, e a suspensão cautelar do processo licitatório do Tecon Santos 10, cuja expectativa do governo é que ocorra até o final de 2025. A deliberação do diretor-geral

substituto da Antaq, Caio Farias, que data da última segunda-feira (26), foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (28), e tem vigência imediata a partir da assinatura. Os autos foram encaminhados à Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da Antaq (CPLA).

Os advogados da ICTSI solicitaram que fossem tornados públicos os estudos concorrenciais e a reabertura do mesmo prazo em dias inicialmente concedido para a participação da sociedade. Já o pedido de suspensão cautelar do processo licitatório teve como argumento impedir novas decisões até que os estudos concorrenciais elaborados passem por nova audiência pública, o que abrange a adoção de procedimentos posteriores relacionados à apreciação das contribuições que vierem a ser recebidas.

A empresa alegou que os estudos concorrenciais promovidos pela Antaq acabaram não sendo concluídos dentro do prazo da audiência pública, o que impediu sua submissão a esse processo. "Os agentes econômicos, consumidores e usuários dos serviços regulados não puderam se manifestar sobre os citados estudos concorrenciais, que versam precisamente sobre a questão regulatória mais relevante relacionada à privatização do Tecon Santos 10", justificou a defesa da ICTSI nos autos.

A empresa também apontou que a conclusão dos estudos concorrenciais somente depois da finalização do período da audiência pública inviabilizou o exercício das competências legais atribuídas à Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação do Ministério da Fazenda. Além disso, a ICTSI sustentou que, na prática, os agentes interessados não tiveram a oportunidade de exercício da participação social, o que teria prejudicado o debate público da questão jurídica e econômica mais relevante envolvida no leilão.

Farias, que é o relator do processo do Tecon Santos 10 na Antaq, acompanhou a setorial de licitação de arrendamentos portuários da Antaq, que recomendou o indeferimento da solicitação de realização de novo procedimento de consulta e audiências públicas. O presidente da CPLA manifestou nos autos que a audiência pública atendeu aos normativos da Antaq e que todas informações do empreendimento foram divulgados no site da agência, como EVTEA, notas técnicas que deram suporte aos achados, bem como as próprias minutas de edital e contrato.

A CPLA também destacou que a Antaq realizou duas consultas e audiências públicas para a discussão do projeto de arrendamento do Tecon Santos 10. A primeira consulta pública do projeto foi realizada entre os dias 8 de março a 31 de maio de 2022, nas quais foram recebidas 538 contribuições. A segunda consulta foi realizada entre os dias 20 de fevereiro a 24 de março de 2025, tendo recebido o total de 513 contribuições. Também foram realizadas duas audiências públicas, sendo uma em 19 de abril de 2022, com 21 participantes inscritos, e a outra em 18 de março de 2025, com 37 participantes inscritos.

A análise técnica ponderou que o tema questão concorrencial foi objeto de diversas contribuições durante o procedimento de participação social que efetivamente subsidiaram a realização da análise concorrencial pela setorial técnica. "A conclusão assevera no sentido de que não existe justificativa técnica para nova rodada de participação social, e que, ao reabrir o debate nesse momento atrasaria significativamente a licitação, perpetuando riscos decorrentes da falta de capacidade na movimentação de contêineres no Porto de Santos", ressaltou o relator em seu despacho.

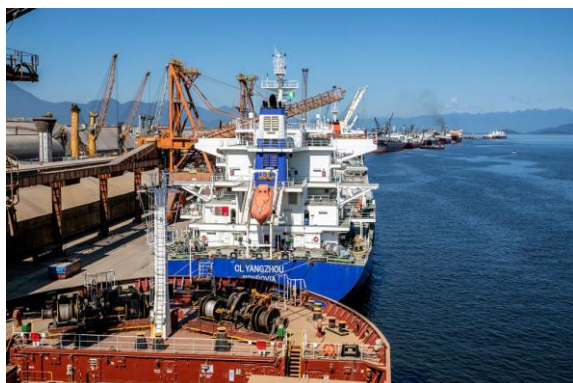
A próxima reunião ordinária da diretoria colegiada da Antaq está prevista para o próximo dia 5 de junho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/05/2025

PORTOS DO PARANÁ EMITE ALERTA PARA TEMPORAIS E VENTOS FORTES ATÉ QUINTA-FEIRA (29)

Da Redação Portos e logística 28/05/2025 - 19:37



A Portos do Paraná emitiu comunicado alertando empresas portuárias e trabalhadores para a possibilidade de temporais, nesta quarta-feira (28), com riscos de raios e ventos fortes, devido à aproximação de uma frente fria. Na quinta-feira (29), a previsão é de tempo instável com chuvas entre a madrugada e a manhã, além de rajadas de vento de até 20 nós (37 km/h), que podem afetar operações com guindastes e estruturas elevadas.

Diante do cenário, a orientação é para o monitoramento constante das condições meteorológicas e realização de inspeções emergenciais em telhados, calhas, estruturas de armazéns e equipamentos. Também deve haver reforço imediato nas orientações aos trabalhadores quanto ao uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), especialmente os antiderrapantes e de proteção contra quedas. As medidas seguem os procedimentos operacionais da autoridade portuária para garantir a segurança das atividades durante o período de vigilância, que vai da tarde do dia 28 até o dia 29 de maio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/05/2025

SCHOTTEL FORNECERÁ PROPULSÃO PARA NAVIO DE TRANSPORTE DE FOGUETES ESPACIAIS

Da Redação Indústria naval 28/05/2025 - 19:42



A Schottel será responsável pelo fornecimento do sistema de propulsão do novo navio de carga RoRo da United Launch Alliance (ULA), dos Estados Unidos. A embarcação, batizada de SpaceShip, está sendo construída pelo estaleiro Bollinger Shipyards, em Amelia, Louisiana, e será utilizada para transportar foguetes espaciais Vulcan da fábrica em Decatur, Alabama, até as bases de lançamento em Cape Canaveral (Flórida) e Vandenberg (Califórnia). A entrega está prevista para 2026.

Com 111 metros de comprimento e 25 metros de largura, o SpaceShip contará com três propulsores SRP 460 LE (L-Drive) e dois propulsores transversais STT 1, oferecendo alta manobrabilidade e estabilidade de curso. Cada unidade SRP terá potência de 2.100 kW e diâmetro de hélice de 2,6 metros, garantindo velocidade máxima de até 15 nós. De acordo com a fabricante, os propulsores L-Drive possuem motor elétrico compacto embutido, ideal para espaços reduzidos e com menor necessidade de manutenção.

Os propulsores transversais STT 1, com 373 kW de potência cada e hélices de 1,3 metros, irão ampliar a capacidade de manobra, especialmente em operações portuárias ou de posicionamento exigente. O pacote completo de propulsão é adequado tanto para navegação fluvial quanto marítima, assegurando operação segura do valioso carregamento.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 068/2025
Página 93 de 93
Data: 30/05/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O sistema elétrico da embarcação será projetado e fornecido pela elkon, integrante do grupo Schottel. A elkon fornecerá tecnologia de acionamento AFE (Active Front End), que melhora a eficiência da propulsão, reduz o consumo de combustível e otimiza a gestão energética. O escopo inclui quadros principais, sistema de gerenciamento de energia (PMS), sistema de monitoramento e alarme (ACMS), centros de controle de motores, painéis de distribuição elétrica e consoles de controle da ponte e casa de máquinas.

A integração entre Schottel e elkon permite um alinhamento hidrodinâmico e elétrico ideal, combinando desempenho, confiabilidade e economia. A ULA utilizará o navio para transporte dos foguetes da nova geração Vulcan, lançados pela primeira vez em janeiro de 2024, desenvolvidos para substituir os modelos Delta IV e Atlas V e capazes de transportar cargas pesadas com até seis propulsores auxiliares sólidos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/05/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 30/05/2025